



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 467

Quarta-feira - 14 de Abril de 2010

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Alto Bela Vista.....	1
Antônio Carlos	3
Biguaçu	4
Braço do Trombudo	18
Caçador.....	18
Campo Alegre	29
Catanduvas.....	31
Chapadão do Lageado	35
Concórdia	36
Coronel Martins.....	37
Corupá	38
Eral Velho	38
Forquilha	39
Fraiburgo.....	41
Garopaba.....	41
Garuva	42
Gaspar	44
Herval do Oeste	66
Imbituba	67
Irineópolis	69
Luzerna	74
Massaranduba.....	76
Meleiro	76
Monte Carlo	76
Paulo Lopes	76
Porto Belo.....	77
Porto União.....	80
Rio do Sul.....	91
Schroeder	93
Videira.....	98

Consórcios Públicos

CISAM	99
-------------	----

Alto Bela Vista

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto nº 1193

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA

Decreto nº 1193, de 12 de Abril de 2010.

"EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ACT; E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

SERGIO LUIZ SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alto Bela Vista - SC, no uso das atribuições conferidas por Lei;

DECRETA:

Artigo 1º: Fica exonerada a Servidora Pública Municipal Sra GISELE KOLLER BIANQUI CASTRO, cargo de PROFESSORA não habilitada-10 horas matemática; em razão da homologação do Concurso público que supriu a vaga.

Artigo 2º: As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Artigo 3º: Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº 1171 de 01 de Março de 2010.

Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista, SC, 12 de Abril de 2010.

SERGIO LUIZ SCHMITZ

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

ALICE SCHWAMBACH

Responsável pelas Publicações

Decreto nº 1194

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA

Decreto nº 1194, de 12 de Abril de 2010.

"EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ACT; E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

SERGIO LUIZ SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alto Bela Vista - SC, no uso das atribuições conferidas por Lei;

DECRETA:

Artigo 1º: Fica exonerada a Servidora Pública Municipal Sra ELISANE DA COSTA ALVES, cargo de PROFESSORA não habilitada-10 horas Ciências; em razão da homologação do Concurso público que supriu a vaga.

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Antoninho Tiburcio Gonçalves - Presidente • Edinando Brustolin - Diretor Executivo

Emerson Souto - Gerente de Tecnologias da Informação • Dantes Guilherme - Diagramador • Tales Tombini - Diagramador

Praça XV de novembro, 270 - Centro - 88010-400 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

contato@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Artigo 2º: As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Artigo 3º: Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº 1174 de 01 de Março de 2010.

Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista, SC, 12 de Abril de 2010.
SERGIO LUIZ SCHMITZ
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

ALICE SCHWAMBACH
Responsável pelas Publicações

Portaria Nº 073

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARGO EFETIVO.

SERGIO LUIZ SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma da Seção IV artigos: 14 e seus parágrafos; 15; 16; 17; 18; 19; 20 e 21 da Lei Complementar 011, de 10 de janeiro de 2005.

RESOLVE;

Artigo 1º - Nomear o Senhor VALDERLEI CADORE para exercer o cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS; classificada em 1º Lugar no Concurso Público nº 001/2009 e homologado pelo Decreto Nº 1178, de 04 de março de 2010, com vencimento previsto no Anexo III da lei Complementar Nº 012, de 10 de Janeiro de 2005.

Artigo 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista, 12 de Abril de 2010.
SERGIO LUIZ SCHMITZ
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra

ALICE SCHWAMBACH
Responsável pelas Publicações .

Portaria Nº 074

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARGO EFETIVO.

SERGIO LUIZ SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma da Seção IV artigos: 14 e seus parágrafos; 15; 16; 17; 18; 19; 20 e 21 da Lei Complementar 011, de 10 de janeiro de 2005.

RESOLVE;

Artigo 1º - Nomear o Senhor FRANCARLO GOUVEA para exercer o cargo efetivo de ENFERMEIRO; classificada em 1º Lugar no Concurso Público nº 001/2009 e homologado pelo Decreto Nº 1178, de 04 de março de 2010, com vencimento previsto no Anexo III da lei Complementar Nº 012, de 10 de Janeiro de 2005.

Artigo 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista, 12 de Abril de 2010.
SERGIO LUIZ SCHMITZ
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra

ALICE SCHWAMBACH
Responsável pelas Publicações .

Portaria Nº 075

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARGO EFETIVO.

SERGIO LUIZ SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma da Seção IV artigos: 14 e seus parágrafos; 15; 16; 17; 18; 19; 20 e 21 da Lei Complementar 011, de 10 de janeiro de 2005.

RESOLVE;

Artigo 1º - Nomear o Senhor DIEGO KOCHEMBORGER TOMBINI para exercer o cargo efetivo de FISIOTERAPEUTA-20 HORAS; classificada em 2º Lugar no Concurso Público nº 001/2009 e homologado pelo Decreto Nº 1178, de 04 de março de 2010, com vencimento previsto no Anexo III da lei Complementar Nº 012, de 10 de Janeiro de 2005.

Artigo 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista, 12 de Abril de 2010.
SERGIO LUIZ SCHMITZ
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra

ALICE SCHWAMBACH
Responsável pelas Publicações .

Portaria Nº 076

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARGO EFETIVO.

SERGIO LUIZ SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma da Seção IV artigos: 14 e seus parágrafos; 15; 16; 17; 18; 19; 20 e 21 da Lei Complementar 011, de 10 de janeiro de 2005.

RESOLVE;

Artigo 1º - Nomear a Senhora FERNANDA GIRELLI para exercer o cargo efetivo de FISIOTERAPEUTA-20 HORAS; classificada em 1º Lugar no Concurso Público nº 001/2009 e homologado pelo Decreto Nº 1178, de 04 de março de 2010, com vencimento previsto no Anexo III da lei Complementar Nº 012, de 10 de Janeiro de 2005.

Artigo 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista, 12 de Abril de 2010.
SERGIO LUIZ SCHMITZ
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra

ALICE SCHWAMBACH
Responsável pelas Publicações .

Portaria N° 077

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARGO EFETIVO.

SERGIO LUIZ SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma da Seção IV artigos: 14 e seus parágrafos; 15; 16; 17; 18; 19; 20 e 21 da Lei Complementar 011, de 10 de janeiro de 2005.

RESOLVE;

Artigo 1º - Nomear a Senhora FABIANA REGINA ROTH para exercer o cargo efetivo de PROFESSOR II CIENCIAS-20 HORAS; classificada em 1º Lugar no Concurso Público nº 001/2009 e homologado pelo Decreto N° 1178, de 04 de março de 2010, com vencimento previsto no Anexo III da lei Complementar N° 012, de 10 de Janeiro de 2005.

Artigo 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista, 12 de Abril de 2010.
SERGIO LUIZ SCHMITZ
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra

ALICE SCHWAMBACH
Responsável pelas Publicações .

Portaria N° 079

Concede Licença para Tratamento de Saúde

SERGIO LUIZ SCHMITZ; Prefeito Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do artigo 83, 84, Parágrafo Único Seção II, da lei Complementar 011, de 10 de Janeiro de 2005, institui o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

RESOLVE;

Artigo 1º - Conceder Licença para tratamento de saúde a Servidora Pública Municipal, VANDA MARISE LAUTERT ocupante do cargo de PROFESSORA DE LETRAS INGLES; no Período de cinco (05) dias, á contar do dia 13 de março de 2010, conforme, atestado médico expedido na mesma data desta Portaria; Dr Alex Sandro Vergara Borges-CRM/SC 8328.

Artigo 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Artigo 3º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista, SC, 13 de Abril de 2010.

SERGIO LUIZ SCHMITZ
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra

ALICE SCHWAMBACH
Responsável pelas Publicações.

Antônio Carlos

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto N° 02/2010

DECRETO N°002/2010.

Aprova o desdobramento da receita prevista para 2010 em metas mensais de arrecadação, estabelece a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no artigo 8º, 9º e 13 da Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o desdobramento da receita prevista para 2010 em metas mensais de arrecadação, na forma do anexo I deste Decreto.

Art. 2º Fica estabelecida a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso para 2010 das Unidades Gestoras: Prefeitura, Fundo Municipal de Saúde e Ipreancarlos, na forma estabelecida no anexo II deste Decreto.

Art. 3º O cumprimento das metas de arrecadação em cada uma das fontes de recursos deverá ser avaliada até trinta dias após o encerramento de cada bimestre.

Art. 4º A dotação financiada com a fonte de recursos em que a meta bimestral de arrecadação não for alcançada deverá ser objeto de limitação de empenho e transferência financeira na forma estabelecida no artigo 9º da Lei Complementar (federal) nº 101/2000, de forma a preservar o equilíbrio de caixa.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Antônio Carlos, 04 de janeiro de 2010.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado aos 05 dias do mês de janeiro de dois mil e dez.

RESPONSÁVEL

Decreto N° 19/2010

DECRETO N° 019/2010.

Aprova o planejamento físico e financeiro para o exercício de 2010.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no artigo 9º da Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabi-

lidade Fiscal,

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido o desdobramento das metas fiscais para 2010 em metas quadrimestrais, na forma do anexo I deste decreto;
Art. 2º Fica estabelecido do desdobramento da metas físicas para 2010 em metas quadrimestrais, na forma do anexo II deste Decreto.
Art. 3º As metas quadrimestrais deverão ser objeto de apresentação e avaliação do seu cumprimento em audiência pública na Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro.
Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Antônio Carlos, 01 de março de 2010.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado ao primeiro dia do mês de março de dois mil e dez.

RESPONSÁVEL

Biguaçu

PREFEITURA MUNICIPAL

Publicação Revogação 003 FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS
REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO PP 003/2010-FMAS

O Prefeito Municipal de Biguaçu Jose Castelo Deschamps, torna público para conhecimento de todos os interessados, a Revogação do Processo Licitatório PP 003/2010-FMAS, que tem por objeto "aquisição de cestas básicas para distribuição aos Municípios carentes do Município, cadastrados na Secretaria de Assistência Social e Habitação", por conveniência administrativa.

Biguaçu, 07 de Abril de 2010.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal De Biguaçu

Republicação PP 080 PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS
REPUBLICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL 080/2010- PMB

Aos dias 12 de Abril de 2010, às 17:30 horas, reuniram-se o Pregoeiro, juntamente com a Equipe de Apoio, nas dependências da PMB, situada na Praça Nereu Ramos, 90, Centro, Biguaçu-SC, para a realização do referido Pregão destinado a aquisição de vidros com as devidas instalações para os Centros de Educação Infantil e Escolas da rede Municipal de ensino, entretanto nenhuma empresa demonstrou interesse em participar do certame.

Diante do exposto, fica republicado o pregão supracitado para o

dia 27 de Abril de 2010, às 14:00 horas.

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48- 3279-8020 8023 e 8035.

Biguaçu 12 de Abril de 2010.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal Em Exercício

Por delegação - Regina Evaldt
Secretária de Administração

Aditivo de Contrato 625

Aditivo n. 01 de valor contrato n. 625/2009
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

Aditivo n. 01 de valor contrato n. 625/2009, referente á aquisição de combustível tipo gasolina comum para uso do FMS, SAMU, Vigilância Epidemiologica E Sanitária, celebrado com a empresa Ama Com. De Combustiveis Ltda de acordo com o pregão presencial 100/2009 - FMS. O valor da gasolina comum de R\$ 2,54 passa para R\$ 2,60 o litro, referente ao pedido de reequilíbrio econômico-financeiro.

Aditivo de Contrato 638

Publicação de Aditivo Nº 01 do CTR 638/2009
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

Aditivo n. 01, de valor, do contrato n. 638/2009, aquisição de combustíveis tipo gasolina comum, álcool e diesel para uso das secretarias da Prefeitura Municipal de Biguaçu celebrado com a empresa Ama - Comercio de Combustiveis Ltda de acordo com o pregão presencial 207/2009 - PMB.
Modificam-se os valores dos combustíveis por motivo de reequilíbrio econômico financeiro ao contrato acima mencionado e assim se modifica o valor da gasolina para R\$ 2,60 (dois reais e sessenta e centavos) e do álcool para R\$ 2,06 (dois reais e seis centavos).

Contrato 160

Publicação de Contrato 160/2010
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

Contrato: 160/2010. Objeto: Aquisição de filtro solar para a secretaria de desenvolvimento urbano e transportes. Valor: R\$ 930,00.
Contratada: Proclean Distribuidora Ltda ME P Ltda. Vigência 31/12/2010, de acordo com o PP 27/2010 - PMB.

Contrato 165

Publicação de Contrato 165/2010
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

Contrato: 165/2010. Objeto: aquisição de materiais de consumo para uso no laboratório central de análises clínicas da secreta-



ria municipal da saúde de biguaçu. Valor: R\$ 5.870,00. Contratada: BR Diagnósticos e Serviços para Saúde Ltda ME. Vigência: 31/12/2010, de acordo com o PP 118/2010 - FMS.

Contrato 166

Publicação de Contrato 166/2010
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

Contrato: 166/2010. Objeto: aquisição de materiais de consumo para uso no laboratório central de análises clínicas da secretaria municipal da saúde de biguaçu. Valor: R\$ 4.799,19. Contratada: Centerlabsc Comércio de Produtos Laboratoriais. Vigência: 31/12/2010, de acordo com o PP 118/2010 - FMS.

Contrato 167

Publicação de Contrato 167/2010
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

Contrato: 167/2010. Objeto: aquisição de materiais de consumo para uso no laboratório central de análises clínicas da secretaria municipal da saúde de biguaçu. Valor: R\$ 15.917,50. Contratada: Crivitta Diagnóstica Ltda. Vigência: 31/12/2010, de acordo com o PP 118/2010 - FMS.

Contrato 168

Publicação de Contrato 168/2010
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

Contrato: 168/2010. Objeto: aquisição de materiais de consumo para uso no laboratório central de análises clínicas da secretaria municipal da saúde de biguaçu. Valor: R\$ 500,00. Contratada: Eduslab Comércio de Prod. Méd. Hosp. E Lab. Ltda ME. Vigência: 31/12/2010, de acordo com o PP 118/2010 - FMS.

Contrato 169

Publicação de Contrato 169/2010
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

Contrato: 169/2010. Objeto: aquisição de materiais de consumo para uso no laboratório central de análises clínicas da secretaria municipal da saúde de biguaçu. Valor: R\$ 6.802,75. Contratada: Epimed Produtos e Serviços para a Saúde Ltda Me. Vigência: 31/12/2010, de acordo com o PP 118/2010 - FMS.

Contrato 170

Publicação de Contrato 170/2010
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

Contrato: 170/2010. Objeto: aquisição de materiais de consumo

para uso no laboratório central de análises clínicas da secretaria municipal da saúde de biguaçu. Valor: R\$ 24.000,00. Contratada: Labor Import. Com & Import. Export. Ltda. Vigência: 31/12/2010, de acordo com o PP 118/2010 - FMS.

Contrato 171

Publicação de Contrato 171/2010
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

Contrato: 171/2010. Objeto: aquisição de materiais de consumo para uso no laboratório central de análises clínicas da secretaria municipal da saúde de biguaçu. Valor: R\$ 3.266,39. Contratada: Laborclin Produtos p/ Laboratórios Ltda. Vigência: 31/12/2010, de acordo com o PP 118/2010 - FMS.

Contrato 172

Publicação de Contrato 172/2010
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

Contrato: 172/2010. Objeto: aquisição de materiais de consumo para uso no laboratório central de análises clínicas da secretaria municipal da saúde de biguaçu. Valor: R\$ 24.070,00. Contratada: Máster Diagnóstica Prod. Lab. E Hosp. Ltda. Vigência: 31/12/2010, de acordo com o PP 118/2010 - FMS.

Contrato 173

Publicação de Contrato 173/2010
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

Contrato: 173/2010. Objeto: aquisição de materiais de consumo para uso no laboratório central de análises clínicas da secretaria municipal da saúde de biguaçu. Valor: R\$ 76.366,00. Contratada: Mediville Farmacêutica Ltda. Vigência: 31/12/2010, de acordo com o PP 118/2010 - FMS.

Contrato 174

Publicação de Contrato 174/2010
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

Contrato: 174/2010. Objeto: aquisição de materiais de consumo para uso no laboratório central de análises clínicas da secretaria municipal da saúde de biguaçu. Valor: R\$ 15.477,00. Contratada: Prontolab Equip. e Produtos Cient. Ltda. Vigência: 31/12/2010, de acordo com o PP 118/2010 - FMS.

Contrato 175

Publicação de Contrato 175/2010
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.



Contrato: 175/2010. Objeto: aquisição de materiais de consumo para uso no laboratório central de análises clínicas da secretaria municipal da saúde de biguaçu. Valor: R\$ 1.910,85. Contratada: Risiane Silveira da Cruz. Vigência: 31/12/2010, de acordo com o PP 118/2010 - FMS.

Contrato 176

Publicação de Contrato 176/2010
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

Contrato: 176/2010. Objeto: aquisição de materiais de consumo para uso no laboratório central de análises clínicas da secretaria municipal da saúde de biguaçu. Valor: R\$ 333,30. Contratada: Science - Com. De Equipamentos P/ Laboratórios Ltda. Vigência: 31/12/2010, de acordo com o PP 118/2010 - FMS.

Contrato 178

Publicação de Contrato 178/2010
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

Contrato: 178/2010. Objeto: Aquisição de materiais de limpeza e utensílios de uso geral para a secretaria municipal de saúde de biguaçu. Valor: R\$ 184,00. Contratada: Bruthan Comercial Ltda. Vigência: 31/12/2010, de acordo com o PP 03/2010 - FMS.

Contrato 179

Publicação de Contrato 179/2010
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

Contrato: 179/2010. Objeto: Aquisição de materiais de limpeza e utensílios de uso geral para a secretaria municipal de saúde de biguaçu. Valor: R\$ 36.915,00. Contratada: Cetec - Com. em Geral e Trein. Ltda. Vigência: 31/12/2010, de acordo com o PP 03/2010 - FMS.

Contrato 180

Publicação de Contrato 180/2010
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

Contrato: 180/2010. Objeto: Aquisição de materiais de limpeza e utensílios de uso geral para a secretaria municipal de saúde de biguaçu. Valor: R\$ 38.805,00. Contratada: Edgard Camargo Filho - ME. Vigência: 31/12/2010, de acordo com o PP 03/2010 - FMS.

Contrato 181

Publicação de Contrato 181/2010
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

Contrato: 181/2010. Objeto: Aquisição de materiais de limpeza

e utensílios de uso geral para a secretaria municipal de saúde de biguaçu. Valor: R\$ 33.996,00. Contratada: Luiz Fernando Sebold ME. Vigência: 31/12/2010, de acordo com o PP 03/2010 - FMS.

Contrato 182

Publicação de Contrato 182/2010
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

Contrato: 182/2010. Objeto: Aquisição de materiais de limpeza e utensílios de uso geral para a secretaria municipal de saúde de biguaçu. Valor: R\$ 760,00. Contratada: Paemi Com. E Distribuidora Ltda EPP. Vigência: 31/12/2010, de acordo com o PP 03/2010 - FMS.

Contrato 183

Publicação de Contrato 183/2010
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

Contrato: 183/2010. Objeto: Aquisição de materiais de limpeza e utensílios de uso geral para a secretaria municipal de saúde de biguaçu. Valor: R\$ 11.887,67. Contratada: Pereira Comércio de Artigos Descartáveis Ltda ME. Vigência: 31/12/2010, de acordo com o PP 03/2010 - FMS.

Contrato 184

Publicação de Contrato 184/2010
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

Contrato: 184/2010. Objeto: Aquisição de materiais de limpeza e utensílios de uso geral para a secretaria municipal de saúde de biguaçu. Valor: R\$ 4.430,00. Contratada: Proclean Distribuidora Ltda. Vigência: 31/12/2010, de acordo com o PP 03/2010 - FMS.

Contrato 185

Publicação de Contrato 185/2010
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

Contrato: 185/2010. Objeto: Aquisição de materiais de limpeza e utensílios de uso geral para a secretaria municipal de saúde de biguaçu. Valor: R\$ 98.016,50. Contratada: TAF Distribuidora Ltda. Vigência: 31/12/2010, de acordo com o PP 03/2010 - FMS.

Contrato 188

Publicação de Contrato 188/2010
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

Contrato: 188/2010. Objeto: Aquisição de móveis e eletroeletrônicos para uso da secretaria de educação. Valor: R\$ 1.738,00. Contratada: Cetec - Comércio Em Geral e Treinamento. Ltda EPP.



Vigência 31/12/2010, de acordo com o PP 32/2010 - PMB.

Contrato 189

Publicação de Contrato 189/2010
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

Contrato: 189/2010. Objeto: Aquisição de móveis e eletroeletrônicos para uso da secretaria de educação. Contratada: HP & E Materiais de Escritório Ltda ME. Valor: R\$ 4.894,00. Vigência 31/12/2010, de acordo com o PP 32/2010 - PMB.

Contrato 190

Publicação de Contrato 190/2010
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

Contrato: 190/2010. Objeto: Aquisição de móveis e eletroeletrônicos para uso da secretaria de educação. Contratada: Orleans Informática Ltda EPP. Valor: R\$ 2.398,10. Vigência 31/12/2010, de acordo com o PP 32/2010 - PMB.

Contrato 191

Publicação de Contrato 191/2010
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

Contrato: 191/2010. Objeto: Aquisição de materiais de expediente, escolar e didático para as secretarias da prefeitura de biguaçu. Valor: R\$ 55.009,25. Contratada: Aquinpel Supr. P/ Informática e Escritório Ltda. Vigência 31/12/2010, de acordo com o PP 19/2010 - PMB.

Contrato 192

Publicação de Contrato 192/2010
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

Contrato: 192/2010. Objeto: Aquisição de materiais de expediente, escolar e didático para as secretarias da prefeitura de biguaçu. Valor: R\$ 7.693,49. Contratada: Carlos Augusto dos Passos EPP. Vigência 31/12/2010, de acordo com o PP 19/2010 - PMB.

Contrato 193

Publicação de Contrato 193/2010
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

Contrato: 193/2010. Objeto: Aquisição de materiais de expediente, escolar e didático para as secretarias da prefeitura de biguaçu. Valor: R\$ 3.833,67. Contratada: Cetec - Comércio em Geral e Trein. Ltda EPP. Vigência 31/12/2010, de acordo com o PP

19/2010 - PMB.

Contrato 194

Publicação de Contrato 194/2010
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

Contrato: 194/2010. Objeto: Aquisição de materiais de expediente, escolar e didático para as secretarias da prefeitura de biguaçu. Valor: R\$ 1.242,02. Contratada: Comercial Vó Tabita Ltda EPP. Vigência 31/12/2010, de acordo com o PP 19/2010 - PMB.

Contrato 195

Publicação de Contrato 195/2010
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

Contrato: 195/2010. Objeto: Aquisição de materiais de expediente, escolar e didático para as secretarias da prefeitura de biguaçu. Valor: R\$ 1.950,00. Contratada: HP & e Materiais de Escritório Ltda ME. Vigência 31/12/2010, de acordo com o PP 19/2010 - PMB.

Contrato 196

Publicação de Contrato 196/2010
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

Contrato: 196/2010. Objeto: Aquisição de materiais de expediente, escolar e didático para as secretarias da prefeitura de biguaçu. Valor: R\$ 11.885,95. Contratada: Infotriz Comercial Ltda. Vigência 31/12/2010, de acordo com o PP 19/2010 - PMB.

Contrato 197

Publicação de Contrato 197/2010
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

Contrato: 197/2010. Objeto: Aquisição de materiais de expediente, escolar e didático para as secretarias da prefeitura de biguaçu. Valor: R\$ 9.344,85. Contratada: Orleans Informática Ltda EPP. Vigência 31/12/2010, de acordo com o PP 19/2010 - PMB.

Contrato 198

Publicação de Contrato 198/2010
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

Contrato: 198/2010. Objeto: Aquisição de materiais de expediente, escolar e didático para as secretarias da prefeitura de biguaçu. Valor: R\$ 1.539,20. Contratada: Orleans Informática Ltda EPP. Vigência 31/12/2010, de acordo com o PP 19/2010 - PMB



Contrato 206

Publicação de Contrato 206/2010
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

Contrato: 206/2010. Objeto: contratação de empresa para fornecimento de almoço tipo carreteiro e cooffee - break em dois períodos, para a realização do i seminário municipal de governo, a ser realizado no dia 06 de março de 2010 em local a ser definido pela prefeitura de biguaçu. Valor: R\$ 3.450,00. Contratada: Paemi Comercial e Distr. Ltda EPP. Vigência 06/04/2010, de acordo com o PP 48/2010 - PMB.

Contrato 207

Publicação de Contrato 207/2010
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

Contrato: 207/2010. Objeto: aquisição de materiais de limpeza para uso da secretaria de cultura, esporte, turismo e lazer. Valor: R\$ 560,00. Contratada: Cetec - Comércio em Geral e Treinamento. Ltda EPP. Vigência 31/12/2010, de acordo com o PP 29/2010 - PMB.

Contrato 208

Publicação de Contrato 208/2010
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

Contrato: 208/2010. Objeto: aquisição de materiais de limpeza para uso da secretaria de cultura, esporte, turismo e lazer. Valor: R\$ 1.071,12. Contratada: Edgard Camargo Filho ME. Vigência 31/12/2010, de acordo com o PP 29/2010 - PMB.

Contrato 209

Publicação de Contrato 209/2010
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

Contrato: 209/2010. Objeto: aquisição de materiais de limpeza para uso da secretaria de cultura, esporte, turismo e lazer. Valor: R\$ 526,10. Contratada: Pereira Comércio de Artigos Descartáveis Ltda ME. Vigência 31/12/2010, de acordo com o PP 29/2010 - PMB.

Contrato 210

Publicação de Contrato 210/2010
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

Contrato: 210/2010. Objeto: aquisição de materiais de limpeza para uso da secretaria de cultura, esporte, turismo e lazer. Valor: R\$ 1.113,30. Contratada: Proclean Distribuidora Ltda ME. Vigência 31/12/2010, de acordo com o PP 29/2010 - PMB.

Contrato 211

Publicação de Contrato 211/2010
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

Contrato: 211/2010. Objeto: aquisição de materiais de construção, elétrico, hidráulico, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo, oxigênio e gás para solda para uso da prefeitura municipal. Valor: R\$ 2.912,10. Contratada: Elizabeth Ribeiro Inácio da Silva ME. Vigência 31/12/2010, de acordo com o PP 06/2010 - PMB.

Contrato 212

Publicação de Contrato 212/2010
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

Contrato: 212/2010. Objeto: aquisição de materiais de construção, elétrico, hidráulico, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo, oxigênio e gás para solda para uso da prefeitura municipal. Valor: R\$ 158.803,80. Contratada: EMC Materiais de Construção Ltda ME. Vigência 31/12/2010, de acordo com o PP 06/2010 - PMB.

Contrato 213

Publicação de Contrato 213/2010
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

Contrato: 213/2010. Objeto: aquisição de materiais de construção, elétrico, hidráulico, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo, oxigênio e gás para solda para uso da prefeitura municipal. Valor: R\$ 90.327,45. Contratada: Geziane Cunha Furlan & Cia Ltda ME. Vigência 31/12/2010, de acordo com o PP 06/2010 - PMB.

Contrato 214

Publicação de Contrato 214/2010
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

Contrato: 214/2010. Objeto: aquisição de materiais de construção, elétrico, hidráulico, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo, oxigênio e gás para solda para uso da prefeitura municipal. Valor: R\$ 98.736,13. Contratada: HBJ Comércio de Materiais de Construção Ltda ME. Vigência 31/12/2010, de acordo com o PP 06/2010 - PMB

Contrato 215

Publicação de Contrato 215/2010
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

Contrato: 215/2010. Objeto: aquisição de materiais de construção, elétrico, hidráulico, ferramentas, equipamentos, materiais

de consumo, oxigênio e gás para solda para uso da prefeitura municipal. Valor: R\$ 780,00. Contratada: HP & e Materiais de Escritório Ltda ME. Vigência 31/12/2010, de acordo com o PP 06/2010 - PMB

Contrato 216

Publicação de Contrato 216/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

Contrato: 216/2010. Objeto: aquisição de materiais de construção, elétrico, hidráulico, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo, oxigênio e gás para solda para uso da prefeitura municipal. Valor: R\$ 60.000,00. Contratada: Industria e Comércio Metalúrgica Fermar Ltda. Vigência 31/12/2010, de acordo com o PP 06/2010 - PMB

Contrato 217

Publicação de Contrato 217/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

Contrato: 217/2010. Objeto: aquisição de materiais de construção, elétrico, hidráulico, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo, oxigênio e gás para solda para uso da prefeitura municipal. Valor: R\$ 106.664,40. Contratada: JMC Junkes Materiais de Construção Ltda. Vigência 31/12/2010, de acordo com o PP 06/2010 - PMB

Contrato 218

Publicação de Contrato 218/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

Contrato: 218/2010. Objeto: aquisição de materiais de construção, elétrico, hidráulico, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo, oxigênio e gás para solda para uso da prefeitura municipal. Valor: R\$ 1.782,00. Contratada: Luiz Fernando Sebold ME. Vigência 31/12/2010, de acordo com o PP 06/2010 - PMB.

Contrato 219

Publicação de Contrato 219/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

Contrato: 219/2010. Objeto: aquisição de materiais de construção, elétrico, hidráulico, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo, oxigênio e gás para solda para uso da prefeitura municipal. Valor: R\$ 61.428,20. Contratada: MMC - Marcelino Materiais de Const. Ltda - EPP. Vigência 31/12/2010, de acordo com o PP 06/2010 - PMB.

Contrato 221

Publicação de Contrato 221/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU

GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

Contrato: 221/2010. Objeto: aquisição de materiais de consumo para uso do centro de especialidades odontológicas e dos consultórios odontológicos da secretaria municipal da saúde. Valor: R\$ 938,50. Contratada: Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hosp. Ltda. Vigência: 31/12/2010, de acordo com o PP 01/2010 - FMS.

Contrato 222

Publicação de Contrato 222/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU

GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

Contrato: 222/2010. Objeto: aquisição de materiais de consumo para uso do centro de especialidades odontológicas e dos consultórios odontológicos da secretaria municipal da saúde. Valor: R\$ 9.245,19. Contratada: Dental Méd. Equip. Mat. Odont. E Hospitales Ltda. Vigência: 31/12/2010, de acordo com o PP 01/2010 - FMS.

Contrato 223

Publicação de Contrato 223/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU

GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

Contrato: 223/2010. Objeto: aquisição de materiais de consumo para uso do centro de especialidades odontológicas e dos consultórios odontológicos da secretaria municipal da saúde. Valor: R\$ 33.582,64. Contratada: Dental Méd Sul Artigos Odontológicos Ltda. Vigência: 31/12/2010, de acordo com o PP 01/2010 - FMS.

Contrato 224

Publicação de Contrato 224/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU

GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

Contrato: 224/2010. Objeto: aquisição de materiais de consumo para uso do centro de especialidades odontológicas e dos consultórios odontológicos da secretaria municipal da saúde. Valor: R\$ 5.054,10. Contratada: Dental Odontomed. Vigência: 31/12/2010, de acordo com o PP 01/2010 - FMS.

Contrato 225

Publicação de Contrato 225/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU

GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

Contrato: 225/2010. Objeto: aquisição de materiais de consumo para uso do centro de especialidades odontológicas e dos consultórios odontológicos da secretaria municipal da saúde. Valor: R\$ 1.345,45. Contratada: Dentária e Distrib. Hosp. Portoalegrense. Vigência: 31/12/2010, de acordo com o PP 01/2010 - FMS.

Contrato 226

Publicação de Contrato 226/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA



MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

Contrato: 226/2010. Objeto: aquisição de materiais de consumo para uso do centro de especialidades odontológicas e dos consultórios odontológicos da secretaria municipal da saúde. Valor: R\$ 22.242,10. Contratada: Dimaci SC Materiais Cirúrgicos Ltda. Vigência: 31/12/2010, de acordo com o PP 01/2010 - FMS.

Contrato 227

Publicação de Contrato 227/2010
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

Contrato: 227/2010. Objeto: aquisição de materiais de consumo para uso do centro de especialidades odontológicas e dos consultórios odontológicos da secretaria municipal da saúde. Valor: R\$ 1.160,00. Contratada: Gilmed Sul Comercio de Material Cirurgico. Vigência: 31/12/2010, de acordo com o PP 01/2010 - FMS.

Contrato 228

Publicação de Contrato 228/2010
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

Contrato: 228/2010. Objeto: aquisição de materiais de consumo para uso do centro de especialidades odontológicas e dos consultórios odontológicos da secretaria municipal da saúde. Valor: R\$ 6.288,90. Contratada: Plano B Com. De Mat. Hosp. E Odont. Ltda. Vigência: 31/12/2010, de acordo com o PP 01/2010 - FMS.

Contrato 229

Publicação de Contrato 229/2010
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

Contrato: 229/2010. Objeto: aquisição de materiais de consumo para uso do centro de especialidades odontológicas e dos consultórios odontológicos da secretaria municipal da saúde. Valor: R\$ 9.350,00. Contratada: Prestomed Distrib. De Méd. Ltda. Vigência: 31/12/2010, de acordo com o PP 01/2010 - FMS.

Contrato 230

Publicação de Contrato 230/2010
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

Contrato: 230/2010. Objeto: aquisição de materiais de consumo para uso do centro de especialidades odontológicas e dos consultórios odontológicos da secretaria municipal da saúde. Valor: R\$ 3.832,40. Contratada: Prhodent Com. Rep. Prod. Hosp. Ltda. Vigência: 31/12/2010, de acordo com o PP 01/2010 - FMS.

Contrato 231

Publicação de Contrato 231/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

Contrato: 231/2010. Objeto: aquisição de materiais de consumo para uso do centro de especialidades odontológicas e dos consultórios odontológicos da secretaria municipal da saúde. Valor: R\$ 6.889,96. Contratada: VRM Home Center Dental Médica Ltda. Vigência: 31/12/2010, de acordo com o PP 01/2010 - FMS.

Contrato 233

Publicação de Contrato 233/2010
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

Contrato: 233/2010. Objeto: contratação de empresa especializada para realizar transporte de passageiros em ônibus/ micro-ônibus e van. Valor: R\$ 86.399,97. Contratada: Dodotur Transporte e Viagens Ltda. Vigência 31/12/2010, de acordo com o PP 49/2010 - PMB

Contrato 234

Publicação de Contrato 234/2010
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

Contrato: 234/2010. Objeto: aquisição de condicionadores de ar com as devidas instalações para as secretarias de planejamento e gestão e secretaria de cultura, esporte, turismo e lazer. Valor: R\$ 9.000,00. Contratada: Grandes Marcas Comércio Ltda - ME. Vigência 31/12/2010, de acordo com o PP 37/2010 - PMB.

Contrato 235

Publicação de Contrato 235/2010
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

Contrato: 235/2010. Objeto: contratação de empresa especializada para prestação de serviços de sonorização para divulgação de projetos e eventos da secretaria de educação. Valor: R\$ 8.840,50. Contratada: Ademir Bosquetti Mateus ME. Vigência 31/12/2010, de acordo com o PP 41/2010 - PMB.

Contrato 238

Publicação de Contrato 238/2010
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

Contrato: 238/2010. Objeto: locação de 20 relógios ponto biométrico (leitor da digital), comunicação rede tcp/ip e pen drive, pelo prazo de 24 meses bem como na configuração software e aparelho, instalação, manutenção corretiva preventiva, substituição de aparelhos e software danificados e desatualizados quando necessário, curso de capacitação de funcionários no que tange a todos procedimentos de utilização do equipamento, assistência técnica das 8:00 hs às 18:00 hs de seg. à sexta. conforme especificações



discrita no item.. Valor: R\$ 63.600,00. Contratada: Superinfo Ltda. Vigência: até 08/03/2012, de acordo com o PP 98/2010 - FMS.

Contrato 239

Publicação de Contrato 239/2010
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

Contrato: 239/2010. Objeto: AQUISIÇÃO de material permanente para a ouvidoria municipal. Valor: R\$ 395,00. Contratada: CETEC - Comércio em Geral e Trein. Ltda EPP. Vigência 31/12/2010, de acordo com o PP 42/2010 - PMB.

Contrato 240

Publicação de Contrato 240/2010
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

Contrato: 240/2010. Objeto: aquisição de material permanente para a ouvidoria municipal. Valor: R\$ 549,90. Contratada: Elizângela Maciel da Silva ME. Vigência 31/12/2010, de acordo com o PP 42/2010 - PMB.

Contrato 242

Publicação de Contrato 242/2010
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

Contrato: 242/2010. Objeto: aquisição de material permanente para a ouvidoria municipal. Valor: R\$ 164,97. Contratada: Orleans Informática Ltda EPP. Vigência 31/12/2010, de acordo com o PP 42/2010 - PMB.

Contrato 243

Publicação de Contrato 243/2010
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

Contrato: 243/2010. Objeto: locação de brinquedos infantis para o eventos rua do lazer, realizado durante o ano de 2010. Valor: R\$ 16.350,00. Contratada: Cia do Lazer Ltda ME. Vigência 31/12/2010, de acordo com o PP 43/2010 - PMB.

Contrato 249

Publicação de Contrato 249/2010
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

Contrato: 249/2010. Objeto: aquisição de material de consumo e permanente voltado para terapia fonoaudiológica destinado ao setor de fonoaudiologia da secretaria municipal de saúde de biguaçu. Valor: R\$ 920,00. Contratada: Comércio de Materiais Médicos Hosp. Macrosul Ltda. Vigência: até 08/03/2012, de acordo com o PP 98/2010 - FMS.

Contrato 258

Publicação de Contrato 258/2010
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

Contrato: 258/2010. Objeto: aquisição de filtro de ar, filtro lubrificante, filtro de combustível, óleo para transmissão, óleo motor, óleo para hidráulico, fluido para freio e fluido pra transmissão automática para uso dos veículos do transporte escolar e da secretaria municipal de educação. Valor: R\$ 2.669,00. Contratada: Agricopel Com. Deriv. De Petróleo Ltda. Vigência: 31/12/2010, de acordo com o PP 39/2010 - PMB.

Contrato 259

Publicação de Contrato 259/2010
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

Contrato: 259/2010. Objeto: aquisição de filtro de ar, filtro lubrificante, filtro de combustível, óleo para transmissão, óleo motor, óleo para hidráulico, fluido para freio e fluido pra transmissão automática para uso dos veículos do transporte escolar e da secretaria municipal de educação. Valor: R\$ 220,00. Contratada: BR Tratores Com. de Peças Ltda ME. Vigência: 31/12/2010, de acordo com o PP 39/2010 - PMB.

Contrato 260

Publicação de Contrato 260/2010
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

Contrato: 260/2010. Objeto: aquisição de filtro de ar, filtro lubrificante, filtro de combustível, óleo para transmissão, óleo motor, óleo para hidráulico, fluido para freio e fluido pra transmissão automática para uso dos veículos do transporte escolar e da secretaria municipal de educação. Valor: R\$ 5.025,00. Contratada: Maucor - Distribuidora de Lubrif. Ltda. Vigência: 31/12/2010, de acordo com o PP 39/2010 - PMB.

Contrato 261

Publicação de Contrato 261/2010
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

Contrato: 261/2010. Objeto: aquisição de filtro de ar, filtro lubrificante, filtro de combustível, óleo para transmissão, óleo motor, óleo para hidráulico, fluido para freio e fluido pra transmissão automática para uso dos veículos do transporte escolar e da secretaria municipal de educação. Valor: R\$ 1.562,00. Contratada: Retrasa Recuperadora de Tratores. Vigência: 31/12/2010, de acordo com o PP 39/2010 - PMB.

Contrato 262

Publicação de Contrato 262/2010
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.



Contrato: 262/2010. Objeto: aquisição de material de enfermagem, de laboratório e medicamentos para uso do samu, do programa dst/hiv/aids e da secretaria municipal de saúde. Valor: R\$ 15.674,65. Contratada: Dimaci SC Materiais Cirúrgicos Ltda. Vigência: até 31/12/2010, de acordo com o PP 115/2010 - FMS.

Contrato 265

Publicação de Contrato 265/2010
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

Contrato: 265/2010. Objeto: contratação de empresa especializada na prestação de serviços de caminhão hidrojato para limpeza de tubulações de esgotos e redes pluviais. Valor: R\$ 36.000,00. Contratada: Asa Prestadora de Serviços Ltda. Vigência: 31/12/2010, de acordo com o PP 51/2010 - PMB.

Contrato 280

Publicação de Contrato 280/2010
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

Contrato: 280/2010. Objeto: aquisição de servidores e equipamentos de informática para uso do setor de tecnologia da informação, gabinete do prefeito, secretaria de obras e infra-estrutura, setor de tributos, secretaria de educação, secretaria de orçamento participativo e secretaria de planejamento. Valor: R\$ 2.515,20. Contratada: Andar Informática Ltda EPP. Vigência 31/12/2010, de acordo com o PP 02/2010 PMB .

Contrato 281

Publicação de Contrato 281/2010
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

Contrato: 281/2010. Objeto: aquisição de servidores e equipamentos de informática para uso do setor de tecnologia da informação, gabinete do prefeito, secretaria de obras e infra-estrutura, setor de tributos, secretaria de educação, secretaria de orçamento participativo e secretaria de planejamento. Valor: R\$ 34.308,00. Contratada: Com4 Informática Ltda ME. Vigência 31/12/2010, de acordo com o PP 02/2010 PMB.

Contrato 282

Publicação de Contrato 282/2010
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

Contrato: 282/2010. Objeto: aquisição de servidores e equipamentos de informática para uso do setor de tecnologia da informação, gabinete do prefeito, secretaria de obras e infra-estrutura, setor de tributos, secretaria de educação, secretaria de orçamento participativo e secretaria de planejamento. Valor: R\$ 12.401,80. Contratada: Elizangela Maciel da Silva ME. Vigência 31/12/2010, de acordo com o PP 02/2010 PMB.

Contrato 283

Publicação de Contrato 283/2010
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

Contrato: 283/2010. Objeto: aquisição de servidores e equipamentos de informática para uso do setor de tecnologia da informação, gabinete do prefeito, secretaria de obras e infra-estrutura, setor de tributos, secretaria de educação, secretaria de orçamento participativo e secretaria de planejamento. Valor: R\$ 3.597,00. Contratada: Escrimate Com. Repres. Mat. Escritório. Inf. Ltda ME. Vigência 31/12/2010, de acordo com o PP 02/2010 PMB.

Contrato 284

Publicação de Contrato 284/2010
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

Contrato: 284/2010. Objeto: aquisição de servidores e equipamentos de informática para uso do setor de tecnologia da informação, gabinete do prefeito, secretaria de obras e infra-estrutura, setor de tributos, secretaria de educação, secretaria de orçamento participativo e secretaria de planejamento. Valor: R\$ 895,90. Contratada: HP & Materiais de Escritório Ltda ME. Vigência 31/12/2010, de acordo com o PP 02/2010 PMB.

Contrato 285

Publicação de Contrato 285/2010
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

Contrato: 285/2010. Objeto: aquisição de servidores e equipamentos de informática para uso do setor de tecnologia da informação, gabinete do prefeito, secretaria de obras e infra-estrutura, setor de tributos, secretaria de educação, secretaria de orçamento participativo e secretaria de planejamento. Valor: R\$ 568,00. Contratada: Ilha Service Serviços de Informática Ltda. Vigência 31/12/2010, de acordo com o PP 02/2010 PMB.

Contrato 286

Publicação de Contrato 286/2010
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

Contrato: 286/2010. Objeto: aquisição de servidores e equipamentos de informática para uso do setor de tecnologia da informação, gabinete do prefeito, secretaria de obras e infra-estrutura, setor de tributos, secretaria de educação, secretaria de orçamento participativo e secretaria de planejamento. Valor: R\$ 400,80. Contratada: Paemi Comercial e Distr. Ltda EPP Vigência 31/12/2010, de acordo com o PP 02/2010 PMB.

Contrato 287

Publicação de Contrato 287/2010
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU



DIVISÃO DE LICITAÇÃO

Contrato 287/2010. Objeto: contratação de prestação de serviços de manutenção técnica preventiva e corretiva aos equipamentos odontológicos da unidade central de saúde. CEO e demais postos de saúde do município, de acordo com o anexo. Contratada: Ramon Carlos da Silva Junior ME. Valor: R\$ 32.500,00 de acordo com PP 23/2010 FMS.

Contrato 288

Publicação de Contrato 288/2010
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE LICITAÇÃO

Contrato 288/2010. Objeto: Contratação de empresa especializada para confecções de materiais gráficos para uso do centro de ensino profissionalizante. Contratada: Silveira & Santos Impressão de Produtos Gráficos Ltda - ME. Valor: R\$ 1.760,00 de acordo com PP 30/2010 PMB.

Contrato 290

Publicação de Contrato 290/2010
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
FUNREBOM
DIVISÃO DE LICITAÇÃO

Contrato 290/2010. Objeto: aquisição de oxigênio medicinal para uso da 3ª companhia de bombeiro militar. Contratada: White Martins Gases Industriais Ltda. Valor: R\$ 2.800,00 de acordo com PP 03/2010 Funrebom.

Contrato 291

Publicação de Contrato 291/2010
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE LICITAÇÃO

Contrato 291/2010. Objeto: aquisição de pneus para a secretaria do orçamento participativo. Contratada: Cetec - Comércio em Geral e Treinamento Ltda - EPP. Valor: R\$ 700,00. Vigência até 31/12/2010, acordo com PP 58/2010 PMB.

Contrato 292

Publicação de Contrato 292/2010
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

Contrato: 292/2010. Objeto: aquisição de materiais de construção para a secretaria de obras; desenvolvimento econômico; cultura, esporte turismo e lazer e para a reformulação dos banheiros da E.B.M. Fernando b. Viegas de Amorim. Valor: R\$ 1.789,00. Contratada: Elizabeth Ribeiro Inácio da Silva ME..Vigência 31/12/2010, de acordo com o PP 61/2010 PMB .

Contrato 293

Publicação de Contrato 293/2010
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.**

Contrato: 293/2010. Objeto: aquisição de materiais de construção para a secretaria de obras; desenvolvimento econômico; cultura, esporte turismo e lazer e para a reformulação dos banheiros da E.B.M. Fernando b. Viegas de Amorim. Valor: R\$ 3.412,00. Contratada: Geziane Cunha Furlan & Cia Ltda - ME. Vigência 31/12/2010, de acordo com o PP 61/2010 PMB .

Contrato 294

Publicação de Contrato 294/2010
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

Contrato: 294/2010. Objeto: aquisição de materiais de construção para a secretaria de obras; desenvolvimento econômico; cultura, esporte turismo e lazer e para a reformulação dos banheiros da E.B.M. Fernando b. Viegas de Amorim. Valor: R\$ 14.705,35. Contratada: JMC Junkes Materiais de Construção Ltda. Vigência 31/12/2010, de acordo com o PP 61/2010 PMB.

Contrato 303

Publicação de Contrato 303/2010
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

Contrato: 303/2010. Objeto: contratação de empresa especializada para prestação de serviço de fornecimento de passagens aéreas, destinadas ao transporte de servidores quando em viagens oficiais a serviço do município de biguaçu promovidas pelas secretarias desta municipalidade. Valor: R\$ 8.442,00. Contratada: Doma Turismo Ltda ME. Vigência 31/12/2010, de acordo com o PP 08/2010 FMS.

Contrato 304

Publicação de Contrato 304/2010
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

Contrato: 304/2010. Objeto: contratação de empresa especializada para prestação de serviço de fornecimento de passagens aéreas, destinadas ao transporte de servidores quando em viagens oficiais a serviço do município de biguaçu promovidas pelas secretarias desta municipalidade. Valor: R\$ 63.788,00 Contratada: Doma Turismo Ltda ME. Vigência 31/12/2010, de acordo com o PP 34/2010 - PMB.

Contrato 305

Publicação de Contrato 305/2010
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE BIGUAÇU
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

Contrato:305/2010 Objeto: contratação de empresa especializada para prestação de serviço de fornecimento de passagens aéreas, destinadas ao transporte de servidores quando em viagens oficiais a serviço do município de biguaçu promovidas pelas secretarias

desta municipalidade. Valor: R\$ 2.814,00 Contratada: Doma Turismo Ltda ME. Vigência 31/12/2010, de acordo com o PP 10/2010 - FMA.

Contrato 306

Publicação de Contrato 306/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE BIGUAÇU-FAMABI

GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

Contrato: 306/2010. Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de fornecimento de passagens aéreas, destinadas ao transporte de servidores quando em viagens oficiais a serviço do município de biguaçu promovidas pelas secretarias desta municipalidade. Valor: R\$ 2.814,00 Contratada: Doma Turismo Ltda ME . Vigência: 31/12/2010, de acordo com o PP 07/2010 FAMABI.

Contrato 307

Publicação de Contrato 307/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

Contrato: 307/2010. Objeto: Contratação de Empresa Especializada em serviços de sonorização para os eventos da "Rua de Lazer". Contratada: Ademir Bosquetti Mateus ME. Valor: R\$ 12.183,00. Vigência 31/12/2010, de acordo com o PP 68/2010 - PMB.

Contrato 308

Publicação de Contrato 308/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU

GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

Contrato: 308/2010. Objeto: Contratação de empresa para aquisição de paredes divisórias, portas, e serviço de montagem e desmontagem de paredes divisórias, portas e colocação para uso das unidades saúde de todo o município e dos programas desenvolvidos pela secretaria municipal da saúde. Contratada: Mendes Comércio e Decorações Ltda ME.

Valor: R\$ 26.900,00. Vigência: 31/12/2010, de acordo com o PP 06/2010 - FMS

Contrato 309

Publicação de Contrato 309/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU

GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

Contrato: 309/2010. Objeto: Aquisição de material de enfermagem, de laboratório e medicamentos para Secretaria Municipal de Saúde. Contratada: Comercial Cirúrgica Rio Clarense Ltda. Valor: R\$ 3.600,00. Vigência: 31/12/2010, de acordo com o PP 13/2010.

Contrato 310

Publicação de Contrato 310/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU

GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

Contrato: 310/2010. Objeto: Aquisição de material de enfermagem, de laboratório e medicamentos para Secretaria Municipal de Saúde. Contratada: Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda. Valor: R\$ 939,60. Vigência: 31/12/2010, de acordo com o PP 13/2010 - FMS.

Contrato 311

Publicação de Contrato 311/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU

GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

Contrato: 311/2010. Objeto: Aquisição de material de enfermagem, de laboratório e medicamentos para Secretaria Municipal de Saúde. Contratada: Dimaci SC Materiais Cirúrgicos Ltda. Valor: R\$ 934,80. Vigência: 31/12/2010, de acordo com o PP 13/2010 - FMS.

Contrato 312

Publicação de Contrato 312/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU

GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

Contrato: 312/2010. Objeto: Aquisição de material de enfermagem, de laboratório e medicamentos para Secretaria Municipal de Saúde. Contratada: Fufamed Com. e Imp. Méd. Hosp. Ltda. Valor: R\$ 4.865,00. Vigência: 31/12/2010, de acordo com o PP 13/2010 - FMS.

Contrato 313

Publicação de Contrato 313/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU

GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

Contrato: 313/2010. Objeto: Aquisição de material de enfermagem, de laboratório e medicamentos para Secretaria Municipal de Saúde. Contratada: Max Cirúrgica Com. de Mat. Hosp. Ltda. Valor: R\$ 1.623,00. Vigência: 31/12/2010, de acordo com o PP 13/2010 - FMS.

Contrato 314

Publicação de Contrato 314/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU

GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

Contrato: 314/2010. Objeto: Aquisição de material de enfermagem, de laboratório e medicamentos para Secretaria Municipal de Saúde. Contratada: Produvale Produtos Hospitalares. Ltda. Valor: R\$ 65.142,00. Vigência: 31/12/2010, de acordo com o PP 13/2010 - FMS.

Contrato 317

Publicação de Contrato 317/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU



FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE BIGUAÇU - FAMABI
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

Contrato: 317/2010. Objeto: Aquisição de centímetro de coluna em jornal de circulação estadual e circulação local, com publicação no mínimo de 04 vezes por semana, objetivando a publicações dos avisos de licitação, bem como: convocações, contratos, decretos e portarias desta municipalidade no ano de 2010. Contratada: RBS - ZERO HORA EDITORA JORNALÍSTICA S/A - JORNAL HORA DE SANTA CATARINA.

Valor: R\$ 1.978,00. Vigência até 31/12/2010, de acordo com o PP 12/2010 - FAMABI.

Contrato 318

Publicação de Contrato 318/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE BIGUAÇU - FAMABI
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

Contrato: 318/2010. Objeto: Aquisição de centímetro de coluna em jornal de circulação estadual e circulação local, com publicação no mínimo de 04 vezes por semana, objetivando a publicações dos avisos de licitação, bem como: convocações, contratos, decretos e portarias desta municipalidade no ano de 2010. Contratada: RBS - ZERO HORA EDITORA JORNALÍSTICA S/A - A NOTÍCIA.

Valor: R\$ 4.100,00. Vigência até 31/12/2010, de acordo com o PP 12/2010 - FAMABI.

Retificação Contrato 130

Retificação do Contrato 130/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU

GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

Fica retificada a publicação do contrato 130/2010 realizada no dia 10/03/2010 no Diário Oficial do Município, página 14. Onde lê-se: R\$ 60.095,65. Leia-se: R\$ 44.421,00.

Contrato 162

Publicação de Contrato 162/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

Contrato: 162/2010. Objeto: Aquisição de condicionadores de ar com as devidas instalações para a fundação do meio ambiente biguaçu. Valor: R\$ 3.600 Contratada: Grandes Marcas Comercio LTDA ME. Vigência 31/12/2010, de acordo com o PP 003/2010 FAMABI.

Contrato 187

Publicação de Contrato 187/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

Contrato: 187/2010. Objeto: Contratação de empresa especializada para a confecção de materiais gráficos para a fundação do meio ambiente de biguaçu. Valor: R\$ 1.670 Contratada: Silveira & Santos Impressão de Prod. Gráficos ME. Vigência 31/12/2010, de acordo com o PP 005/2010 FAMABI.

Contrato 199

Publicação de Contrato 199/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

Contrato: 199/2010. Objeto: Aquisição de materiais de higiene e limpeza para uso da casa lar e repam. Valor: R\$ 547 Contratada: Cristiani Louri Rodrigues e CIA LTDA ME. Vigência 31/12/2010, de acordo com o PP 005/2010 FIA.

Contrato 200

Publicação de Contrato 200/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

Contrato: 200/2010. Objeto: Aquisição de materiais de higiene e limpeza para uso da casa lar e repam. Valor: R\$ 6.343 Contratada: Luiz Fernando Sebold ME. Vigência 31/12/2010, de acordo com o PP 005/2010 FIA.

Contrato 201

Publicação de Contrato 201/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

Contrato: 201/2010. Objeto: Aquisição de materiais de higiene e limpeza para uso da casa lar e repam. Valor: R\$ 1.140 Contratada: MDH Comercial LTDA ME. Vigência 31/12/2010, de acordo com o PP 005/2010 FIA.

Contrato 202

Publicação de Contrato 202/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

Contrato: 202/2010. Objeto: Aquisição de materiais de higiene e limpeza para uso da casa lar e repam. Valor: R\$ 350 Contratada: Paemi Com. E Distribuidora LTDA. Vigência 31/12/2010, de acordo com o PP 005/2010 FIA.

Contrato 203

Publicação de Contrato 203/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

Contrato: 203/2010. Objeto: Aquisição de materiais de higiene e limpeza para uso da casa lar e repam. Valor: R\$ 2.237,12 Contratada: Pereira Comercio de Artigos Descartáveis LTDA ME. Vigência 31/12/2010, de acordo com o PP 005/2010 FIA.

Contrato 204

Publicação de Contrato 204/2010



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

Contrato: 204/2010. Objeto: Aquisição de materiais de higiene e limpeza para uso da casa lar e repam. Valor: R\$ 5.057,09 Contratada: Proclean Distribuidora LTDA. Vigência 31/12/2010, de acordo com o PP 005/2010 FIA.

Contrato 205

Publicação de Contrato 205/2010
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

Contrato: 205/2010. Objeto: Aquisição de materiais de higiene e limpeza para uso da casa lar e repam. Valor: R\$ 7.392 Contratada: Taf Distribuidora LTDA. Vigência 31/12/2010, de acordo com o PP 005/2010 FIA.

Contrato 220

Publicação de Contrato 220/2010
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

Contrato: 220/2010. Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços de coffee break para os eventos da secretaria municipal de assistência social e habitação. Valor: R\$ 8.700 Contratada: Luiz Fernando Sebold ME. Vigência 31/12/2010, de acordo com o PP 005/2010 FMAS.

Contrato 232

Publicação de Contrato 232/2010
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

Contrato: 232/2010. Objeto: Aquisição de computadores para uso da fundação de meio ambiente. Valor: R\$ 6.275 Contratada: Elizangela Maciel da Silva ME. Vigência 31/12/2010, de acordo com o PP 006/2010 FAMABI.

Contrato 244

Publicação de Contrato 244/2010
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

Contrato: 244/2010. Objeto: Aquisição de fraldas geriátricas e leite em pó infantil para distribuição aos munícipes carentes cadastrados na secretaria municipal de assistência social. Valor: R\$ 16.550 Contratada: Dimaci SC Material Cirúrgico LTDA. Vigência 31/12/2010, de acordo com o PP 002/2010 FMAS.

Contrato 245

Publicação de Contrato 245/2010
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

Contrato: 245/2010. Objeto: Aquisição de fraldas geriátricas e leite em pó infantil para distribuição aos munícipes carentes cadastrados na secretaria municipal de assistência social. Valor: R\$ 30.013,50 Contratada: Taf Distribuidora LTDA. Vigência 31/12/2010, de acordo com o PP 002/2010 FMAS.

Contrato 247

Publicação de Contrato 247/2010
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

Contrato: 247/2010. Objeto: Aquisição de equipamentos de informática para utilização da secretaria de agricultura. Valor: R\$ 2.400 Contratada: Comp4 Informatica LTDA. Vigência 31/12/2010, de acordo com o PP 012/2010 FMA.

Contrato 248

Publicação de Contrato 248/2010
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

Contrato: 248/2010. Objeto: Aquisição de equipamentos de informática para utilização da secretaria de agricultura. Valor: R\$ 2.389,98 Contratada: Elizangela Maciel da Silva ME. Vigência 31/12/2010, de acordo com o PP 012/2010 FMA.

Contrato 264

Publicação de Contrato 264/2010
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

Contrato: 264/2010. Objeto: Aquisição de uma central telefônica e aparelhos de telefone. Valor: R\$ 2.679,85 Contratada: Claudete Maria da Conceição Mendes ME. Vigência 31/12/2010, de acordo com o PP 008/2010 FAMABI.

Contrato 267

Publicação de Contrato 267/2010
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

Contrato: 267/2010. Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços com caminhão hidrojetado objetivando a limpeza e conservação das tubulações e fossas dos ceim's e escolas municipais referente ao ano de 2010. Valor: R\$ 6.440. Contratada: Expurgo Lar Prestadora de Serviços LTDA EPP. Vigência 31/12/2010, de acordo com o PP 045/2010 PMB.

Contrato 274

Publicação de Contrato 274/2010
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

Contrato: 274/2010. Objeto: Aquisição de bandeiras para solenidades realizadas pela prefeitura. Valor: R\$ 3.840. Contratada: Cetec Comercio em Geral e Trein. LTDA - EPP. Vigência 31/12/2010, de acordo com o PP 059/2010 PMB.

Contrato 275

Publicação de Contrato 275/2010
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

Contrato: 275/2010. Objeto: Contratação de empresa especializada (pessoa jurídica) ou autônomo (pessoa física), para ministrar cursos de patchwork, corte e costura, mecânica de motores marítimos e eletricista de automóveis, no centro de ensino profissionalizante, na rua hermógenes prazeres nº180. Valor: R\$ 6.200,00 Contratada: Cleusa Maria Teixeira. Vigência 31/12/2010, de acordo com o PP 050/2010 PMB .

Contrato 276

Publicação de Contrato 276/2010
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

Contrato: 276/2010. Objeto: Contratação de empresa especializada (pessoa jurídica) ou autônomo (pessoa física), para ministrar cursos de patchwork, corte e costura, mecânica de motores marítimos e eletricista de automóveis, no centro de ensino profissionalizante, na rua hermógenes prazeres nº180. Valor: R\$ 6.200,00 Contratada: Silvia Sonia Machado. Vigência 31/12/2010, de acordo com o PP 050/2010 PMB.

Contrato 277

Publicação de Contrato 277/2010
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

Contrato: 277/2010. Objeto: Aquisição de material (kit maternidade) para o programa saúde da criança. Valor: R\$ 3.975,00. Contratada: Bruthan Comercial LTDA. Vigência 31/12/2010, de acordo com o PP 020/2010 FMS .

Contrato 278

Publicação de Contrato 278/2010
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

Contrato: 278/2010. Objeto: Aquisição de material (kit maternidade) para o programa saúde da criança. Valor: R\$ 2.425. Contratada: HP & e Materiais de Escritório LTDA ME. Vigência 31/12/2010, de acordo com o PP 020/2010 FMS .

Contrato 279

Publicação de Contrato 279/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

Contrato: 279/2010. Objeto: Aquisição de material (kit maternidade) para o programa saúde da criança. Valor: R\$ 3.330. Contratada: Paemi Com. E Distribuidora LTDA EPP. Vigência 31/12/2010, de acordo com o PP 020/2010 FMS.

Contrato 512

Publicação de Contrato 512/2010
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

Contrato: 512/2010. Objeto: Aquisição de material permanente para o abrigo municipal casa lar de biguaçu. Valor: R\$ 3.523 Contratada: Bruthan Comercial LTDA. Vigência 31/12/2010, de acordo com o PP 008/2010 FIA.

Contrato 513

Publicação de Contrato 513/2010
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

Contrato: 513/2010. Objeto: Aquisição de material permanente para o abrigo municipal casa lar de biguaçu. Valor: R\$ 1.225,99 Contratada: Elizangela Maciel da Silva ME. Vigência 31/12/2010, de acordo com o PP 008/2010 FIA.

Contrato 620

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
GERENCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

ADITIVO N. 01, DE VALOR, DO CONTRATO N. 620/2009, AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS TIPO GASOLINA COMUM, ÁLCOOL E DIESEL PARA USO DAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU CELEBRADO COM A EMPRESA AMA - COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA DE ACORDO COM O PREGÃO PRESENCIAL 28/2009 - FMA.Modifica-se o valor do combustível por motivo de reequilíbrio econômico financeiro ao contrato acima mencionado e assim se modifica o valor da gasolina para R\$ 2,65 (dois reais e sessenta e cinco centavos).

Contrato 639

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
GERENCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

ADITIVO N. 01, DE VALOR, DO CONTRATO N. 639/2009, AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS TIPO GASOLINA COMUM, ÁLCOOL E DIESEL PARA USO DAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU CELEBRADO COM A EMPRESA AMA - COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA DE ACORDO COM O PREGÃO PRESENCIAL 44/2009 - FMAS.Modifica-se o valor do combustível por motivo de reequilíbrio econômico financeiro ao contrato acima mencionado e assim se modifica o valor da gasolina para R\$ 2,60 (dois reais e sessenta e centavos).

Contrato 322

Publicação de Contrato 322/2010
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

Contrato 322/2010. Objeto: aquisição de materiais para sinalização/demarcação viária para uso da secretaria de desenvolvimento urbano e transportes. Valor: R\$ 18.355,00. Contratada: Sale Service Ind. Com. e Serv. De Sinalização Viária. Vigência: 31/12/2010 de acordo com o Pregão Presencial 69/2010 - PMB.

Contrato 323

Publicação de Contrato 323/2010
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

Contrato 323/2010. Objeto: aquisição de materiais para sinalização/demarcação viária para uso da secretaria de desenvolvimento urbano e transportes. Valor: R\$ 15.036,20. Contratada: Suporte Comércio e Serviços Ltda. Vigência: 31/12/2010 de acordo com o Pregão Presencial 69/2010 - PMB.

Contrato 321

Publicação de Contrato 321/2010
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

Contrato 321/2010. Objeto: aquisição de materiais para sinalização/demarcação viária para uso da secretaria de desenvolvimento urbano e transportes. Valor: R\$ 2.620,00. Contratada: Geziane Cunha Furlan & Cia Ltda - ME. Vigência: 31/12/2010 de acordo com o Pregão Presencial 69/2010 - PMB.

Braço do Trombudo**PREFEITURA MUNICIPAL****Homologação Processo Seletivo 002/2010**

Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo
Homologação das Inscrições
Edital De Processo Seletivo Nº 002/2010
Auxiliar de Serviços Gerais Merendeira/Faxineira

Ficam homologadas as seguintes inscrições, conforme edital de processo Seletivo nº 002/2010 que abre inscrições e baixa normas para a seleção e contratação de Auxiliar de Serviços Gerais Merendeira/Faxineira, em caráter temporário.

Nome	Nº de inscrição
Márcia Maria Schäfer Renken	001
Zeli Nazário Rodrigues	002
Ana Paula Siebert de Souza	003
Angélica Muniz do Prado	004
Rosângela Niederhaus	005
Iara Bennert	006

Joana Lemos Medeiros Valente	007
Maria Magdalena Macedo	008
Beatriz Pereira	009
Aline Fernanda Chiqueleiro	010
Eliane Moreira Woelcker	011
Elisângela Corrêa da Costa da Silva	012

Braço do Trombudo, 13 de abril de 2010
VILBERTO MULLER SCHOVINDER
Prefeito Municipal

Caçador**PREFEITURA MUNICIPAL****Lei nº 2.696**

L E I Nº 2.696, de 12 de abril de 2010.

Dispõe sobre os estabelecimentos de abate de animais, a industrialização, a elaboração, o processamento e a comercialização de produtos de origem animal e vegetal destinados ao consumo humano, no Município de Caçador e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

L E I :

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica instituído o Serviço de Inspeção Municipal - SIM, com a finalidade de fiscalizar os estabelecimentos de abate de animais, a industrialização, a elaboração, o processamento e a comercialização de produtos de origem animal e vegetal destinados ao consumo humano, no Município de Caçador vinculado à Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e do Interior.

Art. 2º A inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal ou vegetal é privativa da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e do Interior, através do Serviço de Inspeção Municipal, ou do órgão ou instituição que vier a substituí-lo, sempre que se tratar de produtos destinados ao comércio municipal.

Parágrafo único. É expressamente proibido, em todo o território municipal, a duplicidade de fiscalização industrial e sanitária em qualquer estabelecimento industrial ou entreposto de produtos de origem animal ou vegetal, que será exercida por um único órgão, conforme Lei Federal nº 1.283/50.

Art. 3º O Serviço de Inspeção Municipal - SIM atuará de acordo com o que dispõem a Lei Federal nº 7.889, de 23/11/1989, Leis Estaduais nº 8.534, de 19/01/1992 e nº 10.610 de 01/12/1997, Decretos Estaduais nº 3.748 de 12/07/1993 e nº 3.100 de 20/07/1998, legislação municipal e as normas oriundas desta Lei e Regulamento, sujeitando-se, ainda, às obrigações contidas no art. 102, itens 1 a 5 e 8 a 17, do Decreto Federal nº 30.691, de 29/03/1952 (alterado pelo Decreto Federal nº 1.255, de 25/06/1962).

Art. 4º O SIM será exercido em todo o território do Município de Caçador e atenderá acerca das condições higiênico-sanitárias dos abatedouros de animais e estabelecimentos que industrializem e



elaborem produtos destinados ao consumo humano, ressalvada a competência do Serviço de Inspeção Federal - SIF e Serviço de Inspeção Estadual - SIE.

§ 1º A inspeção Sanitária será instalada junto a cada estabelecimento de abate e industrialização e terá caráter permanente.

§ 2º Não será permitida a comercialização no Município de Caçador, de qualquer produto de origem animal que não ateste que tenha sido inspecionada pela Autoridade Federal - SIF, ou pela Autoridade Estadual - SIE ou pelo SIM de Caçador, e qualquer produto de origem vegetal em desacordo com a legislação vigente, sendo, portanto, considerada clandestina e sujeita à apreensão, nos termos da legislação em vigor.

§ 3º São considerados passíveis de inspeção pelo Serviço de Inspeção Municipal - SIM os produtos destinados ao consumo humano das seguintes matérias primas, seus derivados e subprodutos:

I - carnes e pescados, conforme Regulamento;

II - leite;

III - ovos;

IV - produtos apícolas;

V - frutas;

VI - cereais;

VII - micro-organismos;

VIII - outros produtos de origem animal e vegetal.

§ 4º Os produtos destinados ao consumo humano em natureza ou derivados, deverão atender aos padrões de identidade e qualidade previstos na legislação sanitária e pelo Código de Defesa do Consumidor.

Art. 5º A inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal e vegetal, a cargo do Serviço de Inspeção Municipal, abrange:

I - a classificação e funcionamento dos estabelecimentos;

II - as condições e exigências para registros dos estabelecimentos;

III - a higiene geral dos estabelecimentos registrados ou relacionados;

IV - a captação, canalização, depósito, tratamento e distribuição de água de abastecimento, bem como a captação, distribuição e tratamento das águas residuais e dejetos;

V - a inspeção "ante e post mortem" dos animais destinados ao abate;

VI - a inspeção e reinspeção de todos os produtos, subprodutos e matérias-primas de origem animal e vegetal, durante as diferentes fases de recebimento, industrialização, elaboração, manipulação, preparo, acondicionamento, depósito, conservação, nos postos e/ou entrepostos de comercialização ou manipulação e no transporte;

VII - o registro de rótulos, obedecidas às exigências que disciplinam a matéria;

VIII - a carimbagem de carcaças e cortes de carnes, bem como a identificação e demais dizeres a serem impressos nas embalagens de outros produtos de origem animal atestando a inspeção realizada;

IX - a classificação de produtos e subprodutos, de acordo com os tipos e padrões previstos em normas específicas;

X - os exames tecnológicos, microbiológicos, físico-químicos e toxicológicos das matérias-primas e produtos, quando for o caso;

XI - os produtos e subprodutos existentes nos mercados de consumo, para efeito de verificação do cumprimento das medidas estabelecidas no presente Regulamento;

XII - as matérias-primas nas fontes produtoras e intermediárias, bem como em trânsito nas vias públicas e rodovias;

XIII - outros recursos que se tornem necessários para maior eficiência da inspeção industrial e sanitária dos produtos industrializados ou elaborados.

Art. 6º Os produtos inspecionados pelo Serviço de Inspeção Municipal poderão ser comercializados em todo o território do Município, cumpridas as exigências desta Lei e seu regulamento.

§ 1º Para que os produtos de que trata esta Lei possam ser comercializados em todo o território estadual, o Município poderá realizar convênio com o Serviço de Inspeção Estadual - SIE, nos termos das Leis Estaduais nº 10.610/97.

§ 2º Para que os produtos de que trata esta Lei possam ser comercializados em todo o território nacional, os estabelecimentos deverão atender os requisitos estabelecidos pelo Decreto Federal nº 5.741/06 e a Instrução Normativa nº 19/06, do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento.

§ 3º Os produtos inspecionados pelo Serviço de Inspeção Municipal poderão ter origem controlada, desde que cumprida as exigências da Lei estadual nº 12.117/02 e Decreto Estadual nº 4323/02.

Art. 7º Na defesa da Saúde Pública não será permitido o funcionamento de qualquer estabelecimento que abata e industrialize e elabore produtos comestíveis que não disponham do competente registro no SIM de Caçador, salvo se este for aprovado junto ao SIF ou SIE.

Parágrafo único. Os estabelecimentos já existentes, para se adequarem a esta Lei, deverão apresentar os respectivos projetos para aprovação e registro no SIM.

CAPÍTULO II

DA OBTENÇÃO DE REGISTRO, DO CADASTRAMENTO E DA APROVAÇÃO DE PROJETOS

Art. 8º Devem ser registrados junto ao Serviço de Inspeção Municipal os estabelecimentos que elaboram produtos comestíveis das matérias-primas, seus derivados e subprodutos, descritos no § 3º do art. 4º da presente Lei.

Art. 9º Estão sujeitos a cadastramento junto ao SIM os postos e/ou entrepostos que, de modo geral, recebam, armazenem, fracionem, manipulem, conservem, distribuam ou acondicionem produtos comestíveis das matérias-primas, seus derivados e subprodutos, descritos no § 3º do art. 4º da presente Lei.

Parágrafo único. Nestes estabelecimentos não é necessária a inspeção em caráter permanente, entretanto, estes deverão atender os procedimentos e critérios sanitários estabelecidos pela legislação federal.

Art. 10. Deverá ser submetido a aprovação do SIM todo e qualquer projeto visando a construção, instalação ou ampliação de estabelecimentos destinados ao abate de animais e industrialização de produtos de origem animal e vegetal.

Parágrafo único. Para obterem a aprovação do SIM, os projetos deverão ser encaminhados através de requerimento dirigido ao Secretário Municipal de Agricultura, Pecuária e do Interior e deles constar:

I - Atestado de Vistoria da Localização;

II - Plantas Baixas de todos os prédios e pavimentos;

III - Plantas de Cortes e Faixadas;

IV - Plantas Hidrossanitárias com detalhes sobre rede de esgoto e abastecimento de água;

V - Atestado de Aprovação Ambiental.

Art. 11. Serão deferidos os projetos que se enquadrem nos dispositivos da presente Lei, no que dispõem as legislações mencionadas no art. 2º.

Art. 12. Concluídas as obras e instalados os equipamentos, o es-

tabelecimento deverá requerer ao SIM a vistoria prévia e a autorização para início das atividades do estabelecimento.

Art. 13. O SIM expedirá dois tipos de registros:

I - de caráter provisório, que não poderá ser superior a 06 (seis) meses;

II - de caráter definitivo, obedecendo cada qual uma série numérica própria.

§ 1º O registro de caráter provisório será emitido pelo SIM aos estabelecimentos que, não se enquadrando integralmente nos dispositivos desta Lei, possuírem condições para obter o caráter definitivo, no prazo de 06 (seis) meses, condicionado ao preenchimento de todos os requisitos desta Lei.

§ 2º O registro de caráter definitivo será emitido pelo SIM, para estabelecimentos já existentes e que se enquadrem nos preceitos desta Lei ou para aqueles que, possuindo registro provisório, tenham concluídos seus projetos de adequação a esta Lei.

Art. 14. O número de registro dos estabelecimentos que abatem animais e industrializem ou elaborem produtos de origem animal ou vegetal constará, obrigatoriamente, nos rótulos, certificados, carimbos de inspeção dos produtos, notas fiscais e outros documentos do estabelecimento.

Art. 15. O SIM, ao conceder o número de registro do estabelecimento fornecerá, também, o respectivo título de registro, o qual constará o nome da empresa, localização do estabelecimento, sua classificação bem como outros elementos julgados necessários.

Art. 16. O requerimento de registro no SIM será dirigido ao Secretário Municipal de Agricultura, Pecuária e do Interior, instruindo-se o processo com os seguintes documentos:

I - Requerimento dirigido ao Secretário Municipal de Agricultura, Pecuária e do Interior de Caçador, solicitando registro e a inspeção do Serviço de Inspeção Municipal.

II - Inscrição junto a Fazenda Municipal;

III - Planta de situação e localização;

IV - Plantas baixas de todos os prédios e pavimentos;

V - Planta de corte e faixadas;

VI - Planta hidrosanitária com detalhe sobre rede de esgoto e rede abastecimento de água potável;

VII - Projeto de tratamento de efluentes.

VIII - Licença Ambiental concedida por órgão competente se for o caso;

IX - Relação discriminada do maquinário e fluxograma de produção;

X - Registro no Cadastro Geral de Contribuintes ou Cadastro de Pessoa Física, conforme o caso;

XI - Alvará de licença para construção, fornecido mediante aprovação de projeto;

XII - Exame de qualidade da água de abastecimento e serviço.

Parágrafo único. Tanto para o requerimento do registro, definitivo ou provisório, bem como o cadastramento, considera-se indispensável a apresentação do boletim oficial de exame da água de abastecimento, cujo padrão microbiológico e químico deverá atender o disposto no art. 48, do Decreto Estadual nº 3.748, de 12/07/93 ou outro que venha a substituí-lo.

Art. 17. O recebimento de documentação, aprovação de projeto e registro de estabelecimento será de competência de profissional qualificado pela Inspeção Municipal, podendo dispor de auxiliares treinados, que ficarão sob a responsabilidade deste profissional.

Art. 18. Nenhum estabelecimento industrial ou entreposto de produtos de origem animal poderá funcionar no Município, sem que esteja previamente registrado no órgão competente para a fisca-

lização da sua atividade, conforme previsto na Lei nº 7.889/89.

Art. 19. Os estabelecimentos registrados ou cadastrados no SIM deverão manter livro oficial, onde serão registradas as informações, recomendação e visitas do Órgão de Inspeção Municipal, objetivando o controle sanitário da produção.

Art. 20. As instalações dos estabelecimentos registrados ou cadastrados pelo SIM deverão dispor de dependências e instalações mínimas necessárias ao funcionamento, conforme previsto no Regulamento.

Art. 21. Qualquer ampliação, remodelação ou construção nos estabelecimentos registrados, tanto de suas dependências quanto instalações, só poderão ser feitas após aprovação prévia dos projetos técnicos pelo Serviço de Inspeção Municipal.

Art. 22. O estabelecimento que interromper seu funcionamento, só poderá reiniciar suas atividades mediante a inspeção prévia de todas suas dependências, instalações e equipamentos.

Parágrafo único. Quando a interrupção do funcionamento ultrapassar 12 (doze) meses, será cancelado o respectivo registro.

Art. 23. Quando ocorrer mudança de proprietário(s) e ou administrador(es) em estabelecimentos registrados, os novos responsáveis deverão, de imediato, comunicar e proceder as devidas transferências no âmbito do Serviço de Inspeção Municipal.

CAPÍTULO III

DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

Art. 24. O controle sanitário de rebanho que gere matéria prima para produção de alimentos, é obrigatório e deverá seguir orientação dos órgãos oficiais de defesa sanitária animal.

Art. 25. Compete a Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e do Interior, através do Serviço de Inspeção Municipal, a execução das ações pertinentes ao cumprimento das normas de implantação, registro, cadastramento, funcionamento, inspeção dos produtos e fiscalização dos estabelecimentos.

Art. 26. A fiscalização, de que trata esta Lei, far-se-á em todos os estabelecimentos que elaboram produtos comestíveis das matérias-primas, seus derivados e subprodutos, descritos no § 3º do art. 4º da presente Lei, além dos entrepostos que, de modo geral, recebam, manipulem, armazenem, conservem ou acondicionem produtos de origem animal e nas propriedades rurais que produzam matéria-prima as agroindústrias licenciadas por este SIM. Parágrafo único. A inspeção do Serviço de Inspeção Municipal se estende às casas atacadistas e varejistas, em caráter supletivo, sem prejuízo da fiscalização sanitária prévia, e terá por objetivo verificar se existem produtos de origem animal, procedentes de outros municípios ou de Caçador, que não foram inspecionados nos postos de origem ou quando o tenham sido, infringjam dispositivos deste Regulamento.

Art. 27. Os produtos deverão ser transportados e armazenados em condições adequadas para preservação e sua qualidade.

Art. 28. A embalagem por produto, quando necessária, deverá ser produzida por empresa credenciada junto ao Ministério da Saúde e conter todas as informações preconizadas no § 4º, art. 4º, da presente Lei.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 29. Ficará a cargo do Serviço de Inspeção Municipal, fazer



cumprir esta Lei e as normas e regulamentos que vierem a ser implantados, por meios de dispositivos legais que dizem respeito à inspeção sanitária e industrial dos estabelecimentos.

Art. 30. Será cobrada taxa de expediente referente às inspeções sanitárias realizadas nos estabelecimentos referidos nesta Lei, nos termos da legislação tributária municipal e do regulamento.

Art. 31. A caracterização de qualquer tipo de fraude, infração ou descumprimento desta Lei, sujeitará o infrator às sanções previstas em Lei Federal, Estadual e Municipal e no regulamento desta Lei.

Art. 32. As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta da dotação orçamentária vigente da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e do Interior.

Art. 33. O Poder Executivo Municipal irá publicar, no prazo de até 30 dias, decreto regulamentando as exigências documentais para aprovação do projeto e registro do estabelecimento, bem como as condições higiênico-sanitárias do estabelecimento, procedimentos de abate e elaboração de produtos, exames laboratoriais, localização do estabelecimento e demais dispositivos necessários para a organização, estruturação e funcionamento do Serviço de Inspeção Municipal - SIM.

Art. 34. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 35. Fica revogada a Lei nº 2.435, de 20 de abril de 2007.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 12 de abril de 2010.

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal.

Lei nº 2.697

L E I Nº 2.697, de 12 de abril de 2010.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar Termo de Convênio com o Estado de Santa Catarina, através da Delegacia Regional de Polícia Civil de Caçador.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

L E I :

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal de Caçador autorizado a firmar Termo de Convênio de Cooperação com o Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 83.931.550/0001-51, através da Delegacia Regional de Polícia Civil de Caçador, com sede na Rua Anita Garibaldi, nº 425, Centro, neste Município de Caçador, objetivando a cedência de funcionários, conforme minuta do Convênio anexa, que fica fazendo parte integrante da presente Lei.

Art. 2º As despesas decorrentes com a execução desta Lei, correrão por conta de dotações próprias da Secretaria Municipal da Administração e Fazenda, conforme segue:

02.02 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
Programa - 04.123.0002.2.005 - Manutenção Secretaria da Administração e Fazenda
Elemento - 3.1.90.30.00 - Aplicações Diretas

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 12 de abril de 2010.

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal.

TERMO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO QUE ENTRE SI FAZEM O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL E O ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL DE CAÇADOR.

O MUNICÍPIO DE CAÇADOR, pessoa jurídica de direito público interno, estabelecido na Avenida Santa Catarina, 195, Caçador, Santa Catarina, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 83.074.302/0001-31, neste ato representando pelo Senhor Prefeito Municipal de Caçador, SAULO SPEROTTO, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade e comarca, doravante denominado MUNICÍPIO e o ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL DE CAÇADOR- SC, situada a rua Anita Garibaldi, nº 425, centro, neste município, neste ato representada por sua Delegada Regional, Senhora Sirlei Gutoski, brasileira, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominada POLÍCIA CIVIL, assinam o presente Termo de Convênio, conforme cláusulas e condições abaixo discriminadas:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente instrumento tem por objetivo celebrar parceria entre o MUNICÍPIO e a POLÍCIA CIVIL, no sentido de possibilitar cooperação, colocando à sua disposição servidores que auxiliarão nas atividades desenvolvidas por esta entidade.

a)CLÁUSULA SEGUNDA - O presente Convênio tem por objeto a cessão, com ônus para o município, de Servidores Públicos Municipais, que desempenharão atividades junto à POLÍCIA CIVIL.

DAS OBRIGAÇÕES

CLÁUSULA TERCEIRA - Compete ao MUNICÍPIO:

a)- Cabe ao MUNICÍPIO relacionar os Servidores a serem colocados à disposição da POLÍCIA CIVIL, a fim de desempenharem serviços de natureza administrativa;

b)- O MUNICÍPIO deverá arcar com todas as despesas decorrentes do cumprimento do presente Termo de Convênio, através da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda;

CLÁUSULA QUARTA - Compete a POLÍCIA CIVIL:

a)estabelecer as tarefas que serão realizadas pelos Servidores colocados à disposição;

b)receber, instrumentalizar, preparar dar todas as condições de trabalho aos Servidores Municipais postos à disposição, para fiel exercício das atividades para a qual forem designados;

c)certificar o ponto pela assiduidade dos Servidores Públicos Municipais e encaminhar à Secretaria da Administração e Fazenda para as providências necessárias;

d)exigir e respeitar a carga horária de cada Servidor Público Municipal posto à disposição, evitando-se a prestação de serviço extraordinário;

e)colocar o servidor à disposição do MUNICÍPIO, sempre que esse se mostre inadequado à tarefa para a qual foi designado.

Parágrafo único - Para o cumprimento do presente instrumento, o relacionamento entre as partes se dará entre o PREFEITO MUNICIPAL e o DELEGADO REGIONAL do Órgão Administrativo



Estadual beneficiado.

DO PRAZO

CLÁUSULA QUINTA - O presente Convênio terá vigência a partir da data de sua publicação, retroagindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2010 e término em 31 de dezembro de 2012, podendo ser rescindido a qualquer tempo de comum acordo entre os convenientes ou unilateralmente mediante denúncia por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias e, ainda, por inadimplência de suas cláusulas, de conformidade com a legislação.

DO FORO

CLÁUSULA SÉXTA - Fica eleito o Foro da Comarca de Caçador, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução do presente termo de convênio.

E, por assim estarem acordes, assinam o presente Termo de Convênio em três vias de igual teor, as partes convenientes, juntamente com duas testemunhas.

Caçador, 12 de abril de 2010.

SAULO SPEROTTO,
PREFEITO MUNICIPAL.SIRLEI GUTOSKI
DELEGADA REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL DE CAÇADOR - SC.

TESTEMUNHA 1 _____
NOME _____
CPF _____ TESTEMUNHA
2 _____
NOME _____
CPF _____

Lei nº 2.698

L E I Nº 2.698, de 12 de abril de 2010.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar Termo de Convênio de Cooperação com o Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Caçador.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

L E I :

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal de Caçador autorizado a firmar Termo de Convênio de Cooperação com o Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Caçador, inscrita no CNPJ sob o nº 05.630.479/0001-63, com sede na Rua Carlos Coelho de Souza, nº 120, neste Município de Caçador, objetivando a cedência de Servidores Públicos Municipais, conforme minuta do Convênio anexa, que fica fazendo parte integrante da presente Lei.

Art. 2º As despesas decorrentes com a execução desta Lei, correrão por conta de dotações próprias da Secretaria Municipal da Administração e Fazenda, conforme segue:

02.02 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
Programa - 04.123.0002.2.005 - Manutenção Secretaria da Administração e Fazenda
Elemento - 3.1.90.30.00 - Aplicações Diretas

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 12 de abril de 2010.

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal.

TERMO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE CAÇADOR E O GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE CAÇADOR.

O MUNICÍPIO DE CAÇADOR, pessoa jurídica de direito público interno, estabelecido na Avenida Santa Catarina, 195, Caçador, Santa Catarina, devidamente inscrito no CNPJ sob o nº 83.074.302/0001-31, neste ato representado pelo Senhor Prefeito Municipal de Caçador, SAULO SPEROTTO, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade e comarca, doravante denominado MUNICÍPIO e o GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE CAÇADOR, inscrito no CNPJ sob o nº 05.630.479/0001-63, com sede na Rua Carlos Coelho de Souza, nº 120, bairro DER, neste município, neste ato representado por seu Secretário Senhor GILBERTO AMARO COMAZZETTO, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade e comarca, doravante denominada SDR, assinam o presente Termo de Convênio, conforme cláusulas e condições abaixo discriminadas:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente instrumento tem por objetivo celebrar parceria entre o MUNICÍPIO e a SDR, no sentido de possibilitar cooperação, colocando à sua disposição servidores que desempenharão atividades junto ao INSTITUTO GERAL DE PERÍCIAS - IGP.

DAS OBRIGAÇÕES

CLAUSULA SEGUNDA - Compete ao MUNICÍPIO:

- a)- Cabe ao MUNICÍPIO relacionar os Servidores a serem colocados à disposição do Instituto Geral de Perícias, a fim de desempenharem serviços de natureza administrativa;
- b)- O MUNICÍPIO deverá arcar com todas as despesas decorrentes do cumprimento do presente termo de convênio, através da Secretaria Municipal da Administração e Fazenda;

CLÁUSULA TERCEIRA - Compete ao IGP:

- a)estabelecer as tarefas que serão realizadas pelos servidores colocados à disposição;
- b)receber, instrumentalizar, preparar dar todas as condições de trabalho aos Servidores Municipais postos à disposição, para fiel exercício das atividades para a qual forem designados;
- c)certificar o ponto pela assiduidade dos Servidores Públicos Municipais e encaminhar à Secretaria da Administração e Fazenda para as providências necessárias;
- d)exigir e respeitar a carga horária de cada Servidor Público Municipal posto à disposição, evitando-se a prestação de serviço extraordinário;
- e)colocar o servidor à disposição do MUNICÍPIO, sempre que esse se mostre inadequado à tarefa para a qual foi designado.

Parágrafo único - para o cumprimento do presente instrumento, o relacionamento entre as partes se dará entre o PREFEITO MUNICIPAL e o SECRETÁRIO da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Caçador.



DO PRAZO

CLÁUSULA QUARTA - O presente Convênio terá vigência a partir da data de sua publicação, retroagindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2010 e término em 31 de dezembro de 2012, podendo ser rescindido de comum acordo entre os convenientes ou mediante denúncia por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias e, ainda, por inadimplência de suas cláusulas, de conformidade com a legislação.

DO FORO

CLÁUSULA QUINTA - Fica eleito o Foro da Comarca de Caçador, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução do presente termo de convênio.

E, por assim estarem acordes, assinam o presente Termo de Convênio em três vias de igual teor, as partes convenientes, juntamente com duas testemunhas.

Caçador, 12 de abril de 2010.
SAULO SPEROTTO,
Prefeito Municipal.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO,
Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional de Caçador.

TESTEMUNHAS:

TESTEMUNHAS:

Lei nº 2.699

L E I Nº 2.699, de 12 de abril de 2010.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar Termo de Convênio de Cooperação com a Associação Comercial e Industrial de Caçador - ACIC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

L E I :

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal de Caçador autorizado a firmar Termo de Convênio de Cooperação com a Associação Comercial e Industrial de Caçador - ACIC, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 83.059.667/0001-97, com sede na Avenida Barão do Rio Branco, nº 327, neste Município de Caçador, objetivando a cedência de funcionários, com ônus para o Município, conforme minuta anexa, que fica fazendo parte integrante da presente Lei.

Art. 2º As despesas decorrentes com a execução desta Lei, correrão por conta de dotações próprias da Secretaria Municipal da Administração e Fazenda, conforme segue:

02.02 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
Programa - 04.123.0002.2.005 - Manutenção Secretaria da Administração e Fazenda
Elemento - 3.1.90.30.00 - Aplicações Diretas

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 12 de abril de 2010.

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal.

TERMO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE CAÇADOR E A ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE CAÇADOR - ACIC.

O MUNICÍPIO DE CAÇADOR, pessoa jurídica de direito público interno, estabelecido na Avenida Santa Catarina, 195, Caçador, Santa Catarina, devidamente inscrito no CNPJ sob o nº 83.074.302/0001-31, neste ato representado pelo Senhor Prefeito Municipal de Caçador, SAULO SPEROTTO brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade e comarca, doravante denominado MUNICÍPIO e a ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE CAÇADOR - ACIC, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 83.059.667/0001-97, com sede na Avenida Barão do Rio Branco, nº 327, neste município, neste ato representado por seu Presidente, Senhor AURI MARCEL BAÚ, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade e comarca, doravante denominado ACIC, assinam o presente Termo de Convênio, conforme cláusulas e condições abaixo discriminadas:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente instrumento tem por objetivo celebrar parceria entre o MUNICÍPIO DE CAÇADOR e a ACIC, no sentido de possibilitar cooperação, colocando à disposição servidores que auxiliarão nas atividades desenvolvidas por essa Associação, com ônus para o município.

CLAUSULA SEGUNDA - Compete ao MUNICÍPIO:

a)- Cabe ao MUNICÍPIO relacionar os Servidores a serem colocados à disposição da ACIC, a fim de desempenharem serviços de natureza administrativa.

CLÁUSULA TERCEIRA- Da prestação de Serviços:

Os serviços prestados pelo servidor cedido serão de ordem administrativa, tais como Registro de Contratos, Emissões de Certidões Simplificadas, Registro em Livros, Contratos de Dissolução de Sociedades, Fiscalização dos Serviços Prestados na Junta, Consultas de Documentos e todos os demais pertinentes a mesma.

CLÁUSULA QUARTA - Compete a ACIC :

a)receber, instrumentalizar, preparar dar todas as condições de trabalho aos Servidores Municipais postos à disposição, para fiel exercício das atividades para a qual forem designados;
b)certificar o ponto pela assiduidade dos Servidores Públicos Municipais e encaminhar à Secretaria da Administração e Fazenda para as providências necessárias;
d) exigir e respeitar a carga horária de cada Servidor Público Municipal posto à disposição, evitando-se a prestação de serviço extraordinário;
e) colocar o servidor à disposição do MUNICÍPIO, sempre que esse se mostre inadequado à tarefa para a qual foi designado.

Parágrafo único - para o cumprimento do presente instrumento, o relacionamento entre as partes se dará entre o PREFEITO MUNICIPAL e o PRESIDENTE da ACIC.

DO PRAZO

CLÁUSULA QUINTA - O presente Convênio terá vigência a partir da data de sua publicação, retroagindo seus efeitos desde 02 de janeiro de 2010 e término em 31 de dezembro de 2012, podendo ser rescindido de comum acordo entre os convenientes ou mediante denúncia por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta)



dias e, ainda, por inadimplência de suas cláusulas, de conformidade com a legislação.

DO FORO

CLÁUSULA SEXTA - Fica eleito o Foro da Comarca de Caçador, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução do presente termo de convênio.

E, por assim estarem acordes, assinam o presente Termo de Convênio em três vias de igual teor, as partes convenientes, juntamente com duas testemunhas.

Caçador, 12 de abril de 2010.

SAULO SPEROTTO,
Prefeito Municipal.

AURI MARCEL BAÚ,
Presidente da Associação Comercial e Industrial de Caçador - Acic.

TESTEMUNHAS:

1)

TESTEMUNHAS:

2)

Lei nº 2.700

L E I Nº 2.700, de 12 de abril de 2010.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar Termo de Convênio com o Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, com interveniência da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

L E I :

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal de Caçador autorizado a firmar Termo de Convênio de Cooperação com o Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 83.931.550/0001-51, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, com interveniência da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, com sede na Rua Visconde de Ouro Preto, nº 549, Florianópolis - SC, objetivando a cedência de funcionários, conforme minuta do Convênio anexa, que fica fazendo parte integrante da presente Lei.

Art. 2º As despesas decorrentes com a execução desta Lei, correrão por conta de dotações próprias da Secretaria Municipal da Administração e Fazenda, conforme segue:

02.02 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

Programa - 04.123.0002.2.005 - Manutenção da Secretaria da Administração e Fazenda

Elemento - 3.1.90.30.00 - Aplicações Diretas

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 12 de abril de 2010.

SAULO SPEROTTO

Prefeito Municipal.

TERMO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CAÇADOR, E O ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA DO CIDADÃO, COM INTERVENIÊNCIA DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA.

O MUNICÍPIO DE CAÇADOR, pessoa jurídica de direito público interno, estabelecido na Avenida Santa Catarina, 195, Caçador, Santa Catarina, devidamente inscrito no CNPJ sob o nº 83.074.302/0001-31, neste ato representando pelo Senhor Prefeito Municipal de Caçador, SAULO SPEROTTO, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade e comarca, doravante denominado MUNICÍPIO e o ESTADO DE SANTA CATARINA, através da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, doravante denominada - PMSC, situada à Rua Visconde de Ouro Preto nº 549, inscrita no CNPJ sob nº 83.931.550/0001-51, neste ato representada pelo seu Comandante Geral, Coronel PM Eliésio Rodrigues, resolvem, por mútuo acordo, celebrar o presente Termo de Convênio, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo de Convênio de Cooperação tem como objetivo a cessão de Servidores Públicos Municipais, com ônus para o Município, para prestar auxílio nas atividades internas da Polícia Militar.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

Para a consecução das obrigações deste convênio compete:

a) - Ao Município:

I - relacionar os Servidores Públicos Municipais a serem colocados à disposição da Polícia Militar do Município, a fim de desempenharem serviços de natureza administrativa;

II - responsabilizar-se pelas despesas decorrentes do cumprimento do presente Convênio, através da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

b) - À PMSC:

I - estabelecer as tarefas que serão realizadas pelos Servidores colocados à disposição;

II - receber, instrumentalizar, preparar e dar todas as condições de trabalho aos Servidores Municipais postos à disposição, para fiel exercício das atividades para a qual forem designados;

III - certificar o ponto pela assiduidade dos Servidores Públicos Municipais e encaminhar à Secretaria da Administração e Fazenda para as providências necessárias;

IV - exigir e respeitar a carga horária de cada Servidor Público Municipal posto à disposição, evitando-se a prestação de serviço extraordinário;

V - colocar o servidor à disposição do Município, sempre que esse se mostre inadequado à tarefa para a qual foi designado;

VI - publicação do Extrato do Convênio no Diário Oficial do Estado.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA EXECUÇÃO

São executores do presente convênio, o Prefeito Municipal ou quem por ele designado e o Comandante da Organização Policial Militar do Município.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO E VIGÊNCIA

O presente convênio terá validade de 01 de janeiro de 2010 até 31 de dezembro de 2012, podendo ser denunciado, a qualquer época, por mútuo acordo ou pelo não cumprimento das obrigações nele estabelecidas, independente de interpelação judicial, mediante comunicação prévia de 30 (trinta) dias de antecedência.

CLÁUSULA QUINTA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca da Caçador, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias resultantes do presente convênio.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em três vias de igual teor, junto com duas testemunhas. A minuta do presente convênio foi analisada pela Assessoria Jurídica nos termos da Lei.

Caçador, 12 de abril de 2010.

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal

ELIÉSIO RODRIGUES
Cel PM Cmt Geral PMSC

Testemunhas: _____

Nome:

CPF ou Função:

Lei nº 2.701

L E I Nº 2.701, de 12 de abril de 2010.

Autoriza efetuar o transporte de um trator de esteira pertencente a Associação de Desenvolvimento Rural Seis de Fevereiro de Caçador.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

L E I :

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar o transporte de um trator de esteira pertencente a Associação de Desenvolvimento Rural Seis de Fevereiro de Caçador, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.949.694/0001-33, entre as propriedades rurais dos associados, quando solicitado pela mesma e de acordo com a disponibilidade da Secretaria de Infraestrutura. Parágrafo único. O transporte mencionado no caput deste artigo será realizado pelo caminhão prancha placa MCC-8279, de propriedade deste Município.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias da Secretaria de Infraestrutura.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 12 de abril de 2010.

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal.

Lei nº 2.702

L E I Nº 2.702, de 12 de abril de 2010.

Abre Crédito Especial no Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Caçador, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

L E I :

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Especial no Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Caçador, no valor de R\$ 279.482,11 (duzentos e setenta e nove mil, quatrocentos e oitenta e dois reais e onze centavos), com a seguinte classificação:

02.07 - SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E DO INTERIOR

20.606.0026.2.051 - Manutenção da Pista de Arremate e Mangueira

4.4.90.00.00.00.00.0024 - Aplicações Diretas R\$ 279.482,11

Parágrafo único. Os recursos financeiros de que trata este artigo serão provenientes de Contrato de Apoio Financeiro do Sistema Estadual de Incentivo à Cultura, ao Turismo e ao Esporte - SEI-TEC, celebrado entre o Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte e esta Prefeitura Municipal, vinculado ao Projeto PTEC 1649/094, cuja cópia fica fazendo parte integrante da presente Lei, no valor de R\$ 200.641,47 (duzentos mil, seiscentos e quarenta e um reais e quarenta e sete centavos), e, de anulação de dotação orçamentária no valor de 78.840,64 (setenta e oito mil, oitocentos e quarenta reais e sessenta e quatro centavos).

Art. 2º Em atendimento ao disposto no art. 1º desta Lei, fica anulada a seguinte dotação orçamentária no valor de R\$ 78.840,64 (setenta e oito mil, oitocentos e quarenta reais e sessenta e quatro centavos):

02.07 - SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E DO INTERIOR

20.606.0026.2.091 - Manutenção da Secretaria da Agricultura, Pecuária e do Interior

3.3.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 78.840,64

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 12 de abril de 2010.

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal.

Lei nº 2.703

L E I Nº 2.703, de 12 de abril de 2010.

Altera dispositivos da Lei nº 1.652, de 11 de setembro de 2001, que cria o selo "Empresa-Cidadã" às empresas que instituírem e apresentarem qualidade em seu Balanço Social, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

L E I :

Art. 1º Os arts. 2º, 5º, 8º, 9º e 12 da Lei nº 1.652, de 11 de setembro de 2001, que cria o selo "Empresa-Cidadã" às empresas que instituírem e apresentarem qualidade em seu Balanço Social, e dá outras providências, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º Balanço Social é um documento pelo qual a empresa apresenta dados que permitam identificar o perfil da atuação social da empresa durante o ano, a qualidade de suas relações com os empregados, o cumprimento das cláusulas sociais, a participação dos empregados nos resultados econômicos da empresa e as possibilidades de desenvolvimento pessoal, bem como a forma de sua interação com a comunidade e sua relação com o meio ambiente, onde apresenta também seu cumprimento às suas funções sociais, priorizando apoio a projetos que atenda a criança e o adolescente. (NR)

Art. 5º O selo "Empresa-Cidadã de Caçador" será concedido,

anualmente, no mês de setembro, em sessão Solene da Câmara Municipal e os balanços sociais, do ano anterior deverão ser entregues na Sede da Câmara Municipal até o último dia do mês de maio. (NR)

Art. 8º A composição da Comissão Especial se fará com 12 (doze) representantes, sendo:

I -

 a)

 b)

II - 06 (seis) representantes da Sociedade Civil, escolhidos entre seus pares, assim distribuídos:

a) 01 (um) representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
 b) 01 (um) representante do Conselho Municipal de Assistência Social;
 c) 02 (dois) representantes de Entidades, Associações, Sindicatos Patronais;
 d) 02 (dois) representantes de Entidades, Associações, Sindicatos de Trabalhadores. (NR)

Art. 9º Fica a cargo da Comissão Especial estabelecer normas e procedimentos

para a pontuação e classificação nas várias modalidades a serem concedidas as premiações com o "Selo Empresa-Cidadã de Caçador". (NR)

Parágrafo único.

Art. 12. O Balanço Social será composto por informações de natureza social e ambiental, para fins desta norma, entende-se por informações de natureza social e ambiental:

a) a geração e a distribuição de riqueza;
 b) os recursos humanos;
 c) a interação da entidade com o ambiente externo;
 d) a interação com o meio ambiente.

I - a Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental, ora instituída, quando elaborada deve evidenciar os dados e as informações de natureza social e ambiental da entidade, extraídos ou não da contabilidade, de acordo com os procedimentos determinados por esta norma;

II - a demonstração referida no inciso I, quando divulgada, deve ser efetuada como informação complementar às demonstrações contábeis, não se confundindo com as notas explicativas;

III - a Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental deve ser apresentada, para efeito de comparação, com as informações do exercício atual e do exercício anterior.

§ 1º As informações a serem divulgadas:

I - Geração e Distribuição de Riqueza:

a) a riqueza gerada e distribuída pela entidade deve ser apresentada conforme a Demonstração do Valor Adicionado, definida nas Normas Brasileiras de Contabilidade T 3.

II - Recursos Humanos:

a) devem constar dados referentes à remuneração, benefícios concedidos, composição do corpo funcional e as contingências e os passivos trabalhistas da entidade;

b) quanto à remuneração e benefícios concedidos aos empregados, administradores, terceirizados e autônomos, devem constar:
 1) remuneração bruta segregada por empregados, administradores, terceirizados e autônomos;
 2) relação entre a maior e a menor remuneração da entidade, considerando os empregados e os administradores;
 3) gastos com encargos sociais;

4) gastos com alimentação;
 5) gastos com transporte;
 6) gastos com previdência privada;
 7) gastos com saúde;
 8) gastos com segurança e medicina do trabalho;
 9) gastos com educação (excluídos os de educação ambiental);
 10) gastos com cultura;
 11) gastos com capacitação e desenvolvimento profissional;
 12) gastos com creches ou auxílios-creche;
 13) participações nos lucros ou resultados.

III - estas informações devem ser expressas monetariamente pelo valor total do gasto com cada item e a quantidade de empregados, autônomos, terceirizados e administradores beneficiados;

IV - nas informações relativas à composição dos recursos humanos, devem ser evidenciados:

a) total de empregados no final do exercício;
 b) total de admissões;
 c) total de demissões;
 d) total de estagiários no final do exercício;
 e) total de empregados portadores de necessidades especiais no final do exercício;
 f) total de prestadores de serviços terceirizados no final do exercício;
 g) total de empregados por sexo;
 h) total de empregados por faixa etária, nos seguintes intervalos:
 1) menores de 18 anos;
 2) de 18 a 35 anos;
 3) de 36 a 60 anos;
 4) acima de 60 anos.

i) total de empregados por nível de escolaridade, segregados por:

1) analfabetos;
 2) com ensino fundamental;
 3) com ensino médio;
 4) com ensino técnico;
 5) com ensino superior;
 6) pós-graduados.

j) percentual de ocupantes de cargos de chefia, por sexo.

V - nas informações relativas às ações trabalhistas movidas pelos empregados contra a entidade, devem ser evidenciados:

a) número de processos trabalhistas movidos contra a entidade;
 b) número de processos trabalhistas julgados procedentes;
 c) número de processos trabalhistas julgados improcedentes;
 d) valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça.

VI - para o fim desta informação, os processos providos parcialmente ou encerrados por acordo devem ser considerados procedentes;

VII - interação da Entidade com o Ambiente Externo:

a) nas informações relativas à interação da entidade com o ambiente externo, devem constar dados sobre o relacionamento com a comunidade na qual a entidade está inserida, com os clientes e com os fornecedores, inclusive incentivos decorrentes dessa interação;

b) as informações relativas à interação com a comunidade, devem ser evidenciados os totais dos investimentos em:

1) educação, exceto a de caráter ambiental;
 2) cultura;
 3) saúde e saneamento;
 4) esporte e lazer, não considerados os patrocínios com finalidade publicitária;
 5) alimentação.

c) nas informações relativas à interação com os clientes, devem ser evidenciados:

1) número de reclamações recebidas diretamente na entidade;
 2) número de reclamações recebidas por meio dos órgãos de proteção e defesa do consumidor;
 3) número de reclamações recebidas por meio da Justiça;

4) número das reclamações atendidas em cada instância arrolada;
5) montante de multas e indenizações a clientes, determinadas por órgãos de proteção e defesa do consumidor ou pela Justiça;
6) ações empreendidas pela entidade para sanar ou minimizar as causas das reclamações.
d) nas informações relativas aos fornecedores, a entidade deve informar se utiliza critérios de responsabilidade social para a seleção de seus fornecedores.

VIII - interação com o Meio Ambiente:

a) nas informações relativas à interação da entidade com o meio ambiente, devem ser evidenciados:
1) investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente;
2) investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados;
3) investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade;
4) investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade;
5) investimentos e gastos com outros projetos ambientais;
6) quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade;
7) valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente;
8) passivos e contingências ambientais.

§ 2º Além das informações contidas no § 1º, a entidade pode acrescentar ou detalhar outras que julgar relevantes.

§ 3º As informações contábeis, contidas na Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental, são de responsabilidade técnica de contabilista registrado em Conselho Regional de Contabilidade, devendo ser indicadas aquelas cujos dados foram extraídos de fontes não-contábeis, evidenciando o critério e o controle utilizados para garantir a integridade da informação. A responsabilidade por informações não-contábeis pode ser compartilhada com especialistas;

§ 4º A Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental deve ser objeto de revisão por auditor independente, e ser publicada com o relatório deste, quando a entidade for submetida a esse procedimento. (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 12 de abril de 2010.

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal.

Lei Complementar nº 165

LEI COMPLEMENTAR Nº 165, de 12 de abril de 2010.

Autoriza doar com encargos, uma área de terreno urbano, de propriedade do Município de Caçador, à Escola Primeiros Passos Ltda., e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a doar à Escola Primeiros Passos Ltda., pessoa jurídica de direito privado,

inscrita no CNPJ sob nº 81.577.447/0001-20, com sede na Rua Sete de Setembro, Centro, neste Município de Caçador, uma área de terreno urbano de propriedade do Município de Caçador, com superfície de 3.000,00 m2 (três mil metros quadrados), situada na Rua Abdalla João, Bairro Berger, devidamente matriculada sob o nº 24.367, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Caçador.

Art. 2º A área de terreno urbano, de que trata o art. 1º, destina-se à construção da sede da donatária, dedicada a educação infantil e ensino fundamental, devendo as obras de edificação serem iniciadas no prazo máximo de 12 (doze) meses, a contar da publicação da presente Lei, sob pena de reversão ao patrimônio municipal.

Art. 3º Sob pena de revogação da doação e reversão do imóvel ao patrimônio deste Município, a donatária se compromete a:

I - construir sua sede no prazo de 24 (vinte e quatro) meses;

II - gerar 25 (vinte e cinco) novos empregos diretos;

III - possuir, a partir de fevereiro de 2012, um faturamento médio mensal de R\$ 49.500,00 (quarenta e nove mil e quinhentos reais).

Art. 4º Se durante o prazo de 10 (dez) anos, contados da assinatura da escritura, a donatária descumprir qualquer uma das exigências insertas no art. 3º, a área doada reverterá ao patrimônio do Município, sem que assista a mesma qualquer direito à retenção ou indenização pelas benfeitorias realizadas, sejam elas úteis, necessárias ou voluptuárias.

Parágrafo único. Aplica-se a mesma penalidade do caput deste artigo em caso de extinção ou dissolução, judicial ou extra-judicial, da donatária.

Art. 5º Na escritura de doação deverá constar cláusula de reversão do imóvel ao Município de Caçador, independentemente de interpelação judicial ou extra-judicial, caso não sejam cumpridas as exigências e condições estabelecidas nesta Lei Complementar, ou se houver desvio de finalidade, ou ainda, extinção ou dissolução da donatária.

Art. 6º As despesas de escrituração e outros encargos correrão por conta da donatária, devendo o inteiro teor desta Lei Complementar constar obrigatoriamente da Escritura Pública.

Art. 7º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 12 de abril de 2010.

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal.

Decreto 4.469/10

DECRETO nº 4.469, de 12 de abril de 2010.

Homologa nominata dos membros do Conselho Diretor do Fundo de Assistência Médica e Hospitalar dos Servidores Públicos Efetivos do Município de Caçador- FAMPEC e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, e de conformidade com os arts. 36 e 37, da Lei Complementar nº 11, de 16/12/00, e,

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica homologada a nominata dos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, para comporem o Conselho Diretor do Fundo de Assistência Médica e Hospitalar dos Servidores Públi-

cos Efetivos do Município de Caçador- FAMPEC, para o mandato de dois anos, com efeitos retroativos a contar de 12 de agosto de 2009, conforme segue:

Presidente : EDINA CARLA BRESSAN
Vice-Presidente : MICHELE DE SOUZA SANTOS
1ª Tesoureira : FRANCIELE ANTUNES DE MACEDO
2ª Tesoureira : ERCILIA SITA BENDER
Secretária: SANDRA MARA AMADORI NUNES

Parágrafo único - Fica ainda, os Servidores Públicos Municipais nomeados, investidos no pleno exercício das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 11, de 16/12/2000.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 12 de abril de 2010.
SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal.

NEREU BAÚ
Secretário da Administração e Fazenda.

Aviso Dispensa 04-2010 PREFEITURA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
DISPENSE DE LICITAÇÃO 04/2010

O Município de Caçador-SC, torna público a DISPENSA de Licitação número 04/2010, para contratação da VEZ - Instituto Unibrasil para o Desenvolvimento da Ciência e Cultura, para execução de sistema educacional a alunos de 1º, 2º, 3º e 4º ano do ensino fundamental da EMEB Hilda Granemann de Souza e EMEB Ulysses Guimarães, pelo valor total de R\$ 118.599,50, pelo exercício 2010, nos termos do Art. 24, inciso XIII, da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes.

Caçador-SC, 12 de abril de 2010.
SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal

Aviso Licitação PR 07-2010 SAÚDE

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR SC
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL: Pregão Presencial nº 07/2010 - FMS
TIPO: MENOR PREÇO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS EM GINECOLOGIA PARA REALIZAÇÃO DE CONSULTAS E PROCEDIMENTOS GINECOLÓGICOS. ENTREGA DOS ENVELOPES: até 15:00 Horas do Dia 30/04/2010. ABERTURA DOS ENVELOPES: 15:05 Horas do Dia 30/04/2010. Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos no Departamento de Licitações, Sítio Av. Santa Catarina, 195, fone (49) 3563 0322, Ramal 210, no horário de expediente em vigor. e-mail:licitacoes@cacador.sc.gov.br.

Caçador, 12 de abril de 2010.
LOELY BELLAVER
Secretaria Municipal de Saúde

Aviso Dispensa 02-2010 SAÚDE

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
DISPENSE DE LICITAÇÃO 02/2010 - FMS

O FMS de Caçador-SC, torna público a DISPENSA de Licitação número 02/2010, para locação de imóvel de propriedade do Sr. Onofre Berton, localizada na Rua José Bonifácio, nº 263, para funcionamento da Vigilância Epidemiológica, pelo período de 12 meses, valor total de R\$ 26.400,00, nos termos do Art. 24, inciso X, da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes.

Caçador-SC, 13 de abril de 2010.
LOELY BELLAVER
Secretaria Municipal de Saúde

Anulação CV 06-2010 PREFEITURA

ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO
EDITAL: Convite nº 06/2010

OBJETO: Como não foi possível a obtenção de três propostas válidas nos termos da Decisão 472/1999 do tribunal de Contas da União, anula-se o presente processo. Maiores Informações no Departamento de Licitações, Situado na Av. Santa Catarina, 195, fone (49) 3563 0322, e-mail:licitacoes@cacador.sc.gov.br

Caçador, 13 de abril de 2010.

Edital de Convocação nº 72/10- Concurso

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 72, de 11 de abril de 2010.
Convoca aprovado em Concurso Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos dos arts. 37 e 41, da Constituição Federal, combinado com o art. 17, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o estabelecido no art. 15, inciso I e art. 16, inciso VIII, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004- Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Caçador,

C O N V O C A:

Os cidadãos, a seguir relacionados, classificados em Concurso Público, conforme Edital nº 01, de 17/11/2006, para TOMAR POSSE NOS SEUS RESPECTIVOS CARGOS, de acordo com os Decretos nºs 3.699, de 01/03/2007 e 3.763, de 15/06/2007, que homologaram o resultado final do Concurso, conforme sequência de classificação:

AUXILIAR DE SERVIÇOS E OBRAS PÚBLICAS
Maria Helena Pereira

a) O candidato deverá se apresentar junto ao Departamento de Pessoal, na Prefeitura Municipal de Caçador, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação deste Edital, sob pena de não o fazendo perder o direito ao Concurso de Ingresso.

b) A posse, o exercício e o estágio probatório, dar-se-ão nas condições da legislação e regulamentos específicos.

c) Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 12 de abril de 2010.
SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal.

Edital de Convocação nº 11/10- ACTs Educação

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 11, de 12 de ABRIL de 2010.

Convoca aprovados no Processo Seletivo para Contratação de Pessoal em Caráter Temporário para atuar no Magistério Público Municipal - Edital nº 01/2009.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 101, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

C O N V O C A:

Os cidadãos, a seguir relacionados, classificados no Processo Seletivo para Contratação de Pessoal em Caráter Temporário para atuar no Magistério Público Municipal - Edital nº 01/2009, para TOMAR POSSE NOS SEUS RESPECTIVOS CARGOS, conforme sequência de classificação:

PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL

Janaina Carneiro

Karin Cristiane C. Candonetti

Cristiane M. Camargo

Tatiane Aparecida Polo

Maila Débora Insberg

Ivonete Ribeiro A. Cordeiro

Beatriz Terezinha Braun

PROFESSOR DE 1º AO 5º ANO

Adriana Antunes da Silva

a) O candidato deverá se apresentar junto ao Departamento de Pessoal, na Prefeitura Municipal de Caçador, no prazo de 72 (setenta e duas) horas úteis, a contar da data de publicação deste Edital, sob pena de não o fazendo perder o direito ao Concurso de Ingresso.

b) A posse e o exercício, dar-se-ão nas condições da legislação e regulamentos específicos.

c) Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 12 de abril de 2010.

SAULO SPEROTTO

Prefeito Municipal.

Campo Alegre**PREFEITURA MUNICIPAL****Decreto Nº 6.046**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 6.046 DE 07 DE ABRIL DE 2010

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas em especial na Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, conforme estabelece em seu Artigo 23 Inciso I; Decreta:

Art.1º) Nomear a Srª. LUZIA RECKZIEGEL ROEPKE, ao cargo pú-

blico de Agente Administrativo III (Pedagogia), a partir de 07 de abril de 2010, Categoria Funcional: Atividades de Nível Superior Intermediário, com provimento de caráter efetivo, cujas atribuições e responsabilidades constantes do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, alterada pela Lei Complementar Municipal nº 036 de 14 de junho de 2006 a qual autorizou sua criação.

Art.2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal n.º 006/2002, alterada pela Lei Complementar Municipal nº 036 de 14 de junho de 2006, é o de Nível 5A Sub-Nível 51 referência A, no valor de R\$ 1.441,27 (um mil, quatrocentos e quarenta e um reais e vinte e sete centavos) mensais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no Regime Estatutário.

Art.3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação da Srª. RITA ZEOTKO SCHOLZE, em 3º lugar no Concurso Público n.º 001/2006, homologado pelo Decreto nº 4.306 em data de 12 de setembro de 2006.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 07 de abril de 2010.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 07/04/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 6.047

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 6.047 DE 07 DE ABRIL DE 2010

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas em especial na Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, conforme estabelece em seu Artigo 23 Inciso I; Decreta:

Art.1º) Nomear a Srª. ADELINA ARACI COTHOVISKY ao cargo público de Agente Operacional I (Auxiliar Operacional), a partir de 07 de abril de 2010, Categoria Funcional: Atividades de Nível Básico, com provimento de caráter efetivo, Regime Estatutário, cujas atribuições e responsabilidades constantes do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, a qual autorizou sua criação.

Art.2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal n.º 006/2002, é o de Nível 1 Sub-Nível 11 referência A, no valor de R\$ 537,38 (quinhentos e trinta e sete reais, trinta e oito centavos) mensais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art.3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação da Srª. ADELINA ARACI COTHOVISKY, em 10º lugar no Concurso Público Municipal n.º 001/2007, homologado pelo Decreto nº 5.045 em data de 18 de fevereiro de 2008.



Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 07 de abril de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 07/04/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 6.050

DECRETO Nº 6.050 DE 08 DE ABRIL DE 2010
CONSTITUI E NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO DO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 002/2010.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente o disposto no Artigo 71, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 300 Inciso VI da Lei Complementar Municipal nº 006, de 19 de setembro de 2002; Decreta:

Art.1º) Constituir a Comissão Organizadora e Avaliativa do Processo Seletivo Simplificado Edital nº 002/2010, integrada pelos seguintes membros:

Rosani Aparecida da Silva Scholze, matrícula nº. 000211;
Marlene de Fátima Pessoa Machado Foitte, matrícula nº 366;
Sandro Bueno Franco, matrícula nº 274;
Zurita Maria Pacheco, matrícula nº 282.

Para, sob a Presidência do Primeiro, supervisionar, nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, para a Seleção dos seguintes Cargos: Médico III e Médico IV objeto do Edital de Processo Seletivo Simplificado Edital nº 002/2010 desta Prefeitura Municipal.

Art.2º) Os membros ora designados, deverão coordenar a referida comissão, devendo supervisionar e fiscalizar o processo de avaliação e correção das provas dos candidatos do citado Processo Seletivo, bem como emitir parecer final acerca do mesmo.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 08 de abril de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 08/04/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe do Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 6.054

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 6.054 DE 09 DE ABRIL DE 2010
DISPÕE SOBRE RESCISÃO A PEDIDO
DO CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2003; Decreta:

Art.1º) Rescindir à pedido o Contrato de Trabalho Temporário da Sra. ALMINDA APARECIDA DA SILVA CEZIMBRA, matrícula nº 954815, a partir de 09 de abril de 2010.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 09 de abril de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 09/04/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete de Gabinete

Decreto Nº 6.055

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 6.055 DE 12 DE ABRIL DE 2010
DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DO DECRETO MUNICIPAL
Nº 5.983 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2010.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 71, Inciso IX da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990, e em especial a Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, alterada pela Lei Complementar Municipal nº 067 de 24 de julho de 2009; Decreta:

Art.1º) O Art. 1º do Decreto Municipal nº 5.983 de 11 de fevereiro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art.1º) Em virtude de não haver nenhum candidato aprovado no Concurso Público Municipal nº 01/2007 no cargo de Professor de Educação Artes, Contrata a Sra. REGIANE MALINOSKI HORTZ, para exercer o cargo de Professora de Artes - Séries Iniciais, com vencimentos no valor de R\$ 303,13 (trezentos e três reais e treze centavos), correspondente ao Nível P2 Sub-Nível 21 Referência A, lotado na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, pelo período de 11 de fevereiro de 2010 à 17 de dezembro de 2010.

Art.2º) As demais disposições do Decreto nº 5.983 de 11 de fevereiro de 2010, permanecem inalteradas e em vigor.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 11 de fevereiro de 2010.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 12 de abril de 2010.

VILMAR GROSSKOPF



Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 12/04/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Resumo Pregão Presencial Nº 52/2010

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

RESUMO EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 52/2010

Objeto: Aquisição de 05 coleções "Brasil Colorido" e 120 livros "Brasilidade" material para fonte de informação e pesquisa, destinados ao Ensino Fundamental e Educação Infantil (rede municipal de ensino), conforme abaixo:

Item	Qtde	Und.	Descrição	Valor Unitário previsto	Valor Total previsto
01	05	Und.	Coleção "BRASIL COLORIDO", contendo 8 livros, 1 caderno de atividades e 1 peça de teatro. Editora DUTTY, Autor: Juju Nogueira.	88,00	440,00
02	120	Und.	Livro "BRASILIDADE" da Editora Dutty. Autoras: Sinira & Ribas.	30,80	3.696,00

Critério julgamento: Menor Preço UNITÁRIO (por item).

- DATA, HORÁRIO E LOCAL PARA A ENTREGA DOS ENVELOPES COM A DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: ATÉ AS 13 HORAS E 45 MINUTOS, DO DIA 27/04/2010, NO PROTOCOLO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre-SC.

A entrega dos envelopes no Serviço de Protocolo do Município é de total responsabilidade da empresa licitante, excluindo a responsabilidade do Município em receber os envelopes via Correios ou por outro meio, assim como de controlar a tramitação dos documentos até o Serviço de Protocolo do Município.

- DATA, HORÁRIO E LOCAL PARA INÍCIO DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO: DIA: 27/04/2010, ÀS 14 HORAS, NO PRÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre-SC.

O edital na íntegra está disponível no site do Município: www.campoalegre.sc.gov.br.

Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município (www.campoalegre.sc.gov.br), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação no mesmo.

Campo Alegre, 01 de abril de 2010.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Resultado Convite 48/2010

ATA CIRCUNSTANCIADA

(Processo Licitatório nº 48/2010)

Aos treze dias do mês de março do ano de dois mil e dez, na cidade de Campo Alegre, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, reuniram-se às dez horas, em sessão pública, Lucilaine Mokfa Schwarz, Maria Cristina Marciniak Munhoz e Jefferson Jean Duvoisin, integrantes da Comissão de Licitações, responsáveis pelo Processo Licitatório

nº 48/2010, modalidade Convite, para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objetivo a aquisição de óleo lubrificante e graxa para manutenção da frota municipal Empresas convidadas: AUTO POSTO JK LTDA, POSTO PLANALTO LTDA, RUDIPEL RUDNICK PETROLEO LTDA, SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA, CIA BRASILEIRA DE PETROLEO IPIRANGA, DISTRIBUIDOR DE LUBRIFICANTES GRINGO LTDA e NAC VILE COMÉRCIO DE LUBRIFICANTES ME. Inicialmente a Presidente declarou aberta a sessão, nominando os presentes: sendo: Sr. Jorge Alberto Mourais, representante da empresa SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA e Sr. Jéferson Cardoso Ferreira representante da empresa NAC VILE COMÉRCIO DE LUBRIFICANTES ME. Passou-se ao recebimento dos envelopes nº 01 (documentos) e nº 02 (proposta) das empresas proponentes: RUDIPEL RUDNICK PETROLEO LTDA, SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA e NAC VILE COMÉRCIO DE LUBRIFICANTES ME. Nenhuma empresa apresentou a Certidão Simplificada que comprova o enquadramento como EPP para valer-se da Lei Complementar 123/2006. Passou-se a abertura do envelope contendo a documentação das empresas proponentes. A Comissão julgou as empresas licitantes devidamente HABILITADAS. Conforme desistência de recurso por parte dos proponentes, quanto o julgamento dos documentos, prosseguiu-se à abertura dos envelopes da proposta comercial. O critério de julgamento é pelo requisito MENOR PREÇO GLOBAL. A Comissão julgou a empresa NAC VILE COMÉRCIO DE LUBRIFICANTES ME vencedora da presente licitação, com o valor total de R\$ 13.380,50, sendo que a empresa SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA apresentou proposta com o valor total de R\$ 15.516,25 e a empresa RUDIPEL RUDNICK PETROLEO LTDA apresentou proposta com o valor total de R\$ 17.095,00. Está aberto prazo recursal quanto o julgamento das propostas. Não havendo nada mais a tratar encerrou-se a presente sessão com a lavratura da presente ata, que vai assinada por todos os presentes:

Catanduvas

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

Aviso de Licitação Processo Licitatório Nº 0054/2010 Edital de Pregão Presencial: Nº 0022/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0054/2010

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL: Nº 0022/2010

Objeto: O objeto da presente licitação constitui a Aquisição de kit para combate a incêndio visando o desenvolvimento das atividades da Secretaria de Infra Estrutura.

Abertura das Propostas às 08:30 horas do dia 26 de abril de 2010.

Informações: Maiores Informações, assim como cópia do Edital, poderão ser obtidas no site: www.catanduvas.sc.gov.br e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvas, SC, das 8:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30, de Segunda a Sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-1144 ramal 227.

Catanduvas, SC, 12 de Abril de 2010.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal.



Extrato de Contrato N° 0038/2010

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Catanduvas

EXTRATO DE CONTRATO N° 0038/2010

Processo Licitatório nº 0029/2010 - Carta Convite nº 0015/2010.

Objeto: Contrato de aquisição de plantas e Mão de obra para manutenção dos jardins existentes nas proximidades dos seguintes locais: Posto Gemelli, Digital Películas, Panificadora Itália, Hotel Voyage, entrada da cidade, KM Pneus e passeios, sendo todos esses, espaços localizados nas áreas públicas do município.

Contratante: Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC.

Contratado (a): Companhia dos Filmes Ltda.

Prazo de vigência: de 05 de março de 2010 a 31 de dezembro de 2010.

Valor global R\$ 15.184,00 (quinze mil cento e oitenta e quatro reais).

Data e assinatura do contrato: 05 de março de 2010.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Extrato de Contrato N° 0039/2010

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Catanduvas

EXTRATO DE CONTRATO N° 0039/2010

Processo Licitatório nº 0026/2010 - Carta Convite nº 0013/2010.

Objeto: Serviços de recuperação de máquinas, caminhões e equipamentos, compreendendo serviços, com relação de pacas constantes no edital, previamente identificados e que necessitam de reparo ou substituição bem como estimativa de horas necessárias aos consertos.

Contratante: Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC.

Contratado (a): Mepita Mecânica Pesada Ltda.

Prazo de vigência: de 08 de março de 2010 a 31 de dezembro de 2010.

Valor global R\$ 31.675,00 (trinta e um mil seiscentos e setenta e cinco reais).

Data e assinatura do contrato: 08 de março de 2010.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Extrato de Contrato N° 0040/2010

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Catanduvas

EXTRATO DE CONTRATO N° 0040/2010

Processo Licitatório nº 0032/2010 - Carta Convite nº 0017/2010.

Objeto: Aquisição de Caçamba Stander para escavadeira hidráulica PC150, visando o desempenho das atividades da Secretaria de Infra Estrutura Urbana..

Contratante: Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC.

Contratado (a): Mantomac Comércio de Peças e Serviços Ltda.

Prazo de vigência: de 09 de março de 2010 a 31 de dezembro de 2010.

Valor global R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Data e assinatura do contrato: 09 de março de 2010.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Extrato de Contrato N° 0041/2010

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Catanduvas

EXTRATO DE CONTRATO N° 0041/2010

Processo Licitatório nº 0027/2010 - Carta Convite nº 0014/2010.

Objeto: Contratação de serviços de recapagens de pneus para o primeiro semestre de 2010, visando o desempenho das atividades da secretaria municipal de Infra Estrutura urbana e contratação de serviços de recapagens de pneus para o ano de 2010 visando o desempenho das atividades da secretaria municipal de Educação Cultura e Desporto.

Contratante: Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC.

Contratado (a): Olmiro Troes & Cia Ltda EPP.

Prazo de vigência: de 05 de março de 2010 a 31 de dezembro de 2010.

Valor global R\$ 8.770,00 (oito mil setecentos e setenta reais).

Data e assinatura do contrato: 05 de março de 2010.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Extrato de Contrato N° 0042/2010

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Catanduvas

EXTRATO DE CONTRATO N° 0042/2010

Processo Licitatório nº 0028/2010 - Pregão Presencial nº 0013/2010.

Objeto: Aquisição de caminhão de fabricação nacional 6x2, zero quilometro; e tanque com capacidade para 18.000 litros construído em chapa de aço carbono para desenvolvimento das atividades da secretaria de Infra Estrutura.

Contratante: Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC.

Contratado (a): Mepel Máquinas e Equipamentos Ltda.

Prazo de vigência: de 12 de março de 2010 a 31 de dezembro de 2010.

Valor global R\$ 28.900,00 (vinte e oito mil e novecentos reais).

Data e assinatura do contrato: 12 de março de 2010.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Extrato de Contrato N° 0043/2010

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Catanduvas

EXTRATO DE CONTRATO N° 0043/2010

Processo Licitatório nº 0031/2010 - Pregão Presencial nº 0014/2010.

Objeto: Aquisição de pedra e pedrisco para recuperação das estradas do interior do município, conforme convênio com o Estado, através da Secretaria de Desenvolvimento Regional SDR de Joaçaba; e aquisição de pedrisco, brita e pó de brita para manutenção das atividades da secretaria de Infra Estrutura.

Contratante: Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC.

Contratado (a): Pedreira JOaçaba Ltda.

Prazo de vigência: de 17 de março de 2010 a 31 de dezembro de 2010.

Valor global R\$ 78.750,00 (setenta e oito mil setecentos e cinquenta reais).

Data e assinatura do contrato: 17 de março de 2010.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Extrato de Contrato N° 0044/2010

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Catanduvas



EXTRATO DE CONTRATO Nº 0044/2010
Processo Licitatório nº 0031/2010 - Pregão Presencial nº 0014/2010.

Objeto: Aquisição de pedra e pedrisco para recuperação das estradas do interior do município, conforme convênio com o Estado, através da Secretaria de Desenvolvimento Regional SDR de Joaçaba; e aquisição de pedrisco, brita e pó de brita para manutenção das atividades da secretaria de Infra Estrutura.

Contratante: Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC.

Contratado (a): Pedreira JOaçaba Ltda.

Prazo de vigência: de 17 de março de 2010 a 31 de dezembro de 2010.

Valor global R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais).

Data e assinatura do contrato: 17 de março de 2010.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Extrato de Contrato Nº 0045/2010

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Catanduvas

EXTRATO DE CONTRATO Nº 0045/2010

Processo Licitatório nº 0039/2010 - Carta Convite nº 0022/2010.

Objeto: Elaboração de projeto básico de engenharia de viaduto para passagem de veículos e pedestres, sobre a rodovia BR282/SC, entre o km 406 e 407, no município e que ligará a rua Almirante Tamandaré, interrompida pela BR, devendo o viaduto adequar o acesso de ambos os lados. Os serviços abrangem o projeto viário de acesso, o projeto básico de estrutural viaduto e as sondagens para a prospecção do sub solo para a definição do tipo e profundidade da fundação.

Contratante: Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC.

Contratado (a): Sotepa - Sociedade Técnica de Estudos, Projetos e Assessoria Ltda.

Prazo de vigência: cento e vinte (120) dias.

Valor global R\$ 78.900,00 (setenta e oito mil e novecentos reais).

Data e assinatura do contrato: 17 de março de 2010.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Extrato de Contrato Nº 0046/2010

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Catanduvas

EXTRATO DE CONTRATO Nº 0046/2010

Processo Licitatório nº 0028/2010 - Pregão nº 0013/2010.

Objeto: Aquisição de caminhão de fabricação nacional 6x2, zero quilometro; e tanque com capacidade para 18.000 litros construído em chapa de aço carbono para desenvolvimento das atividades da secretaria de Infra Estrutura.

Contratante: Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC.

Contratado (a): Bigger Caminhões Ltda.

Prazo de vigência: de 12 de março de 2010 a 31 de dezembro de 2010.

Valor global R\$ 164.800,00 (cento e sessenta mil e oitocentos reais).

Data e assinatura do contrato: 12 de março de 2010.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Extrato de Contrato Nº 0047/2010

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Catanduvas

EXTRATO DE CONTRATO Nº 0047/2010

Processo Licitatório nº 0035/2010 - Carta Convite nº 0018/2010.

Objeto: Aquisição de tubos de concreto e meio fio de concreto para desenvolvimento das atividades da secretaria de Infra Estrutura.

Contratante: Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC.

Contratado (a): Concatan Concretos Catanduvas Ltda.

Prazo de vigência: de 17 de março de 2010 a 31 de dezembro de 2010.

Valor global R\$ 34.505,00 (trinta e quatro mil quinhentos e cinco reais).

Data e assinatura do contrato: 17 de março de 2010.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Extrato de Contrato Nº 0048/2010

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Catanduvas

EXTRATO DE CONTRATO Nº 0048/2010

Processo Licitatório nº 0035/2010 - Carta Convite nº 0018/2010.

Objeto: Aquisição de tubos de concreto e meio fio de concreto para desenvolvimento das atividades da secretaria de Infra Estrutura.

Contratante: Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC.

Contratado (a): Artefatos de Cimento Tizatto Ltda ME.

Prazo de vigência: de 17 de março de 2010 a 31 de dezembro de 2010.

Valor global R\$ 5.798,50 (cinco mil setecentos e noventa e oito reais).

Data e assinatura do contrato: 17 de março de 2010.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Extrato de Contrato Nº 0049/2010

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Catanduvas

EXTRATO DE CONTRATO Nº 0049/2010

Processo Licitatório nº 0034/2010 - Pregão Presencial nº 0015/2010.

Objeto: Contratação de serviços mecânicos, elétricos, lanternagem (lataria) e pintura para manutenção preventivas e corretiva de veículos, máquinas e equipamentos rodoviários.

Contratante: Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC.

Contratado (a): Mepita Mecânica Pesada Ltda.

Prazo de vigência: de 22 de março de 2010 a 31 de dezembro de 2010.

Valor global R\$ 63.000,00 (sessenta e três mil reais).

Data e assinatura do contrato: 22 de março de 2010.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Extrato de Contrato Nº 0050/2010

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Catanduvas

EXTRATO DE CONTRATO Nº 0050/2010

Processo Licitatório nº 0034/2010 - Pregão Presencial nº 0015/2010.

Objeto: Contratação de serviços mecânicos, elétricos, lanternagem (lataria) e pintura para manutenção preventivas e corretiva de veículos, máquinas e equipamentos rodoviários.
Contratante: Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC.
Contratado (a): Selvino Silva de Oliveira.
Prazo de vigência: de 22 de março de 2010 a 31 de dezembro de 2010.

Valor global R\$ 20.800,00 (vinte mil e oitocentos reais).
Data e assinatura do contrato: 22 de março de 2010.

GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Extrato de Contrato N° 0051/2010

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Catanduvas
EXTRATO DE CONTRATO N° 0051/2010
Processo Licitatório n° 0038/2010 - Carta Convite n° 0021/2010.

Objeto: Aquisição de sementes de aveia para o programa de incentivo ao agricultor visando o desenvolvimento das atividades do pequeno produtor assistido.

Contratante: Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC.
Contratado (a): Cooperativa Rio do Peixe..
Prazo de vigência: de 22 de março de 2010 a 31 de dezembro de 2010.

Valor global R\$ 12.320,00 (doze mil trezentos e vinte reais).
Data e assinatura do contrato: 22 de março de 2010.

GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Extrato de Contrato N° 0052/2010

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Catanduvas
EXTRATO DE CONTRATO N° 0052/2010
Processo Licitatório n° 0036/2010 - Carta Convite n° 0019/2010.

Objeto: Locação de impressoras com tonner e manutenção visando o desenvolvimento das atividades das secretarias de administração e finanças; educação cultura e desporto; saúde e desenvolvimento social.

Contratante: Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC.
Contratado (a): Concórdia Materiais de Escritório e Informática Ltda.
Prazo de vigência: de 12 de março de 2010 a 31 de dezembro de 2010.

Valor global R\$ 6.000,00 (seis mil reais).
Data e assinatura do contrato: 12 de março de 2010.

GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Extrato de Contrato N° 0053/2010

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Catanduvas
EXTRATO DE CONTRATO N° 0053/2010
Processo Licitatório n° 0036/2010 - Carta Convite n° 0019/2010.

Objeto: Locação de impressoras com tonner e manutenção visando o desenvolvimento das atividades das secretarias de administração e finanças; educação cultura e desporto; saúde e desenvolvimento social.

Contratante: Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC.
Contratado (a): Concórdia Materiais de Escritório e Informática Ltda.
Prazo de vigência: de 12 de março de 2010 a 31 de dezembro de

2010.

Valor global R\$ 10.000,00 (dez mil reais).
Data e assinatura do contrato: 12 de março de 2010.

GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Extrato de Contrato N° 0054/2010

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Catanduvas
EXTRATO DE CONTRATO N° 0054/2010
Processo Licitatório n° 0036/2010 - Carta Convite n° 0019/2010.

Objeto: Locação de impressoras com tonner e manutenção visando o desenvolvimento das atividades das secretarias de administração e finanças; educação cultura e desporto; saúde e desenvolvimento social.

Contratante: Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC.
Contratado (a): Concórdia Materiais de Escritório e Informática Ltda.
Prazo de vigência: de 12 de março de 2010 a 31 de dezembro de 2010.

Valor global R\$ 9.000,00 (nove mil reais).
Data e assinatura do contrato: 12 de março de 2010.

GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Extrato de Contrato N° 0055/2010

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Catanduvas
EXTRATO DE CONTRATO N° 0055/2010
Processo Licitatório n° 0040/2010 - Pregão n° 0016/2010.

Objeto: Contratação de serviços eventuais de transporte de passageiros visando o desenvolvimento das atividades da secretaria municipal de educação cultura e desporto.

Contratante: Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC.
Contratado (a): Masson Turismo e Transportes Ltda ME.
Prazo de vigência: de 05 de abril de 2010 a 31 de dezembro de 2010.

Valor global R\$ 16.680,00 (dezesesseis mil seiscentos e oitenta reais).
Data e assinatura do contrato: 05 de abril de 2010.

GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Extrato de Contrato N° 0056/2010

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Catanduvas
EXTRATO DE CONTRATO N° 0056/2010
Processo Licitatório n° 0040/2010 - Pregão n° 0016/2010.

Objeto: Contratação de serviços eventuais de transporte de passageiros visando o desenvolvimento das atividades da secretaria municipal de educação cultura e desporto.

Contratante: Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC.
Contratado (a): Carlinhos De Martini ME.
Prazo de vigência: de 05 de abril de 2010 a 31 de dezembro de 2010.

Valor global R\$ 22.025,00 (vinte e dois mil e vinte e cinco reais).
Data e assinatura do contrato: 05 de abril de 2010.

GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal



Extrato de Contrato N° 0057/2010

Estado de Santa Catarina
 Prefeitura Municipal de Catanduvas
 EXTRATO DE CONTRATO N° 0057/2010
 Processo Licitatório nº 0040/2010 - Pregão nº 0016/2010.

Objeto: Contratação de serviços eventuais de transporte de passageiros visando o desenvolvimento das atividades da secretaria municipal de educação cultura e desporto.
 Contratante: Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC.
 Contratado (a): Transporte LS - Leonir Sister ME.
 Prazo de vigência: de 05 de abril de 2010 a 31 de dezembro de 2010.
 Valor global R\$ 15.550,00 (quinze mil e quinhentos e cinquenta reais).
 Data e assinatura do contrato: 05 de abril de 2010.

GISA APARECIDA GIACOMIN
 Prefeita Municipal

Chapadão do Lageado

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

Lei Complementar N° 044

ESTADO DE SANTA CATARINA
 PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
 LEI COMPLEMENTAR N° 044 de 08.04.2010
 "ALTERA O ANEXO I DA LEI COMPLEMENTAR N° 0026 DE 04.05.2006 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o Anexo I da Lei Complementar nº 0026 de 04.05.2006, no que se refere a função de Médico do PSF, que passará a vigorar com a seguinte redação:

"ANEXO I
 NÚMERO DE VAGAS, GARGOS, TABELA SALARIAL E HABILITAÇÃO

NÚMERO DE VAGAS	CARGOS/FUNÇÃO	SALÁRIO UNITÁRIO (R\$)	HABILITAÇÃO
01	Médico do PSF	7.000,00	Portador de Certificado/ Diploma de Conclusão do curso de nível superior e registro no CRM.

".....
"

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta Lei Complementar, correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 08 de abril de 2010.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
 Prefeito Municipal

Lei Complementar N° 045

ESTADO DE SANTA CATARINA
 PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
 LEI COMPLEMENTAR N° 045 de 08.04.2010
 "DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE SOBREAVISO DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica autorizada a realização de sobreaviso pelos profissionais médico e enfermeiro para atender os casos de saúde considerados de urgência e emergência.

§ 1º Definir como disponibilidade em sobreaviso a atividade do médico e enfermeiro que permanecem à disposição da instituição de saúde, de forma não-presencial, cumprindo jornada de trabalho preestabelecida, para serem requisitados, quando necessário, por qualquer meio ágil de comunicação, devendo ter condições de atendimento presencial quando solicitado em tempo hábil.

§ 2º Os profissionais de saúde descritos no art. 1º desta Lei, deverão obrigatoriamente residir no Município.

Art. 2º Os atendimentos efetuados no período de sobreaviso médico serão precedidos de uma avaliação de triagem realizada pelo profissional com nível superior completo em enfermagem.

Parágrafo único. Os atendimentos médicos serão acompanhados, em tempo integral, pelo profissional enfermeiro.

Art. 3º Os atendimentos serão realizados no Centro de Saúde Pedro Romeu Batista, no centro do Município.

Art. 4º O período de sobreaviso realizar-se-á:

- I - no dias de semana, das 17h30min do dia, com término as 8h00min do dia seguinte;
- II - nos finais de semana, das 8h00min de sábado com término às 8h00min de segunda-feira;
- III - nos feriados, das 8h00min do dia, com duração de 24 horas.

Art. 5º Fica autorizado o pagamento para os profissionais descritos no art. 1º desta Lei, por período de sobreaviso que venha a realizar:

I - Médico

- a) em finais de semana - R\$ 850,00 (oitocentos e cinquenta reais);
- b) em feriados - R\$ 300,00 (trezentos reais) por dia;
- c) dia de semana - R\$ 160,00 (cento e sessenta reais) por dia;

II - Enfermeiro

- a) em finais de semana - R\$ 200,00 (duzentos reais);
- b) dia de semana - R\$ 22,50 (vinte e dois reais e cinquenta centavos) por dia;

Art. 6º Os dias de realização de sobreaviso serão estipulados, em comum acordo, entre os profissionais de saúde, o Secretário Municipal de Saúde e o Chefe do Poder Executivo.

Art. 7º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta das dotações do orçamento vigente.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



Art.9º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 08 de abril de 2010.

JOSÉ BRÁULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato nº 042/2010 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

EXTRATO DE CONTRATO nº 042/2010 - PM

Número do contrato: 042/2010

Vigência: 13/04/2010 à 13/05/2010.

Processo Licitatório nº 035/2010

Contratante: Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado

Contratado/Credenciado: MOTORMAC DISTRIB. DE MAQ. E MOT. LTDA

Valor: R\$ 7760,00 (sete mil setecentos e sessenta reais).

Objeto: O presente tem por objeto aquisição de peças e contratação de mão-de-obra para conserto da retroescavadeira case 580 l de uso da secretaria de obras, transportes e serviços urbanos.

DATA DA ASSINATURA: 13 de abril de 2010.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Concórdia

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria Nº 07/2010

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

PORTARIA Nº 07/2010, DE 12 DE ABRIL DE 2010.

O Superintendente da Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente - FUMDEMA.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 401, de 27 de abril de 2005, c/c o disposto no art. 94 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e no Decreto nº 3.668, de 26 de setembro de 1995, e considerando as avaliações efetuadas pela comissão especialmente designada, na forma do art. 97 da Lei Complementar nº 90/1994.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder aos servidores abaixo relacionados, em exercício na Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente - FUMDEMA, Adicional por Merecimento, correspondente a 7% (sete por cento) do respectivo vencimento, relativo ao período aquisitivo de 1º de outubro de 2006 a 30 de setembro de 2009:

Nº DE ORDEM CÓDIGO NOME DO SERVIDOR CARGO

15920 Ivete Dahmer Albiero Biólogo

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos pecuniários retroativos a partir de 1º de janeiro de 2010.

Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente.

EDSON LUIS GONÇALVES

Superintendente da Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente

Extrato do Resultado da Habilitação da Tomada de Preços Nº 5/2010 PMC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

TOMADA DE PREÇOS Nº 5/2010 - PMC

OBJETO: Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil, para execução de obra de drenagem pluvial da Rua Marechal Deodoro, neste Município, conforme Projeto Básico constante no Anexo "D" do Edital.

EXTRATO DO RESULTADO DA HABILITAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no artigo 109, § 1.º da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações, torna-se público o resultado do julgamento da fase de habilitação da licitação em epígrafe, nos seguintes termos: foram julgadas habilitadas as licitantes: DALLAGNOL ENGENHARIA DE OBRAS LTDA, CONSTRUTORA GAUSS LTDA e LUPA CONSTRUÇÕES LTDA ME. Outrossim, ficam as licitantes participantes notificadas que dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato, a Comissão Permanente de Licitações dará vistas ao respectivo processo licitatório a qualquer das proponentes que se sinta prejudicada, para interposição de recurso. Não havendo interposição de recursos, ficam as licitantes habilitadas desde já convocadas a participar da sessão de abertura de seu Envelope nº 02 - Proposta de Preço, no dia 22/04/2010, às 10:00 (dez horas), na Sala de Licitações da Prefeitura de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, 62, 1º andar, Centro.

Concórdia, SC, 12 de abril de 2010

INÊS SALETE KLEIN

Vice- Presidente da C.P.L

Adendo 001 ao Edital Tomada de Preços Nº 6/2010 PMC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

ADENDO 001 AO EDITAL TOMADA DE PREÇOS Nº 6-2010 PMC

O Município Município de Concórdia, SC, por intermédio da Secretária Municipal de Administração, leva ao conhecimento dos interessados que o edital de licitação em referência, cujo objeto é: Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil para execução de obra de pavimentação asfáltica e drenagem pluvial das Ruas Eusébio Cassol, Leda Maria Matiello, Cyrillo Ernesto Tumelero, São João e Ferreira, neste Município., foi alterado. O prazo para protocolo dos envelopes contendo a proposta de preços e a documentação de habilitação fica alterado para o dia 03 de Maio de 2010 às 13:45, sendo a abertura da licitação neste mesmo dia às 14:00.

Informações complementares: o Edital e a alteração em questão, em inteiro teor, estão à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª à 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2125.

Concórdia, SC, 12 de abril de 2010.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Extrato de Ratificação de Dispensa de Licitação Nº 10/2010 PMC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 010/2010

A Secretária Municipal de Administração, torna público que ra-



tificou o ato da Sra. Rutinéia Rossi, Diretora de Compras, que declarou dispensável a licitação, nos termos do inciso II, do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, para Contratação de serviço de palestrantes para alunos de 7ª e 8ª séries do ensino fundamental das Escolas da Rede Pública Municipal, em favor da GENOMA - Palestras e treinamentos Motivacionais Ltda, no valor de R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais).

Concórdia/SC, 12 de abril de 2010.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Dispensa de Licitação Nº 9/2010 - PMC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 9/2010

A Secretária Municipal de Administração torna público que ratificou o ato da Senhora Rutinéia Rossi, Diretora de Compras, que dispensou a licitação, nos termos do Inciso XXVI, do Artigo 24, da Lei nº. 8.666/93 e posteriores alterações, para o repasse de recursos ao Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA, conforme Leis nº 4.131 e 4.132, de 15 de dezembro de 2009, no valor total de R\$ 8.800,00 (oito mil e oitocentos reais).

Concórdia, SC, 12 de abril de 2010.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Pregão Eletrônico Nº 7/2010 PMC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 7/2010 - PMC

Objeto: Registro de preços para possível aquisição de materiais de expediente.

Forma de Pregão: Eletrônico.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das propostas: até às 08:15 do dia 03/05/2010

Início da Sessão: dia 03/05/2010, às 08:30, no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br, horário de Brasília - DF.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site www.cidadecompras.com.br. Quaisquer informações sobre o edital poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo fone (0**49) 3441-2163.

Concórdia, SC, 07 de abril de 2010
BEATRIZ F. C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Pregão Presencial Nº 39/2010 PMC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 39/2010- PMC

Objeto: Aquisição de bancos de madeira plástica, para instalação em diversos pontos do município.

Forma de Pregão: Presencial

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das propostas: até as 13:45 do dia 04/05/2010

Abertura: dia 04/05/2010, às 14:00.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia,

situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2160.

Concórdia, SC, 12 de abril de 2010.
BEATRIZ F. C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Pregão Presencial Nº 38/2010 PMC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 38/2010- PMC

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para possível aquisição de adubo, mudas de flores e plantas.

Forma de Pregão: Presencial

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das propostas: até as 08:15 do dia 04/05/2010

Abertura: dia 04/05/2010, às 08:30.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2160.

Concórdia, SC, 12 de abril de 2010.
BEATRIZ F. C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Coronel Martins

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria Nº. 044

PORTARIA Nº. 044, DE 12 DE ABRIL DE 2010.
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo nº. 82 da Lei Complementar nº. 005/2003, e pela Lei Orgânica do Município de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade, RESOLVE;

CONCEDER:

Art. 1º Licença para Tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal, Senhora Neiva Terezinha Guidini, ocupante do Cargo de Professor IV, por um período de 15 (quinze) dias, a partir do dia 12 de abril de 2010, conforme cópia de atestado médico, e documentos em anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 12 de abril de 2010.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS
Prefeito Municipal.

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

LUCAS CUCHI
Chefe de Gabinete



Portaria N° 045

PORTARIA N° 045 DE 12 DE ABRIL DE 2010.

CONCEDE FÉRIAS À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 65 da Lei Complementar nº. 005, de 14/04/2003, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, RESOLVE;

CONCEDER:

Art. 1º FÉRIAS a Servidora Sra. Carmelinda Biazin Gaio, ocupante do cargo de Diretora De Departamento e Desenvolvimento Econômico, no período e referência 02/03/09 à 01/03/2010, especificados na Portaria nº. 033 de 18/02/2010, e conforme Portaria 036 de 26/02/2010 que requisita o retorno ao serviço, sendo que a mesma será gozada em dia alternado (Quartas Feiras pela parte da tarde), no período de 14 de Abril à 26 de Maio de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 12 de Abril de 2010.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

LUCAS CUCHI

Chefe de Gabinete

Corupá**PREFEITURA MUNICIPAL****Pregão 017/10 - Equipamentos para Laboratório ETA**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

AVISO DE LICITAÇÃO - REGISTRO DE PREÇOS

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 017/10

OBJETO: Eventuais aquisições de Equipamentos para uso no laboratório da estação de tratamento de água do Município de Corupá

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 09 horas do dia 13/04/2010 às 09 horas do dia 27/04/2010.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 09h30min do dia 27/04/2010.

TIPO: Menor Preço Por Item.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá - Av. Getúlio Vargas, 443 - Junto a Gerência de Administração e também no site [Http://www.corupa.sc.gov.br](http://www.corupa.sc.gov.br).

HORÁRIO: Das 08h às 12hs e das 14h às 17hs

Telefone (47) 3375-6500

Corupá, 09 de Abril de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Pregão 018/10 - Reservatório ETA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

AVISO DE LICITAÇÃO - REGISTRO DE PREÇOS

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 018/10

OBJETO: Aquisição de 01 (um) reservatório elevado construído em metal para armazenamento de água potável tratamento interno, capacidade de 100 m³ (cem metros cúbicos), altura acima de 12 metros.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 09:00 horas do dia 13/04/2010, às 09:00 horas do dia 28/04/10.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 09h30min do dia 28/04/10

TIPO: Menor Preço Por Item.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá - Av. Getúlio Vargas, 443 - Junto a Gerência de Administração e também no site [Http://www.corupa.sc.gov.br](http://www.corupa.sc.gov.br).

HORÁRIO: Das 08h às 12hs e das 14h às 17hs

Telefone (47) 3375-6500

Corupá, 09 de Abril de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Erval Velho**PREFEITURA MUNICIPAL****Decreto 1410/2010**

DECRETO 1410, de 12 de abril de 2010.

Nomeia Comissão de Avaliação de Desempenho, para efeito de Estágio Probatório dos Servidores Municipais nomeados em virtude de Concurso Público e dá outras providências.

Lenita Dadalt Fontana, Prefeita Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere os incisos IV, IX e XXVI do artigo 85 da Lei Orgânica do Município, de acordo com § 1º do artigo 22 da Lei Complementar nº 007, de 28 de dezembro de 2001, combinado com Decreto Municipal n. 1231 de 28 de julho de 2008, em conformidade ao dispositivo do § 4º do artigo 41 da Constituição Federal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica constituída a Comissão para Avaliação dos Servidores Públicos Municipais em estágio probatório nas seguintes Secretarias: Secretaria de Administração e Finanças, Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, Secretaria da Saúde, Promoção Social e Habitação, Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente e Secretaria de Transportes Obras e Serviços Urbanos, a qual fica integrada pelos seguintes membros:

I - Loreli Pinto Giacomini - Presidente;

II - Gizelle Fornari - Membro;

III - Lúcia Jacinta Recalcatti - Membro;

IV - Silvana Carla Festugatto Herrmann - Membro;

V) - Alécio José Massoco - Membro.

Parágrafo único - Os trabalhos da Comissão de Avaliação têm preponderância sobre quaisquer outras atribuições do cargo, sem solução de continuidade das avaliações.

Art. 2º. A avaliação de desempenho de cada servidor em estágio probatório será processada nos termos do artigo 18 e seguintes da Lei Complementar nº 007, de 28 de dezembro de 2001, e realizar-se-á no cargo que o servidor foi nomeado em virtude do concurso público.

Parágrafo único - Fica assegurado, após cada avaliação, o exercício do contraditório administrativo, sob a responsabilidade do avaliado

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.



Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 12 de abril de 2010.

LENITA DADALT FONTANA

Prefeita Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria, em 12 de abril de 2010.

WALTER KLEBER KUCHER JÚNIOR

Secretário de Administração e Finanças

Portaria 2327/2010

PORTARIA 2327, de 12 de abril de 2010.

Designa servidor para desempenhar função, concede função gratificada e dá outras providências.

LENITA DADALT FONTANA, Prefeita Municipal de Erval Velho/SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no inciso XXVI do Art. 85 da Lei Orgânica Municipal, de acordo com o art. 23 da Lei Complementar 020/2009, em conformidade com a Lei Municipal n. 1086, de 02 de março de 2006, e Decreto Municipal n. 1409, de 29 de março de 2010,

RESOLVE:

Art.1º. Designar a servidora efetiva VILMA PIRES FONTANA, ocupante do cargo de Professor, para as funções de Educador, para atender o Programa de Combate à Violência e à Exploração Sexual Infanto-Juvenil - SENTINELA e a Coordenação do CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social.

Art.2º. Fica suprimida a regência de classe do vencimento da referida servidora.

Art.3º. Concede a Gratificação Adicional por Função, de 30 % (trinta por cento) sobre o salário base do cargo efetivo como gratificação por acumulação dos cargos de Educador e Coordenação do CREAS.

Art.4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC, em 12 de abril de 2010.

LENITA DADALT FONTANA

Prefeita Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Portaria 2326/2010

PORTARIA 2326, de 12 de abril de 2010.

Contrata servidor por tempo determinado e dá outras providências.

LENITA DADALT FONTANA, Prefeita Municipal de Erval Velho, SC, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei, especialmente aquela contida no inciso XXVI, do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal, de acordo com o artigo 2º, da Lei Municipal nº 0937/2001, conforme o Processo Seletivo n. 005/2009, originado pelo Edital n. 005/2009, de 20 de novembro de 2009, em conformidade com a Lei Complementar nº 021/2009, em consonância com a Lei Complementar 007, de 28 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º. Contratar por tempo determinado a Senhora IVONETE MARCON DE LIMA, para ocupar temporariamente o cargo de Professor ACT, Não Habilitado 90% do vencimento do nível 01-A, com carga horária de 20hs (vinte horas) semanais e vencimentos proporcionais, inclusive regência de classe, conforme prevê a legislação vigente, pelo período de 12 de abril de 2010 até o término do ano letivo, limitando-se a 31 de dezembro de 2010, podendo haver rescisão antecipadamente a critério da Administração.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho- SC, em 12 de abril de 2010.

LENITA DADALT FONTANA

Prefeita Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

WALTER KLEBER KUCHER JÚNIOR

Secretário de Administração e Finanças

Forquilha

PREFEITURA MUNICIPAL

Termo Aditivo Nº 14/PMF/2010

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 14/2010

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº 164/2009

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - PRESTADORA DE SERVIÇOS MANDELLI LTDA. ME

DO OBJETO - ampliação, adaptação e reforma da E.E.B. Egídio de Bona localizada na Rodovia Josefina Lodetti, Bairro Santa Cruz, município de Forquilha/SC, compreendendo o fornecimento dos materiais, mão-de-obra, máquinas, equipamentos e ferramentas normais e especiais necessárias

DO VALOR - O presente termo tem por objeto o aditamento em R\$ 8.825,40 (oito mil oitocentos e vinte e cinco reais e quarenta centavos) do Contrato nº 164/PMF/2009 para maior, haja vista que, devido a serviços adicionais por modificação do projeto e necessidade de obras, se faz necessário o acréscimo de alguns serviços, conforme laudo do Engenheiro Civil Ademar João Back, que é parte integrante do presente termo, independentemente de transcrição.

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 01/04/2010

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Contrato Nº 10/FMS/2010

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 010/2010

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - METROMED - COM. DE MATERIAL MÉDICO HOSP. LTDA

OBJETO - aquisição de materiais médico cirúrgicos e materiais odontológicos, para uso nas unidades da rede municipal de saúde do município de FORQUILHINHA/SC

VALOR - R\$ 3.231,00 (três mil duzentos e trinta e um reais).

VIGÊNCIA - 30/06/2010

FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Pregão Presencial nº. 04/FMS/2010

DATA DA ASSINATURA - 26 de fevereiro de 2010

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Contrato Nº 11/FMS/2010

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 011/2010

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA

OBJETO - aquisição de materiais médico cirúrgicos e materiais odontológicos, para uso nas unidades da rede municipal de saúde



do município de FORQUILHINHA/SC
VALOR - R\$ 2.237,60 (dois mil duzentos e trinta e sete reais e setenta centavos).
VIGÊNCIA - 30/06/2010
FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Pregão Presencial nº. 04/FMS/2010
DATA DA ASSINATURA - 26 de fevereiro de 2010
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Contrato Nº 12/FMS/2010

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 012/2010

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRADADO - DIMACI SC MATERIAIS CIRÚRGICOS LTDA
OBJETO - aquisição de materiais médico cirúrgicos e materiais odontológicos, para uso nas unidades da rede municipal de saúde do município de FORQUILHINHA/SC
VALOR - R\$ 4.142,48 (quatro mil cento e quarenta e dois reais e quarenta e oito centavos).
VIGÊNCIA - 30/06/2010
FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Pregão Presencial nº. 04/FMS/2010
DATA DA ASSINATURA - 26 de fevereiro de 2010
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Contrato Nº 13/FMS/2010

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 013/2010

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRADADO - PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
OBJETO - aquisição de materiais médico cirúrgicos e materiais odontológicos, para uso nas unidades da rede municipal de saúde do município de FORQUILHINHA/SC
VALOR - R\$ 22.895,70 (vinte e dois mil oitocentos e noventa e cinco reais e setenta centavos).
VIGÊNCIA - 30/06/2010
FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Pregão Presencial nº. 04/FMS/2010
DATA DA ASSINATURA - 26 de fevereiro de 2010
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Contrato 14/FMS/2010

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 014/2010

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRADADO - CRIVITTA DIAGNÓSTICA LTDA
OBJETO - aquisição de materiais médico cirúrgicos e materiais odontológicos, para uso nas unidades da rede municipal de saúde do município de FORQUILHINHA/SC
VALOR - R\$ 2.798,00 (dois mil setecentos e noventa e oito reais).
VIGÊNCIA - 30/06/2010
FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Pregão Presencial nº. 04/FMS/2010
DATA DA ASSINATURA - 26 de fevereiro de 2010
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Contrato Nº 15/FMS/2010

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 015/2010

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRADADO - TRADE MEDICAL COM. DE MAT. HOSPITALARES

LTDA

OBJETO - aquisição de materiais médico cirúrgicos e materiais odontológicos, para uso nas unidades da rede municipal de saúde do município de FORQUILHINHA/SC
VALOR - R\$ 6.799,39 (seis mil setecentos e noventa e nove reais e trinta e nove centavos).
VIGÊNCIA - 30/06/2010
FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Pregão Presencial nº. 04/FMS/2010
DATA DA ASSINATURA - 26 de fevereiro de 2010
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Contrato Nº 16/FMS/2010

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 016/2010

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRADADO - PROSAÚDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
OBJETO - aquisição de materiais médico cirúrgicos e materiais odontológicos, para uso nas unidades da rede municipal de saúde do município de FORQUILHINHA/SC
VALOR - R\$ 264,00 (duzentos e sessenta e quatro reais).
VIGÊNCIA - 30/06/2010
FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Pregão Presencial nº. 04/FMS/2010
DATA DA ASSINATURA - 26 de fevereiro de 2010
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Contrato Nº 17/FMS/2010

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 017/2010

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRADADO - BRAZIL HEALTH PROD. HOSP. LTDA
OBJETO - aquisição de materiais médico cirúrgicos e materiais odontológicos, para uso nas unidades da rede municipal de saúde do município de FORQUILHINHA/SC
VALOR - R\$ 14.640,00 (quatorze mil seiscentos e quarenta reais).
VIGÊNCIA - 30/06/2010
FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Pregão Presencial nº. 04/FMS/2010
DATA DA ASSINATURA - 26 de fevereiro de 2010
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Contrato Nº 18/FMS/2010

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 018/2010

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRADADO - COMERCIAL BRASILEIRA MEDICAMENTOS CBM LTDA
OBJETO - aquisição de materiais médico cirúrgicos e materiais odontológicos, para uso nas unidades da rede municipal de saúde do município de FORQUILHINHA/SC
VALOR - R\$ 2.489,04 (dois mil quatrocentos e oitenta e nove reais e quatro centavos).
VIGÊNCIA - 30/06/2010
FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Pregão Presencial nº. 04/FMS/2010
DATA DA ASSINATURA - 26 de fevereiro de 2010
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal



Fraiburgo

PREFEITURA MUNICIPAL

Aviso de Pregão Presencial nº 0048/2010-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0048/2010 - PMF

Objeto: Contratação de empresa do ramo objetivando a transformação do Rolo Rebocável de bomba e motor hidráulico para tomada de força, com aquisição e substituições de peças mínimas e prestação de serviços de mão-de-obra. Julgamento: Menor Preço por LOTE. Credenciamento: A partir das 14:00 horas do dia 03/05/2010. Abertura: No mesmo dia às 14:15 horas. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039.

Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 12 de abril de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Garopaba

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto n.º 036/2010

DECRETO N.º 036, DE 12 DE ABRIL DE 2010.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 57.203,66 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.365 de 02/12/2009 (Orçamento) e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto Crédito Adicional Suplementar, no orçamento fiscal vigente, no valor de R\$ 57.203,66 (cinquenta e sete mil e duzentos e três reais e sessenta e seis centavos), de acordo com as especificações abaixo:

09.01 - Secretaria de Turismo e Esporte	57.203,66
2369500511.026 – Empreendimentos Turísticos	57.203,66
4.4.90-0.1.24.001012 – Aplicações Diretas	57.203,66

Art. 2º. O disposto no artigo primeiro deste Decreto será atendido pelo superávit financeiro, no valor de R\$ 56.290,43 (cinquenta e seis mil e duzentos e noventa reais e quarenta e três centavos) e excesso de rendimento de aplicação não previsto, no valor de R\$ 913,23 (novecentos e treze reais e vinte e três centavos).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 12 de Abril de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 14/04/2010, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA CRISTINA A. VIEIRA

Secretária Municipal de Administração

Decreto n.º 037/2010

DECRETO N.º 037, DE 12 DE ABRIL DE 2010.

NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÕES.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais legislação vigente, especialmente do artigo 51 da Lei 8.666/93, de 21/06/1993 e suas alterações,

DECRETA:

Art. 1º. Fica constituída a Comissão Especial de Licitações, composta dos seguintes membros: MARCUS VINICIUS ISRAEL, FÁBIO TEIXEIRA DA SILVA e MARCELO SUPPI.

Parágrafo Único. Fica o servidor RAFAEL DE SOUZA, nomeado Presidente da Comissão Especial de Licitações.

Art. 2º. Ficam definidas como funções da Comissão Especial de Licitações, a habilitação, inscrição, alteração ou cancelamento de registros cadastrais, recebimento, análise e julgamento de propostas apresentadas na TP 0001/2010, Processo Licitatório n.º 30/2010 PMG, em conformidade da Lei Federal n.º 8.666/93, de 21/06/1993 e suas alterações posteriores.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 08 de Janeiro de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 14/04/2010, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA CRISTINA A. VIEIRA

Secretária Municipal de Administração

Portaria n.º 241/2010

PORTARIA N.º 241, DE 05 DE ABRIL DE 2010.

DISPÕE SOBRE A SUSPENSÃO, POR 30 (TRINTA) DIAS, DOS EFEITOS DA PORTARIA N.º 184, DE 10 MARÇO DE 2010, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente e,

Considerando, a correção de resultados realizada pela Coordenação do Concurso 0001/2009, Entidade Faepesul, justificada pelos ofícios n.º 0030/2010/PJ/GPB e 0028/2010/PJ/GPB, em 17/03/2010,

RESOLVE,

Art. 1º. SUSPENDER, por 30 (trinta) dias, os efeitos da Portaria n.º 184, de 10 de março de 2010, que "dispõe sobre a nomeação de candidato aprovado e classificado no concurso público municipal n.º 0001/2009 e dá outras providências", referente à candidata BRUNA DA SILVA.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de Abril de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publique-se e Comunique-se



Aviso Dispensa de Licitação DL 9/2010 PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

AVISO DE LICITAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Garopaba, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, torna público que, de acordo com o inciso I do artigo 24 da Lei nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, contratou por dispensa de licitação:

Processo Nº. 28/2010; DL Nº. 9/2010; Contratada: M & L Empreiteira de Mao de Obra Ltda; Objeto: Execução de Obra de drenagem pluvial de uma vala existente em Rua Projetada sem denominação na localidade do Ambrósio; Data: 08/04/2010; Valor: R\$ 8.149,00 (oito mil cento e quarenta e nove reais).

Garopaba, 12 de abril de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Garuva

PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA

Aviso de Licitação Nº 16/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA

SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 016/2010

Modalidade: Tomada de Preço para Obras e Serviços de Engenharia

Tipo de julgamento: Menor Preço Global

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NA RUA RUI BARBOSA NUMA EXTENSÃO DE 247,50 METRO LINEARES, TRECHO ENTRE A ESTRADA SÃO JOÃO ABAIXO E RUA SANTA CATARINA, JARDIM GARUVA, CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nº 257.249 - 13/2008 - MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.

Entrega e Abertura dos Envelopes de Habilitação e Propostas: 06/05/2010 as 14:00 horas.

O Edital completo está disponível para consulta e retirada no site www.garuva.sc.gov.br.

GARUVA, 13 de abril de 2010.

JOÃO ROMÃO

Prefeito Municipal

Resultado Prova Prática Do Concurso Público Nº 001/2009

Estado de Santa Catarina

Município de Garuva

Edital de Concurso Público Nº 001/2009

RESULTADO DA PROVA PRÁTICA

CONCURSO PÚBLICO 001/2009

O Prefeito Municipal de Garuva, torna público a lista de candidatos e respectivas notas da prova prática, referentes ao Edital de Concurso Público Nº 001/2009, e abre prazo de 02 (dois) dias úteis, excluindo o dia da publicação, para interposição de recurso,

na forma prevista no Edital. Os recursos deverão ser protocolados junto à Prefeitura Municipal de Garuva.

16 – Técnico em Informática – 02 vagas

Nome do Candidato	Prova Escrita	Prova Prática	Nota Final	Classificação
Silvano Luiz Sabi	7,3260	10,0000	8,6630	1
Diogo Maschio	6,3270	8,5000	7,4135	2
Heitor Eduardo Salomão	6,3270	8,5000	7,4135	3
Jonatas Ronaldo Herpich	6,6600	7,0000	6,8300	4
Maicol Luiz Macedo Silveira	5,6610	Faltou		

21 – Desenhista Projetista – 01 vaga

Nome do Candidato	Prova Escrita	Prova Prática	Nota Final	Classificação
Camila Costa	6,9930	8,0000	7,4965	1
Fabiano Rigo	6,6600	8,0000	7,3300	2
Thiago Amaral Garcia	8,3250	6,0000	7,1625	3
Dionet Maschio	6,6600	6,0000	6,3300	4
Fabiano Leite	7,6590	Faltou		

24 – Agente Administrativo – 10 vagas

Nome do Candidato	Prova Escrita	Prova Prática	Nota Final	Classificação
Silke Gerhmann	7,9920	10,0000	8,9960	1
Renan Marcus de Santana	7,3260	9,4160	8,3710	2
Verônica de Paula Cordeiro Lennertz	8,3250	7,5310	7,9280	3
Heloise Gonçalves Nunes	6,9930	7,9800	7,4865	4
Eder Johns Lemos	7,6590	7,2310	7,4450	5
Marcio Ricardo Herpich	7,9920	6,0500	7,0210	6
Jorge Victor Fay	7,9920	5,7500	6,8710	7
Adryel Pabst	7,3260	6,3830	6,8545	8
Djalma Boddy Junior	7,6590	5,9240	6,7915	9
Marcelo Eduardo Person	7,3260	6,1840	6,7550	10
André Jamur	6,9930	6,3370	6,6650	11
Pamela Casagrande	6,9930	6,1050	6,5490	12
Evertton Daniel Mafra	7,6590	5,3830	6,5210	13
Gislaine Alves Fladzinski	6,6600	6,3710	6,5155	14
Ariane Leandro	6,6600	6,2240	6,4420	15
Lauro Felipe Raizer	6,9930	5,6030	6,2980	16
Maria do Rocio Rocha Fiuza	6,6600	4,9700	5,8150	Reprovado
José Alcir de Araújo	6,9930	3,7100	5,3515	Reprovado
Carlos Mauricio de Jesus Schwartz	6,6600	Faltou		
Diogo José Ferrazza	7,3260	Faltou		
Ray Idelfonso do Nascimento	6,6600	Faltou		

25 – Eletricista – 01 vaga

Nome do Candidato	Prova Escrita	Prova Prática	Nota Final	Classificação
Kevin Raduenz Pakuszewski	7,9920	4,0000	5,9960	Reprovado

26 – Operador de Máquina – 01 vaga e 02 vagas (reserva técnica)

Nome do Candidato	Prova Escrita	Prova Prática	Nota Final	Classificação
Cristiano Chaves	5,6610	10,0000	7,8305	1

27 – Motorista de Veículos Pesados – 01 vaga e 02 vagas (reserva técnica)

Nome do Candidato	Prova Escrita	Prova Prática	Nota Final	Classificação
Renildo de Oliveira Junior	6,3270	9,5000	7,9135	1
Elizandro Rigo	5,3280	5,0000	5,1640	2
Fernando Kuster	5,9940	Faltou		



28 – Pereiro – 02 vagas e 01 (reserva técnica)

Nome do Candidato	Prova Escrita	Prova Prática	Nota Final	Classificação
Jadison Alves da Luz	6,9930	7,0000	6,9965	1
Dorival de Lima	5,9940	6,0000	5,9970	2
Ademar Silva de Souza	6,6600	5,0000	5,8300	3
Werner Romano Feldkircher	7,3260	Faltou		

29 – Recepcionista – 01 vaga

Nome do Candidato	Prova Escrita	Prova Prática	Nota Final	Classificação
Ana Caroline Martins Rodrigues	6,3270	7,0000	6,6635	1
Jéssica Maria de Castro Trierweiler	6,3270	6,5000	6,4135	2
Isabela Patrícia da Silva Ganzenmuller	7,6590	5,0000	6,3295	3
Dirciane Ferreira	6,3270	5,0000	5,6635	4
Josiane Hoff	6,3270	5,0000	5,6635	5
Vanessa Driele da Silva	6,3270	Faltou		

30 – Agente de Defesa Civil – 03 vagas e 03 vagas (reserva técnica)

Nome do Candidato	Prova Escrita	Prova Prática	Nota Final	Classificação
Márcio Kuchlik	7,3260	6,0000	6,6630	1
Alisson de Andrade	5,9940	5,5000	5,7470	2
Marcos Flores	5,6610	5,0000	5,3305	3
Johnny da Rocha	7,3260	3,0000	5,1630	Reprovado
Mirian Adriano Prestes	6,6600	3,0000	4,8300	Reprovado
Gerson Miguel Guimaraes	6,6600	3,0000	4,8300	Reprovado
Adolfo Rocha junior	5,9940	3,0000	4,4970	Reprovado
Pedro dos Santos Junior	6,9930	Faltou		
Luiz Roberto Barbosa	6,9930	Faltou		

31 – Motorista Veículo Leve – 03 vagas e 01 vaga (reserva técnica)

Nome do Candidato	Prova Escrita	Prova Prática	Nota Final	Classificação
Pedro Ostrowski	8,3250	9,0000	8,6625	1
Odivar Antonio Brunetto	7,6590	9,0000	8,3295	2
Maycon Douglas Cardoso da Silva	8,3250	6,0000	7,1625	3
Azenildo Schneider	7,6590	6,5000	7,0795	4
Leandro Todt	7,6590	6,5000	7,0795	5
Valmíria Laffin	8,3250	5,0000	6,6625	6
Jefferson Jorge de Souza	8,6580	Faltou		
Pedro Antonio da Veiga	7,9920	Faltou		
Edson Luiz Meurer	7,6590	Faltou		

32 – Vigilante – 05 vagas e 03 vagas (reserva técnica)

Nome do Candidato	Prova Escrita	Prova Prática	Nota Final	Classificação
Altair Daniel da Silva	7,9920	6,5000	7,2460	1
Gustavo Strey de Amorim	6,6600	7,0000	6,8300	2
Almir da Cruz Pereira	7,6590	5,5000	6,5795	3
Josué Gonçalves	6,6600	6,0000	6,3300	4
Luiz Henrique Sobral da Silva	6,6600	6,0000	6,3300	5
Reginaldo Hattenhauer	6,9930	5,5000	6,2465	6
Márcia Umlauf Sobral da Silva	6,3270	6,0000	6,1635	7
Laércio Marcos da Silva	6,3270	5,5000	5,9135	8
Manoel Henrique	6,3270	5,5000	5,9135	9
Gilmar Budal	6,3270	5,5000	5,9135	10
Seperiano Gomes de Oliveira	6,6600	5,0000	5,8300	11
Adriano Burnier	6,6600	4,5000	5,5800	Reprovado
Odete Terezinha Zimmerman	6,3270	4,0000	5,1635	Reprovado
Suzane Aparecida Schovartez	6,3270	Faltou		

Rodrigo dos Santos Godoy	6,3270	Faltou		
Kelem Cristina Vaz	6,3270	Faltou		

33 – Auxiliar de Serviços Gerais (masculino) – 06 vagas e 04 vagas (reserva técnica)

Nome do Candidato	Prova Escrita	Prova Prática	Nota Final	Classificação
Francimar Rafael Padilha	6,6600	7,5500	7,1050	1
Nelson Monteiro	6,6600	7,5000	7,0800	2
Luiz Fernando Padilha	5,9940	7,7000	6,8470	3
José Roberto Germano da Silva	5,6610	7,6000	6,6305	4
Adão Brassanini	5,3280	7,6700	6,4990	5
Thiago Mattos	5,3280	7,6300	6,4790	6
Jair Maia	5,9940	Faltou		

34 – Auxiliar de Serviços Gerais (feminino) – 12 vagas e 02 vagas (reserva técnica)

Nome do Candidato	Prova Escrita	Prova Prática	Nota Final	Classificação
Marisandra Natalina Vageleski	7,6590	7,3000	7,4795	1
Patrícia David	7,6590	7,3000	7,4795	2
Ivone de Nascimento	7,3260	7,2000	7,2630	3
Magda Rosângela Cardoso	6,6600	7,2000	6,9300	4
Maria da Luz Rocha Fiuza	6,9930	6,6000	6,7965	5
Zilda dos Santos	6,9930	6,6000	6,7965	6
Rosana Lemos	6,3270	7,2000	6,7635	7
Ana Claudia Caetano	7,3260	6,1000	6,7130	8
Margarete do Rocio Pereira de Siqueira	6,6600	6,6000	6,6300	9
Elvira Ferreira Franco Chimanowski	7,3260	5,9000	6,6130	10
Ana Lucia Nogueira de Andrade	6,9930	6,2000	6,5965	11
Suzana Maria Fermínio	6,6600	6,5000	6,5800	12
Maricléia Pereira de Siqueira	6,3270	6,7000	6,5135	13
Roseli Domingos de Rosa Ortiz	7,9920	5,0000	6,4960	14
Claudete Terezinha Vageleski Feldhaus	6,9930	5,9000	6,4465	15
Cheila de Paula	6,9930	5,8000	6,3965	16
Cássia Regiane da Cruz	6,6600	5,9000	6,2800	17
Suelen Ramos André	6,6600	5,9000	6,2800	18
Rosimeri Corrêa	7,3260	5,1000	6,2130	19
Rosângela Ferreira do Vale Keiser	6,3270	6,0000	6,1635	20
Soeli Terezinha Pereira da Silva Anastácio	6,3270	5,5000	5,9135	21
Paula Vieira de Camargo	6,3270	5,5000	5,9135	22
Sandra Aparecida Budal	6,9930	4,9000	5,9465	Reprovado
Rose Cleia Ferreira Franco	6,9930	4,9000	5,9465	Reprovado
Graciele Cruz de Oliveira	6,6600	4,9000	5,7800	Reprovado
Edirlene do Rozário	7,9920	Faltou		
Lucimara Lopes dos Santos	7,3260	Faltou		
Lenir Teresinha de Souza	6,9930	Faltou		
Lidiane Padilha Gonçalves	6,6600	Faltou		
Alayde Backes da Silva	6,3270	Faltou		
Sandra Pereira	6,3270	Faltou		
Tânia Aparecida Cassol	6,3270	Faltou		

35 – Auxiliar de Serviços Gerais (fem) Escola Iça Mirim – Mina Velha – 01 vaga

Nome do Candidato	Prova Escrita	Prova Prática	Nota Final	Classificação
Juliana Brassanini	7,3260	6,2000	6,7630	1
Ana Paula Manes	5,6610	6,0000	5,8305	2
Leci Mencatto	6,3270	Faltou		
Roselei Ferreira da Silva	6,3270	Faltou		



36 – Auxiliar de Serviços Gerais (fem) Escola Duque de Caxias - Baraharas – 01 vaga

Nome do Candidato	Prova Escrita	Prova Prática	Nota Final	Classificação
Lucemar Krueger	6,6600	5,4000	6,0300	1

40 – Cantoneiro (Urubuquara) – 01 vaga

Nome do Candidato	Prova Escrita	Prova Prática		
Edgar dos Santos	7,326	Faltou		

45 – Merendeira – 01 vaga (Escola de Baraharas) e 01 (reserva técnica)

Nome do Candidato	Prova Escrita	Prova Prática	Nota Final	Classificação
Rosenete Lange Gonçalves	7,6590	7,0000	7,3295	1
Rosana Salvador	6,3270	5,0000	5,6635	2
Lídia Sutil de Oliveira	5,6610	5,0000	5,3305	3
Elaine Cristina de Araujo Richter	5,9940	Faltou		

Garuva, em 13 de abril de 2010.

JOÃO ROMÃO

Prefeito Municipal

Extrato para imprensa
Estado de Santa Catarina
Município de Garuva
Edital de Concurso Público Nº 001/2009

RESULTADO DO CONCURSO PÚBLICO Provas Práticas

O Prefeito Municipal Homologa e Torna Público a lista dos candidatos classificados, conforme estabelecido no Edital de Concurso Público nº 011/2009, na seguinte classificação:

16 – Técnico em Informática – 02 vagas = Silvano Luiz Sabi e Diogo Maschio.

21 – Desenhista Projetista – 01 vaga = Camila Costa.

24 – Agente Administrativo – 10 vagas = Silke Gerhmann; Renan Marcus de Santana; Verônica de Paula Cordeiro; Lennertz; Heloise Gonçalves Nunes; Eder Johns Lemos; Marcio Ricardo Herpich; Jorge Victor Fay; Adryel Pabst; Djalma Boddy Junior e Marcelo Eduardo Person.

25 – Eletricista – 01 vaga = Não houve aprovados.

26 – Operador de Máquina – 01 vaga e 02 vagas (reserva técnica) = Cristiano Chaves.

27 – Motorista de Veículos Pesados – 01 vaga e 02 vagas (reserva técnica) = Renildo de Oliveira Junior e Elizandro Rigo.

28 – Pedreiro – 02 vagas e 01 (reserva técnica) = Jadison Alves da Luz; Dorival de Lima e Ademar Silva de Souza.

29 – Recepcionista – 01 vaga = Ana Caroline Martins Rodrigues.

30 – Agente de Defesa Civil – 03 vagas e 03 vagas (reserva técnica) = Márcio Kuchlik; Alisson de Andrade e Marcos Flores.

31 – Motorista Veículo Leve – 03 vagas e 01 vaga (reserva técnica) = Pedro Ostrowski; Odivar Antonio Brunetto; Maycon Douglas Cardoso da Silva e Azenildo Schneider.

32 – Vigilante – 05 vagas e 03 vagas (reserva técnica) = Altair Daniel da Silva; Gustavo Strey de Amorim; Almir da Cruz Pereira; Josué Gonçalves; Luiz Henrique Sobral da Silva; Reginaldo Hattenhauer; Márcia Umlauf Sobral da Silva e Laércio Marcos da Silva.

33 – Auxiliar de Serviços Gerais (masculino) – 06 vagas e 04 vagas (reserva técnica) = Francimar Rafael Padilha; Nelson Monteiro; Luiz Fernando Padilha; José Roberto Germano da Silva; Adão Brassanini e Thiago Mattos.

34 – Auxiliar de Serviços Gerais (feminino) – 12 vagas e 02 vagas (reserva técnica) = Marisandra Natalina Vageleski; Patrícia Da-

vid; Ivonete do Nascimento; Magda Rosangela Cardoso; Maria da Luz Rocha Fiúza; Zilda dos Santos; Rosana Lemos; Ana Claudia Caetano; Margarete do Rocio Pereira de Siqueira; Elvira Ferreira Franco Chimanowski; Ana Lucia Nogueira de Andrade; Suzana Maria Fermino; Maricléia Pereira de Siqueira e Roseli Domingos de Rosa Ortiz.

35 – Auxiliar de Serviços Gerais (fem) Escola Iça Mirin – Mina Velha – 01 vaga = Juliana Brassanini.

36 – Auxiliar de Serviços Gerais (fem) Escola Duque de Caxias - Baraharas – 01 vaga = Lucemar Krueger.

40 – Cantoneiro (Urubuquara) – 01 vaga = Não houve aprovados.

45 – Merendeira – 01 vaga (Escola de Baraharas) e 01 (reserva técnica) = Rosenete Lange Gonçalves e Rosana Salvador.

Comunica ainda, que os candidatos que se sentirem prejudicados com a sua classificação, terão o prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar desta data, para interpor recurso da Prova Prática. O recurso deverá ser feito através de um requerimento fundamentado, seguindo as normas do Edital e dirigido ao Prefeito Municipal. O resultado completo encontra-se afixado no mural de publicações da Prefeitura Municipal.

Garuva, em 01 de abril de 2010.

JOÃO ROMÃO

Prefeito Municipal

Gaspar

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR

Decreto nº. 3.888/10

DECRETO Nº 3.888 DE 06 DE ABRIL DE 2010.

EXONERA A PEDIDO DO CARGO EM COMISSÃO DE SUPERINTENDENTE DE FINANÇAS, FÁTIMA TEREZINHA CERUTTI ARRUDA .

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72, inciso XXV, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a pedido, a partir de 06 de abril de 2010, a servidora FÁTIMA TEREZINHA CERUTTI ARRUDA, CPF nº 443.825.619/49, RG nº 1.045.869-7, SSP/SC, do cargo em comissão de Superintendente de Finanças, Nível CC, Ref. 70, com 40 horas semanais, a qual foi nomeada através do Decreto nº 3.122 de 02 de janeiro de 2009.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 06 de abril de 2010.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Decreto nº. 3.889/10

DECRETO Nº. 3.889 DE 07 DE ABRIL DE 2010.

REINTEGRA A SERVIDORA FÁTIMA TEREZINHA CERUTTI ARRUDA AO CARGO EFETIVO DE TÉCNICA EM CONTABILIDADE

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito do Município de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe conferem o artigo 72 da Lei Orgânica do Município e

Considerando a decisão liminar proferida em 05 de abril de 2010 pelo juízo da 2ª Vara da Comarca de Gaspar, na Ação Declaratória de Nulidade de Ato Jurídico, registrada sob nº. 025.08.005179-5, ajuizada por FÁTIMA TEREZINHA CERUTTI ARRUDA, que sus-



pendeu os efeitos do Decreto n. 2.665 de 28 de abril de 2008 e determinou a reintegração da autora em sua lotação municipal pelo Município de Gaspar no prazo de 48 (quarenta e oito) horas,

DECRETA

Art. 1º. Fica reintegrada ao Serviço Público Municipal de Gaspar a partir de 07 de abril de 2010 a servidora FÁTIMA TEREZINHA CERUTTI ARRUDA, no cargo efetivo de Técnica em Contabilidade, nível ATM, ref. 44, com 40 horas semanais, a qual foi nomeada pelo Decreto nº. 216 de 25/05/1992.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 07 de abril de 2010.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

Decreto nº. 3.890/10

DECRETO Nº 3890 DE 09 DE ABRIL DE 2010.

NOMEIA SUPERINTENDENTE DE FINANÇAS, FÁTIMA TEREZINHA CERUTTI ARRUDA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada FÁTIMA TEREZINHA CERUTTI ARRUDA, portadora do CPF nº 443.825.619/49 da CI nº 1.045.869-7, SSP/SC, para exercer o cargo em comissão de Superintendente de Finanças - Nível CC, Ref. 70, com 40 horas semanais.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 08 de abril de 2010.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Portaria nº. 2.141/10

P O R T A R I A Nº 2.141, DE 08 DE ABRIL DE 2010.

HOMOLOGA CONCLUSÃO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO DE SERVIDORES QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

R E S O L V E:

Art. 1º Homologar, a conclusão de estágio probatório dos servidores abaixo relacionado:

Nome	Cadastro	Cargo	Data Posse	Término Estágio Probatório
Janete Cristiane O. M. Gartner	5490	Professora	22/01/2007	11/02/2010
Lodemar Luciano Schmitt	5476	Professor	22/01/2007	02/02/2010
Sônia R. Bruno Chiminelli	5479	Merendeira/Servente	22/01/2007	19/01/2010
Vanessa Tanholi	5478	Berçarista	22/01/2007	25/02/2010

Art. 2º. Os servidores que obtiveram aprovação ficam por este ato declarado ESTÁVEIS NO SERVIÇO PÚBLICO, nos termos do artigo 41, § 4º, da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 08 de abril de 2010.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 685 411/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 685 411/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
LXH1048	8685001161	ANDREI DA SILVA	6050/3	208
LXI8003	8685000060	GILMAR ASSMANN	6050/3	208
LYX4402	SF00040194	JANAINA DUTRA BITENCOURT	6050/0	208
LZQ6632	8685000109	ALMERI SALVADOR SATO	6050/3	208
MCE8767	8685000252	OLINDO BELTRAMINI	6050/3	208
MER0879	8685000279	CRISTIANO DALBOSCO	6050/3	208
MFC9128	8685001687	JOSEANE CARMEM DE BORTOLI	6050/3	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 22 DE MARÇO DE 2010

EMERSON ANDRADE

DIRETOR GERAL DA DITRAN

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 685 412/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 5

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 685 412/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
AAK3098	SF00045572	PEDRO MAIA BRANCO	6050/0	208
AAT1744	SF00045583	IRACI TELES PEREIRA ME	6050/0	208
ADP9195	8685003256	WENDEL EUGENIO DO NASCIMENTO	6050/3	208
AFA2158	SF00045646	ALBERTINO KNICHS	6050/0	208
AGY6679	8685002421	SANDRA MARQUES	6050/3	208
AGZ6879	SF00045607	ROSINALDO SERGIO BERNARDO	6050/0	208
AJK3993	8685002413	JEFFERSON RODRIGUES MARTINS	6050/3	208
ANH1154	8685003263	JOHNNY ROBSON SANTOS	6050/3	208
APA0681	8685002312	RAFAEL ZUCHI	6050/3	208
ARR3900	8685002352	ELIETE OLIVEIRA DOS SANTOS	6050/3	208
BGF9222	SF00045275	IOLANDA MARIA DE OLIVEIRA STARKE	6050/0	208
BOM1733	8685003406	DENISE OLIVEIRA DE ALBUQUERQUE	6050/3	208
BSE0636	SF00045534	BENEDITO SALVADOR DE SOUZA	6050/0	208
CDK6809	SF00045143	ALFREDO SANTIN FAYEZ MARRAUI	6050/0	208
CLA3029	SF00044591	JOSE JOAO PEREIRA	6050/0	208
CLP6132	SF00042101	JOSE CONSTANCE VIEIRA	6050/0	208
CMR2181	SF00045215	CLAUDIO DELAGNOLI	6050/0	208
CYM7379	8685003100	CLAUDIO MOTA DOS SANTOS	6050/3	208
CZJ6963	8685003093	ELISANGELA DA SILVA	6050/3	208
DGJ6796	8685002987	ODAIR JOSE PEREIRA	6050/3	208
GSV9377	8685003362	VILSON RODRIGUES	6050/3	208
GVW6924	8685003400	CARLOS ROBERTO PRATES	6050/3	208
HOY4258	SF00045216	VALDIR RODRIGUES	6050/0	208
IBA8867	8685002381	LINDOMAR WILLWOCK	6050/3	208
IJR1895	SF00045341	NICOLE LOUISE SAINOVICH	6050/0	208
IPE9900	SF00045402	DANIEL MORITZ	6050/0	208

JPE5849	SF00045204	LUIZ ALBERTO PEREIRA	6050/0	208
KMG5868	8685003299	TANELIZE VITORINO DE OLIVEIRA	6050/3	208
KPW0667	8685002697	LUZIA NARDELLI FIAMONCINI	6050/3	208
LWT9715	8685002998	VILMAR LOPES	6050/3	208
LWV0092	SF00045240	JACKSON AMESTOY FLORES	6050/0	208
LWV9793	8685002842	IVANOR JANUARIO	6050/3	208
LWY6016	8685003168	CELSO DARTORA	6050/3	208
LWZ1594	8685003066	DELCIDES LIMA DE SOUZA	6050/3	208
LWZ1594	8685003273	DELCIDES LIMA DE SOUZA	6050/3	208
LXC7124	8685003000	CLARISSE APARECIDA DOS SANTOS	6050/3	208
LXD8481	SF00045115	ALEXSANDRO MAFRA	6050/0	208
LXI6718	8685002469	IVONETE NASCIMENTO	6050/3	208
LXL7297	8685003158	MARIO JOSE WERNER	6050/3	208
LXS6825	8685002985	EDER PETRIS	6050/3	208
LXT2026	8685002181	NELSON BOAVENTURA	6050/3	208
LXT2720	8685002173	LAURA GUERRERO RICO	6050/3	208
LXU5109	8685003261	TELMO ELOI SENEM	6050/3	208
LXZ6342	8685002763	LUIS DAISON MACHADO DE SA	6050/3	208
LYC0285	8685002849	JOSE EDEGARD REINERT	6050/3	208
LYE9718	SF00044840	EUCLIDES RAMPELOTTI	6050/0	208
LYF9292	SF00045268	EUGENIO TARCISIO VIEIRA	6050/0	208
LYJ2246	SF00044937	SIEGFRIED SIEGLE	6050/0	208
LYK6420	SF00045516	LAUDEMIR ALVES DE CARVALHO	6050/0	208
LYL4736	8685003371	ALESSON JOSE DE LIMA	6050/3	208
LYO2339	8685002343	ANTONINO WILBERT	6050/3	208
LYP6482	SF00045318	LAUDENIL MOREIRA DE OLIVEIRA	6050/0	208
LYT4344	8685003042	JOSE CARLOS CAIN	6050/3	208
LYT7050	8685003285	MARIELI APARECIDA SALDANHA DA SILVA	6050/3	208
LYV0554	8685002860	DOLORES FLORES	6050/3	208
LYV3463	8685002268	VALMIR PEREIRA	6050/3	208
LYY7926	8685002133	MIRANDA CABRAL E SILVA	6050/3	208
LZA3807	8685002119	FERNANDO THEISS	6050/3	208
LZB6723	8685003239	CRISTIANO SOTELI	6050/3	208
LZC3005	SF00045302	CLAUDIOMAR MARINHO OECHSLER	6050/0	208
LZD6470	8685003096	MICHEL CASANOVA	6050/3	208
LZE9713	8685002415	JOAO ANGELINO MIRANDA	6050/3	208
LZO2464	8685002781	PORTO ACUL EXTRACAO DE AREIA LTDA	6050/3	208

LZR5470	SF00045312	CLAUDIO JONAS SCALVIN	6050/0	208
LZW3409	SF00045605	NATALIA MARTINI	6050/0	208
LZW6611	8685003334	JANSEN E JANSEN DECORACOES E EVENTOS LTDA ME	6050/3	208
LZZ1416	8685003267	HAROLDO JOAO DA SILVA	6050/3	208
MAA0354	8685003157	TRANSPORTES HEINIG LTDA.	6050/3	208
MAA2586	8685002239	ELPIDIO LUCAS MARCOLINO	6050/3	208
MAC2073	SF00045328	ELIZETE DOERNER	6050/0	208
MAG8400	SF00044900	ANDERSON CLAUDINO DOS SANTOS	6050/0	208
MAR0610	8685003188	EDSON ANTONIO FORMOLO	6050/3	208
MAU9835	SF00045148	MARQUITO FELLER	6050/0	208
MAV9775	SF00044090	TEXTIL H B LTDA	6050/0	208
MAX6004	8685002286	ARMANDO VALLE	6050/3	208
MBB3062	SF00042441	ZILDO GONCALVES DOS SANTOS	6050/0	208
MBD1433	8685003407	DHOPS CONFECCOES LTDA ME	6050/3	208
MBD7643	8685002099	INALVA LINS DE MORAES	6050/3	208
MBF1215	8685002995	SANTANDER LEASING S. A. ARRENDAMENTO MERCANTIL	6050/3	208
MBG6936	8685002136	TEODORO ORLANDO WEITGENANDT	6050/3	208
MBL4407	SF00042395	GABRIELA UMBELINO JACOBSEN	6050/0	208
MBL8895	8685003010	MARIA TEREZINHA DA SILVA PEREIRA	6050/3	208
MBQ9659	SF00045303	RENALDO KRUTZSCH	6050/0	208
MBU2242	SF00045150	JOAO FLAVIO HOSTIM MOREIRA JUNIOR	6050/0	208
MBU5492	8685002610	SANDRO GIOVANI SCHNEIDER	6050/3	208
MBW1913	SF00045030	ROSANGELA IMROTH	6050/0	208
MBX3489	8685003128	MARCOS ESTEVAO DE OLIVEIRA	6050/3	208
MCA7954	8685003139	ELIANY DEMARCH DOS SANTOS	6050/3	208
MCD4947	8685002197	ROSEMERI SILVEIRA DA ROSA	6050/3	208
MCI2258	SF00045475	RUBENS ANTONIO KRUZE	6050/0	208
MCK4425	8685003177	EVILACIO BOOZ	6050/3	208
MCM7395	SF00045266	CAROLINA CASTELLAIN	6050/0	208
MCP3195	SF00044870	ILSON ROECKER	6050/0	208
MCT1290	8685002957	MARCELO SOIBER	6050/3	208
MCX5470	SF00045174	WALMIR CORREA	6050/0	208
MDA7731	8685003020	JOSE MOACIR BRANCO	6050/3	208
MDF1953	SF00045544	NAIR CUSTODIO DA LUZ	6050/0	208
MDJ9562	8685003306	CARLOS HENRIQUE GEBIEN	6050/3	208
MDK7478	8685003349	ADILCE FACIM	6050/3	208
MDP1753	8685003344	CLOVIS ROSINEI SCHUARTZ	6050/3	208

MDP3480	8685002719	MIGUEL WILVOCK	6050/3	208
MDQ0582	8685002537	STEFAN BUERGER LETZOW	6050/3	208
MDS0700	8685003293	DAGMAR SIEWERDT	6050/3	208
MDS3587	8685003210	ROSILEIA LOPPNOW	6050/3	208
MDX8267	SF00044399	CARMEN LUCIA DE SOUZA	6050/0	208
MED0153	SF00043930	SERGIO ROBERTO ROCHA	6050/0	208
MEE2143	8685002795	NOEL MACIEL JUNIOR	6050/3	208
MEI4502	8685002734	AVELINO VENDELINO SCHMITZ	6050/3	208
MEL4529	8685002075	NEREU JOSE ERBS	6050/3	208
MEL5188	8685002474	ERIVAN FAGUNDES	6050/3	208
MET8778	SF00045403	VERA SCHWEIKERT	6050/0	208
MEU1243	8685002484	ESTAMPARIA TREVO LTDA ME	6050/3	208
MEU1334	8685002303	ROSANA REINERT NICOLETTI	6050/3	208
MEV3591	SF00045419	CLAUDIO BEDUSCHI	6050/0	208
MEY0361	SF00044557	EDEMILSON LEVINO LANGHAMMER	6050/0	208
MEZ0899	8685001208	ANA CRISTINA ROCHA DE MORAES	6050/3	208
MEZ3113	8685003011	D E A COMERCIO SERVICOS IMPORTACAO E EXPORTACAO	6050/3	208
MFD1597	8685003043	ROGER FABER	6050/3	208
MFF0468	8685003387	IND. E COM. DE CONSERVAS HAAS E OLIANI LTDA	6050/3	208
MFF4339	8685002222	RAUL DONATO DA ROSA	6050/3	208
MFG4565	8685002652	RODRIGO VILLAS BOAS	6050/3	208
MFG5876	8685002296	CRISTIANO TORQUATO	6050/3	208
MFI1959	8685003077	LINNEU CIRILO DE AZAMBUJA FLORES	6050/3	208
MFI8740	SF00045594	JANICE KAMMERS DE ARAUJO	6050/0	208
MFL0079	8685003301	THEILACKER E OLIVEIRA REPRESENTACAO COMERCIAL LTI	6050/3	208
MFY7264	8685002627	SAMMY ROGER EWALD	6050/3	208
MFY3508	8685002420	FERNANDO DE SOUZA CAMPELO	6050/3	208
MFZ8404	8685003009	MOACIR ANTONIO DE OLIVEIRA SOARES	6050/3	208
MGA5808	SF00044368	LUIZ JARBAS HAAG MARQUES	6050/0	208
MGD0920	8685002121	CLAUDETE LAUS	6050/3	208
MGH4278	8685003034	LOCADORA ACCORD LTDA	6050/3	208
MGH7652	8685003236	EMERSON BASTIANI	6050/3	208
MGK6261	8685003276	VICTON CONSULTORIA CONTABIL E EMPRESARIAL SC LTDA	6050/3	208
MGR0381	8685002261	VALFRIDO MISSFELD	6050/3	208
MHA0191	8685002356	WANDERLEY OLIVEIRA DA CONCEICAO	6050/3	208
MHA3335	SF00044672	ISAC CAVALHEIRO	6050/0	208
MHE4470	8685003029	TATIANE APARECIDA MADEIRA SILVA	6050/3	208

MHR0009	8685003389	NEREU ROTERMEL	6050/3	208
MJN8070	SF00045321	EDMILSON FERREIRA	6050/0	208
MJP0670	8685003126	ANTONIO ALEXANDRE PEREIRA	6050/3	208
MMB6680	8685002218	MARIO BOLLMANN	6050/3	208
MMD7900	8685003171	SULINO BRAZ DOS SANTOS	6050/3	208
MMI9889	8685002298	ANIBAL GIOVANI MANETTA	6050/3	208
MMK1077	8685003345	AGNALDO TIMOTEO ZABEL	6050/3	208
MVG7880	8685003048	VALMIR HOLLERVEGER	6050/3	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 22 DE MARÇO DE 2010

EMERSON ANDRADE

DIRETOR GERAL DA DITRAN

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N.685 413/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 2

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 685 413/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
DEA1733	SF00027505	TALITA KOCH	6050/0	208
HRH2663	8685000354	NILTON CESAR PAULO	6050/3	208
LYO9585	SF00042901	MAURI JULIO THEIS	6050/0	208
LYV3380	8685001580	ANDRE LUIZ DE PAULA	6050/3	208
LZB8139	SF00042893	SIMONE REGINA BENACI	6050/0	208
LZB8139	SF00043452	SIMONE REGINA BENACI	6050/0	208
LZB8139	SF00043509	SIMONE REGINA BENACI	6050/0	208
LZB8139	SF00043657	SIMONE REGINA BENACI	6050/0	208
LZE2920	8685000042	ELISABETE DE OLIVEIRA	6050/3	208
LZI1122	8685001553	EVA DOS SANTOS	6050/3	208
MAB6301	SF00030941	NELSON DE OLIVEIRA BUENO	6050/0	208
MAH1799	8685001595	DANIEL JULIO FERREIRA	6050/3	208
MDH4634	8685001454	JOHNI JEFERSON CAPELETTO	6050/3	208
MDQ7456	8685001377	LEILA MARA DA SILVA	6050/3	208
MEH0033	8685001522	HENNING JONK	6050/3	208
MEW1935	8685001530	MARCELUS SILVEIRA FARIA	6050/3	208
MFD3264	SF00049661	LUCIANO JOSE ZANELLA	6050/3	208
MFK8920	8685001095	AGENOR ANTONIO BOLOMINI	6050/3	208
MHH2652	SF00043537	SIBELI REGIANE MILAK	6050/0	208
MHM7550	SF00038958	VILMAR VIDOR DA SILVA	6050/0	208
MKS5555	8685000308	RAFAEL SIDNEI CUNHA	6050/3	208
MLN0770	8685000726	ALEXANDRE DEROCI DO NASCIMENTO	6050/3	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 22 DE MARÇO DE 2010

EMERSON ANDRADE

DIRETOR GERAL DA DITRAN

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 685 414/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 685 414/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
AMC3640	8685002771	WANDERLEI ENDERLE	6050/3	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 22 DE MARÇO DE 2010

EMERSON ANDRADE

DIRETOR GERAL DA DITRAN

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 685 415/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 685 415/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
JPL7698	SF00051069	ROSANE FREITAS VIEIRA	6050/3	208
LXF2401	8685002866	CRISTIANE GUNTHER	6050/3	208
LYF7532	8685002530	DIEGO DE MOURA	6050/3	208
LYT4724	8685002600	JOAO GILBERTO ALVES DE ARAUJO	6050/3	208
LZA0949	8685002259	CARLOS ANDRE MENDES	6050/3	208
LZS9354	8685002213	CIRLEI HELLER DA SILVA	6050/3	208
LZY8995	8685002287	ELMAR FRITZKE	6050/3	208
MAG9959	8685002672	JOSE CRUZ	6050/3	208
MCG7553	8685002915	IVONIR MASSANEIRO	6050/3	208
MEN0253	8685002438	GILMAR DO PRADO	6050/3	208
MES8802	8685002848	JANICE ADELINA DA SILVA SPAGNUOLO	6050/3	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 22 DE MARÇO DE 2010

EMERSON ANDRADE

DIRETOR GERAL DA DITRAN

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 685 416/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 685 416/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
LYX8672	8685001124	MAURICIO LUIS PEREIRA	6050/3	208
MES3078	8685000793	DENISE MARIA CRUZ	6050/3	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 22 DE MARÇO DE 2010

EMERSON ANDRADE

DIRETOR GERAL DA DITRAN

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 685 417/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 5

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 685 417/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
AAK6250	8685003332	LEILA CRISTINA DUFLOT	6050/3	208
ABG5576	8685003063	ELIO SCHULTZ	6050/3	208
ABY0256	8685003891	MARCIO LOPES DIAS	6050/3	208
ADC1929	8685004072	CESAR ANTONIO DE OLIVEIRA	6050/3	208
ADU3130	8685003352	ROSINESIA SOARES	6050/3	208
AEJ2679	8685003996	ADRIANO JUSTEN	6050/3	208
AFD2124	8685003788	CLEITON MISSIO	6050/3	208
AFE1606	8685002660	ADRIANO VIZENTIN	6050/3	208
AFL0504	8685002966	LUCIANA REINERT SILVEIRA	6050/3	208
AGL8449	8685003736	SILVIO ANDRE DA SILVA	6050/3	208
AJG2364	8685003734	MARION ROSA DE OLIVEIRA	6050/3	208
AJH3943	8685002494	MARIA ALVES DO COUTO	6050/3	208
AKS2818	8685003812	PEDRO LAMIM	6050/3	208
ALA9174	8685003244	ELOAR APARECIDA MACHADO	6050/3	208
AMS2212	8685003982	ANDRE APARECIDO FERNANDES	6050/3	208
ANI2318	8685003845	JOELSON LUIZ WAGNER	6050/3	208
ARP1020	8685003662	ANTONIO ROQUE CARDOSO GONCALVES	6050/3	208
BOE1724	8685004096	LINDOMAR FARIAS SOUZA	6050/3	208
BST0045	8685003065	JOSE HAVERROTH	6050/3	208
CGE1210	8685003132	SILVONEI DE SOUSA	6050/3	208
CLC9477	8685003435	ALDO NUNES	6050/3	208
CLY8940	8685003480	ERMINIO POSSAMAI	6050/3	208
CRK5190	8685003534	EVANDRO PREZZI	6050/3	208
CYB4231	8685003434	MARLI NEVES MELO	6050/3	208
CZD9103	8685003844	BELLOS CAR COMERCIO DE VEICULOS LTDA-ME	6050/3	208
CZX5078	8685002897	NORMA BIANCHESSI	6050/3	208

DAW9958	8685003620	HAI AUTOMOVEIS LTDA	6050/3	208
DEN4261	8685003316	CHRISTIANO THEISS NETO	6050/3	208
DIA0108	8685004069	ALESSANDRA SCHMITT MEYER	6050/3	208
DMF3736	8685003565	MARIA MARLENE CORDEIRO	6050/3	208
GTG3758	8685004028	WALDIR NERY SANTIAGO	6050/3	208
HSA9037	8685002594	PAULO LUIS DEBARBA	6050/3	208
JNN8614	8685003682	WILMAR BERTO DA SILVEIRA	6050/3	208
JTS1711	8685003155	EDSON SAIBERT	6050/3	208
JWS9402	8685003187	WANDERSON WILLER JUNIOR DA PORCIUNCULA SCHUTELL	6050/3	208
JYC0811	8685003604	ERNESTO JOSE HOSTERT	6050/3	208
KBU0785	8685003206	OSMAR ATANASIO DOS SANTOS	6050/3	208
KMV4288	8685003580	PANIFICADORA E CONFEITARIA ADRIANA LTDA ME	6050/3	208
LCL9211	8685003818	ADENIRE DIAS DA SILVA GOULART	6050/3	208
LCZ3537	8685003524	ADRIANO VILMAR DE LARA	6050/3	208
LWT3134	8685003297	ADENILSO DALMOLINI	6050/3	208
LWW2170	8685003395	DOMINGOS SAVIO MACHADO	6050/3	208
LWZ5139	8685003893	JURANDIR ARTHUR BONIN	6050/3	208
LXA3714	8685003598	RENATO VENTURI	6050/3	208
LXB5316	8685002852	ROSELI SOARES	6050/3	208
LXK4875	8685003605	GILMAR AGENOR VIEIRA	6050/3	208
LXM5489	8685003511	ROBERTO CARLOS RISCAROLLI	6050/3	208
LXN5624	8685002968	EDERSON RODRIGO OECKSLER	6050/3	208
LXO4085	8685004033	PEDRO DE OLIVEIRA	6050/3	208
LXP1644	8685003724	SERRA- INDUSTRIA COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA	6050/3	208
LXQ0354	8685003894	AS MONTAGEM E MANUTENCAO INDUSTRIAL LTDA	6050/3	208
LXT1969	8685003810	CONSTRUTORA GLOBO LTDA	6050/3	208
LXU5546	8685003713	ZENO BEIRA	6050/3	208
LXV7498	8685003883	TRANSPORTADORA OCIANI LTDA	6050/3	208
LYA7378	8685003464	ZORAYA IRACY RODRIGUES PEREIRA DO NASCIMENTO	6050/3	208
LYF9608	8685004166	JURACI ANTONIETA BUZZI WAGNER	6050/3	208
LYH8277	8685003546	ISAIAS MECABO	6050/3	208
LYH8599	8685003684	VALTER VICENTE PRIM	6050/3	208
LYO4718	8685003442	ARCENO BITENCOURT	6050/3	208
LYT2754	8685003861	VILSON FERREIRA DE ANDRADE	6050/3	208
LYY1729	8685003584	LENI DE SOUZA	6050/3	208
LYZ1355	8685003013	ELIZEU JOSE DE OLIVEIRA	6050/3	208
LZB8037	8685004108	MAICON RODRIGO TEIXEIRA	6050/3	208

LZT7553	8685003920	JOAO CARLOS FRANCISCO	6050/3	208
LZT7553	8685004113	JOAO CARLOS FRANCISCO	6050/3	208
LZY5915	8685003833	JOAO CARLOS VELASCO	6050/3	208
MAE7567	8685003768	MARCIO HODECKER	6050/3	208
MAK3057	8685003476	ELDER GLAIDSON MARQUES DE ALBUQUERQUE	6050/3	208
MAL0924	8685002827	JOSE MARCINO ANTUNES FAGUNDES	6050/3	208
MAM5777	8685003430	GILDO SEBASTIAO DOS SANTOS	6050/3	208
MAP5206	8685003786	ADRIANA CELIA SERPA	6050/3	208
MAY0042	8685003424	PAULO ROBERTO WAISMANN	6050/3	208
MAZ4548	8685002227	DUARTE PEDRO DA SILVA	6050/3	208
MBM7491	8685002244	EZEQUIAS FERNANDES	6050/3	208
MBQ1515	8685002546	NICOLAU HACKLAENDER	6050/3	208
MBQ7411	8685003516	SONALI APARECIDA FAZAN	6050/3	208
MBU2517	8685002657	GILMAR GASPAR CARDOSO DE ALMEIDA	6050/3	208
MBW7430	8685003012	DARI PEREIRA DA CRUZ	6050/3	208
MBZ6298	8685003413	FABIOLA JULIANOTE	6050/3	208
MBZ7593	8685002563	ELIANE LUCHINI	6050/3	208
MCC4105	8685002901	HAMILTON CRUZ	6050/3	208
MCD9397	8685002903	MOACIR GOMES	6050/3	208
MCH1842	8685002561	CELIO DA SILVA	6050/3	208
MCH3736	8685003489	FABIO MANDEL	6050/3	208
MCH4445	8685003082	JESSE DOS SANTOS	6050/3	208
MCK7589	8685004136	WAGNER PEIXOTO	6050/3	208
MCL6775	8685004018	FLORIPAR DISTRIBUIDORA DE PERFUMARIA LTDA	6050/3	208
MCL7485	8685003963	JOEL JOSE STOLF	6050/3	208
MCM0180	8685003354	TERESA CRISTINA SCHLOSSER	6050/3	208
MCN8072	8685003230	SILVANA DA SILVA LUIZ	6050/3	208
MDC8366	8685002997	VALTER LEAL DA COSTA	6050/3	208
MDE1972	8685004005	AQUILES ANDRE MAES	6050/3	208
MDH1030	8685003350	ERIANI BAMBINETTI RODRIGUES	6050/3	208
MDH5584	8685003455	NORBERTO VALENTINI	6050/3	208
MDI4804	8685003912	DANIELA MARIA FIAMONCINI	6050/3	208
MDI7818	8685003822	AYMANN YOUSEF SOLEIMANN QADER	6050/3	208
MDK8045	8685003848	LUIZ CARLOS LAURENTINO	6050/3	208
MDM2413	8685002636	MARA RUBIA LARROYED	6050/3	208
MDP1524	8685003673	CAMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE BLUMENAU	6050/3	208
MDR5003	8685002498	ANTONIO CARLOS LUZ GOTTARDI	6050/3	208

MDR7228	8685002433	AURELIO LEANDRO MARTINHO	6050/3	208
MDR7847	8685003899	AGUIA TEX MALHAS LTDA EPP	6050/3	208
MDS7283	8685002950	SC COMERCIO DE VIDROS LTDA	6050/3	208
MDU7371	8685004043	TEREZINHA FRANCO RIBEIRO	6050/3	208
MDU9865	8685002994	ROGELIO RUFO HERRANZ	6050/3	208
MDW3764	8685003987	JOAO CARLOS BATISTA	6050/3	208
MDW8122	8685003701	ELAINE JURANDIR DA SILVA	6050/3	208
MDX9253	8685003892	SERVICOS DE GUINCHOS RM LTDA	6050/3	208
MDY6322	8685003243	ZENAIR ROSA VANELLI	6050/3	208
MDY7881	8685003849	NOEMIA BOHN	6050/3	208
MEA0038	8685002590	SOLANE MARIA JASPER DOS PASSOS	6050/3	208
MEB2547	8685003164	BERNARDETE KLOCH GRIPPA ME	6050/3	208
MEP1038	8685002689	RALF REINLEIN JUNIOR	6050/3	208
MEQ0402	8685003617	EVANDRO DE MELLO DO AMARAL	6050/3	208
MEX8566	8685003482	MARIA DE LOURDES DOS SANTOS	6050/3	208
MEY8055	8685004070	MARCOS CIPRIANI	6050/3	208
MFB2434	8685002559	ALEXANDRE BAILONE ALVARES LEITE	6050/3	208
MFH7893	8685003646	THEILACKER E OLIVEIRA REPRESENTACAO COMERCIAL LTI	6050/3	208
MFJ2310	8685003414	MARIO VANDER VOLTOLINI	6050/3	208
MFL6396	8685003638	ANTONIO CARLOS SPINOLA SANTOS	6050/3	208
MFP0850	8685003998	GUSTAVO SYDNEY DE OLIVEIRA	6050/3	208
MFP8770	8685003333	DIVA RODRIGUES DE FRANCA	6050/3	208
MFR5829	8685003834	VALMOR BERTUZZI	6050/3	208
MFS9581	8685003898	RONALDO MANDELLI	6050/3	208
MGO8092	8685004025	ELIOMAR CARLOS RITA	6050/3	208
MGP7500	8685003560	MARY LUCIA BUNN PEREIRA	6050/3	208
MGR5900	8685003563	VERONITA GONCALVES	6050/3	208
MGX7321	8685002629	UDO KIENEN	6050/3	208
MHR2200	8685002808	GIOVANNI MOSER	6050/3	208
MIB1984	8685002596	VICTOR MACEDO GASPAR DE OLIVEIRA	6050/3	208
MJA0011	8685003355	LUCY DO CARMO BATSCHAUER PIZZOLATTI	6050/3	208
MJB6000	8685002924	CARLOS ALBERTO CUNHA SABEL	6050/3	208
MKP0929	8685003837	AUTOLOCADORA LOCAVALE LTDA ME	6050/3	208
MKT0390	8685002787	G A BALDISSERA COMERCIO DE AUTOMOVEIS LTDA	6050/3	208
MMO3237	8685004041	CLAUDIO DE SOUZA	6050/3	208
NGY5524	8685002725	JOSELIO SCHMITZ	6050/3	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 22 DE MARÇO DE 2010

EMERSON ANDRADE

DIRETOR GERAL DA DITRAN

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 685 418/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 685 418/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
ACG5332	8685000797	ORLI CESAR ROBERTO MARCOS	6050/3	208
AJY0841	8685000922	LORECI SCHEMES	6050/3	208
BBZ2809	8685002766	CAROLINE DA LUZ	6050/3	208
BZE8998	8685002407	ADONES MADRUGA FILHO	6050/3	208
CGH5131	8685002170	PAULO BONI	6050/3	208
EAE1111	SF00045233	JOSE CARLOS MENDEL	6050/0	208
IJN4458	8685000753	VOLNEI JOAO BLUM	6050/3	208
KFM9740	8685001143	JOSE FERNANDES	6050/3	208
LAK3109	SF00045657	NERILDO VANZUITA	6050/0	208
LXC8788	8685001504	MARIA LUIZA CORREA	6050/3	208
LXH4018	SF00041028	PAULO ROBERTO RIBEIRO	6050/0	208
LXO0283	8685000958	SILVIO HOMEM	6050/3	208
LZB2779	8685000803	AUGUSTO COLOMBI CAMARA	6050/3	208
LZD2815	SF00043314	ANGELINO BACCA	6050/0	208
LZD7328	8685002350	NILTON NUNES DA SILVA	6050/3	208
LZG1377	8685002690	DARI PASOLD	6050/3	208
LZK5992	8685000839	DOUGLAS RICARDO ESTEVAM	6050/3	208
LZY3471	8685001130	LUIZ CARLOS DA SILVA CUNHA	6050/3	208
MAC4000	8685001649	KATIUSSA VANESSA MULLER	6050/3	208
MAL1545	8685000784	ELIZANDRO JOSE SCHRAMM	6050/3	208
MAL5097	8685001720	SERGIO FIDELE DE MACIEL	6050/3	208
MAY1329	8685001011	JORGEMAR CAVALCANTE DE SOUZA	6050/3	208
MBO0838	8685002805	CAVACOS ARALDI LTDA	6050/3	208
MCB7010	8685000729	JONAS SCHIRMER	6050/3	208
MCW1744	8685002280	SIMONE DE LIZ	6050/3	208
MDI8763	SF00045517	ARIEL CAPITULINO DO CARMO	6050/0	208

MDW7314	8685002820	HERNANDE RUSSI	6050/3	208
MEA5666	8685002605	CRISTIANE GONCALVES	6050/3	208
MEL8389	8685001644	MARLI DA LUZ DE ARAUJO	6050/3	208
MEM0485	8685002113	CHARLIS MANUEL GEBERT LUIZ	6050/3	208
MEN7474	SF00045447	AVITECC INDUSTRIA COMERCIO DE PRODUTOS SERIGRAFIA	6050/0	208
MET7083	SF00045169	CLODOALDO COSTA ALVES	6050/0	208
MEU4060	8685001028	ERICO JUCI ALBANAES	6050/3	208
MFA2693	8685002333	LUISE BUCHLER	6050/3	208
MFK8920	8685001055	AGENOR ANTONIO BOLOMINI	6050/3	208
MFM3379	8685001045	MARISA DA SILVA MAFRA	6050/3	208
MFO6140	8685000994	EVA DE JESUS ZWIERGIKOSKI	6050/3	208
MFZ1299	8685002372	JANDER MARCHIORI	6050/3	208
MGB3770	8685002117	GIANE IARA DE MELO CARDOSO	6050/3	208
MGI6161	8685001316	ARNOLDO UBER	6050/3	208
MGU3452	8685002208	ADEMAR ANTONIO MACANEIRO	6050/3	208
MHD0200	8685002893	JOAO FRANCISCO CORDEIRO	6050/3	208
MHD5870	8685001233	SERGIO NIVALDO VIEIRA	6050/3	208
MHH7000	8685001202	OSEAS MANOEL DA SILVA	6050/3	208
MHK5662	8685001591	LINESIO ANTONIO SOUZA	6050/3	208
MHK5662	8685001610	LINESIO ANTONIO SOUZA	6050/3	208
MHW1670	8685001050	LUIZ CARLOS DIAS	6050/3	208
MII2700	8685000978	GIULIANA LESLEY DOS SANTOS	6050/3	208
MKI0004	SF00043576	SONIA REGINA BAIÃO DUTRA	6050/0	208
MKL5500	SF00043883	IRENO NELSON PRETZEL	6050/0	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 22 DE MARÇO DE 2010

EMERSON ANDRADE

DIRETOR GERAL DA DITRAN

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 685 419/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 685 419/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
GZT9075	8685003728	SIMONE NICOLETTI	6050/3	208
KBI8077	8685003781	ALDA DOS SANTOS VIEIRA	6050/3	208
LXI1220	8685003429	PAULO FRANCISCO WILWERT	6050/3	208
MAK6007	8685003415	OSVALDO ZIMMERMANN	6050/3	208
MBB6391	8685003764	RENATO DE SOUZA	6050/3	208
MBH3899	8685003492	ANTONIO DE AVILA	6050/3	208
MCV8518	8685003879	DARCI MARLENE LANG	6050/3	208
MDU3909	8685003600	MARLENE DE OLIVEIRA CATAPAN	6050/3	208
MDY7881	8685003581	NOEMIA BOHN	6050/3	208
MEL7802	8685001590	JAIME DALABENETA	6050/3	208
MFZ8404	8685004105	MOACIR ANTONIO DE OLIVEIRA SOARES	6050/3	208
MGL0670	8685003630	MARCIO GERMANO	6050/3	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 22 DE MARÇO DE 2010

EMERSON ANDRADE

DIRETOR GERAL DA DITRAN

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 685 420/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 685 420/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
LYQ9895	8685002526	MANOEL ALVES MARTINS	6050/3	208
LZL5931	8685003099	LUIZ ALBERTO MARTINS	6050/3	208
LZS7361	SF00044876	IVO JOAO HERZ	6050/0	208
MCT3800	8685002502	MARINA KRATZ	6050/3	208
MCW9629	8685002749	JOAO CARLOS SANTOS JUNIOR	6050/3	208
MEP6705	SF00048447	ONIX SERIGRAFIA E ESTAMPARIA LTDA ME	5002/0	257 § 8º
MFW3501	SF00045504	CLAUDIO BUSNARDO	6050/0	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 22 DE MARÇO DE 2010

EMERSON ANDRADE

DIRETOR GERAL DA DITRAN

SAMAE - GASPAR**Aviso Convite nº 17/2010 - SAMAE****AVISO DE LICITAÇÃO**

Convite nº. 17/2010

OBJETO: Serviços de publicidade, propaganda e marketing, visto a necessidade de divulgar os atos do SAMAE em atendimento às normas legais, bem como proporcionar conhecimento aos munícipes das ações realizadas pela Autarquia.

A ENTREGA DOS ENVELOPES contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços da licitante deverá ocorrer até as 08:45 horas do dia 23/04/2010.

A ABERTURA DOS ENVELOPES ocorrerá no dia 23/04/2010 às 09:00 horas; cuja sessão estará aberta à participação de todos os interessados.

As licitantes interessadas em participar do certame, poderão obter a íntegra do Edital, diariamente, durante o horário de expediente, junto ao Departamento de Compras do SAMAE - Gaspar; ou no site: www.samaegaspar.com.br

Gaspar (SC), em 12 de abril de 2010.

LOVÍDIO CARLOS BERTOLDI

Diretor Presidente

Herval do Oeste**PREFEITURA MUNICIPAL****Portaria Nº 379/2010**

PORTARIA Nº 379/2010

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

DESIGNAR a Servidora QUENIA BRINCKMANN (Matr. 2897), ocupante do Cargo de Provimento em Comissão de Diretora de Programas Sociais, Nível - DAS-1, 40 horas semanais, para responder, sem ônus para o erário público municipal como Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social, a partir de 12 de abril de 2010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições em contrário. Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 12 de Abril de 2010.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Tomada de Preços nº 001/2010

Tomada de Preços nº 001/2010

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 0049/2010

Tomada de Preços nº 0001/2010

Unidade Gestora:

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste

Objeto: IMPLANTAÇÃO DA TERCEIRA ETAPA DA AVENIDA BEIRA RIO NO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE, TRECHO COMPREENDIDO ENTRE A PASSARELA ATÍLIO PAGNONCELLI (ESQUINA COM A RUA DORIVAL DE BRITO) ATÉ A ESQUINA COM A RUA INDEPENDÊNCIA

Data: 30/04/2010

Hora: 13:30 horas

Local: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste

A íntegra do edital poderá ser obtido junto ao setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste ao custo de R\$ 50,00 (cinquenta reais)

Herval d'Oeste (SC), 13 de abril de 2010.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Ata de registro de preços nº 004-b/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004-B/2010

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 033/2010

Modalidade Pregão Presencial nº 009/2010

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data, podendo ser prorrogado, conforme previsto no Edital. Na data de 06 de Abril de 2010, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de brita I, brita II, e demais agregados oriundos de mineração, para utilização da Secretaria de Obras, Urbanismo e Serviços Públicos, conforme descrito no quadro abaixo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, neste ato representada pelo Senhor Nelson Guindani, Prefeito Municipal e a Empresa Pedreira Joaçaba Ltda, neste ato representada pelo Senhor Sigmundo Engelberto Regensburger, sócio-administrador, em decorrência do processo licitatório nº 0033/2010, modalidade Pregão Presencial, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafoado, independentemente de sua transcrição.

Item	Descrição	UN	Quant.	Marca	Valor Unit.	Valor Total
03	PEDRA LASCÃO	M3	300	Pd. Joac	R\$ 43,50	R\$ 13.050,00
08	PEDRISCO DE 2ª	M3	6000	Pd. Joac	R\$ 25,00	R\$ 150.000,00
	TOTAL					R\$ 163.050,00

Herval d'Oeste (SC), 06 de Abril de 2010.

NELSON GUINDANI

Prefeito

CPF nº 501.589.459-72

Pelo Município Herval D' Oeste

SIGMUNDO ENGELBERTO REGENSBURGER

Cargo:Sócio-Administrador

CPF nº 139.433.329-34

Pela Empresa: Pedreira Joaçaba Ltda.

Testemunhas:

01. _____

Rubens Antonio Correia

CPF nº 687.857.399-87

02. _____

Daiane Lorini

CPF nº 004.534.269-56



Imbituba

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto PMI nº 60.2010

DECRETO PMI Nº 60 de 08 de abril de 2010.

Dispõe sobre a prorrogação de prazo de recolhimento do Imposto sobre Serviços Fixo - ISS-Fixo do exercício de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 93, da Lei Orgânica Municipal, e pelo art. 263, § 3º, da Lei Complementar n.º 3.019/06 de 28 de dezembro de 2006,

DECRETA:

Art. 1º Fica PRORROGADO para o dia 30 de abril de 2010 o prazo para pagamento da primeira parcela do Imposto sobre Serviços Fixo - ISS-Fixo, bem como, para o pagamento integral do mesmo, com 20% (vinte por cento) de desconto.

Parágrafo único. Os prazos para pagamento das demais parcelas permanecem inalterados.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 08 de abril de 2010.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Decreto PMI nº 61.2010

DECRETO PMI Nº 61 de 08 de abril de 2010.

Dispõe sobre a prorrogação de prazo de recolhimento da Taxa de Fiscalização para Localização/Funcionamento de Estabelecimento do exercício de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 93, da Lei Orgânica Municipal, e pelo art. 263, § 3º, da Lei Complementar n.º 3.019/06 de 28 de dezembro de 2006:

DECRETA:

Art. 1º Fica PRORROGADO para o dia 30 de abril de 2010 o prazo para pagamento da primeira parcela da Taxa de Fiscalização para Localização/Funcionamento de Estabelecimento, bem como, para o pagamento integral do mesmo, com 10% (dez por cento) de desconto.

Parágrafo único. Os prazos para pagamento das demais parcelas permanecem inalterados.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 08 de abril de 2010.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Decreto PMI nº 56.2010

DECRETO PMI Nº 56 de 30 de março de 2010.

Altera redação do inciso III, do artigo 4º do Decreto PMI nº 005, de 26 de janeiro de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 93 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada a redação do inciso III, do artigo 4º do Decreto PMI nº 005, de 26 de janeiro de 2010, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º Poderão ser consignatários, para fins e efeitos deste Decreto:

[...]

III - Instituições Financeiras Públicas ou Privadas autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil;

[...]

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 30 de março de 2010.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Portaria DGP/SEAGP N.º 113/2010

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 113, de 12 de abril de 2010.

Dispõe sobre a fixação de férias e dá outras providências.

O SECRETARIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais, e com base na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Fixar férias da servidora LUCIMAR FORTUNATO RODRIGUES, Auxiliar de Enfermagem, matrícula nº 282, inscrita no CPF sob o n.º 789.575.839-04, nos termos da Sentença exarada nos autos da AT n.º 138/2009, referente ao período aquisitivo e com fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Fruição
2005/2006	3/5/2010 a 1º/6/2010
2006/2007	2/6/2010 a 1º/7/2010

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada as disposições em contrário.

Imbituba SC, 12 de abril de 2010.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e publique-se:

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC

ANDREZA BARCELOS CARVALHO

Chefe do Departamento de Gestão de Pessoas

Portaria DGP/SEAGP N.º 114/2010

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 114, de 12 de abril de 2010.

Dispõe sobre a exoneração de Assessor II, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 95 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar no 3.444, de 29 de janeiro de 2009, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a pedido do cargo/função de Assessor II, RONALDO ALGUSTO PIRES, brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º 987.718.929-15, nomeado através da Portaria DGP/SEAGP N.º 034, de 01 de fevereiro de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 19 de março de 2010, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 12 de abril de 2010.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se:

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Portaria DGP/SEAGP N.º 115/2010

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 115, de 12 de abril de 2010.

Dispõe sobre nomeação de Assessora II, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei Complementar no 3.444, de 29 de janeiro de 2009, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, NELY REGINA PACHECO, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 004.385.479-69, para exercer o cargo/função de Assessora II, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 22 de março de 2010, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 12 de abril de 2010.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se:

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Portaria DGP/SEAGP N.º 116/2010

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 116, de 12 de abril de 2010.

Dispõe sobre a rescisão de contrato de trabalho de servidora, em razão de falecimento, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA,

BLICA, no uso de suas atribuições legais, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art.1º Rescindir contrato de trabalho, em razão de falecimento, a abaixo relacionada, matrícula 368, inscrita no CPF sob o n.º 749.722.359-34, admitida em 14 de março de 1988, para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	Admissão	Demissão
Marilene Floriano	Professor(a) III – 20h	14/03/1988	01/04/2010

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de abril de 2010, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 12 de abril de 2010.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e publique-se:

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC

ANDREZA BARCELOS CARVALHO

Chefe do Departamento de Gestão de Pessoas

CÂMARA DE VEREADORES

Decreto legislativo nº 002, de 12 de abril de 2010.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 002, DE 12 DE ABRIL DE 2010.

Concede licença para férias ao Chefe do Poder Executivo, relativas ao período aquisitivo de 1º/01/2009 a 31/12/2009, bem como para ausentar-se do Município, se necessário for.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE IMBITUBA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 67, inciso IV da Lei Orgânica Municipal, e o artigo 35, inciso IV do Regimento Interno, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e fica promulgado o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedida ao Chefe do Poder Executivo licença para férias de 30 (trinta) dias, relativas ao período aquisitivo de 1º/01/2009 a 31/12/2009, bem como para ausentar-se do Município, se necessário for.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 12 de abril de 2010.

CHRISTIANO LOPES DE OLIVEIRA

Presidente da Câmara Municipal de Imbituba

Registre-se e Publique-se

Registrada, publicada, e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 12/04/2010 e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDRÉA MACHADO DE SOUZA

Secretária Administrativa

Decreto legislativo nº 003, de 12 de abril de 2010.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 003, DE 12 DE ABRIL DE 2010.

Concede Licença ao Presidente da Câmara para ausentar-se do Comando do Poder Legislativo para assumir a Chefia do Poder

Executivo.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE IMBITUBA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 67, inciso IV da Lei Orgânica Municipal, e o artigo 35, inciso IV do Regimento Interno, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e fica promulgado o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedida Licença ao Presidente da Câmara Municipal de Imbituba para ausenta-se do Comando do Poder Legislativo Municipal, no período compreendido entre os dias 13 a 23 de abril do corrente ano, para assumir a Chefia do Poder Executivo, tendo em vista o impedimento da Vice-Prefeita.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 12 de abril de 2010.
CHRISTIANO LOPES DE OLIVEIRA
Presidente da Câmara Municipal de Imbituba

Registre-se e Publique-se
Registrada, publicada, e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 12/04/2010 e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDRÉA MACHADO DE SOUZA
Secretária Administrativa

Irineópolis

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto 2003/2010

Decreto nº 2003/2010.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO SUPLEMENTAR E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, no uso das atribuições que lhe são conferidas e autorizado pela Lei 1459/2009,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam abertos créditos suplementares no Orçamento Geral do Município de Irineópolis, na dotação a seguir especificada, no montante de R\$ 1.000,00 (um mil reais),

0200 – PODER EXECUTIVO		
0209- SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA		
2.018 – Manutenção do Transporte Rodoviário		
4.4.90.00.00.00.00.0100 (86)	Aplicações Diretas	R\$ 1.000,00

TOTAL		R\$ 1.000,00

Art. 2º - Para dar face ao crédito suplementar acima citado serão utilizados recursos provenientes do Superávit Financeiro do ano anterior na fonte de recursos 100 – Recursos Ordinários Próprios.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 08 de abril de 2010.
WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal

Portaria N ° 127/2010.

DELEGA COMPETÊNCIA PARA A DIREÇÃO DE VEÍCULO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n ° 007/2001 de 15/10/2001,

R E S O L V E :

Art. 1º - DELEGAR ao servidor ARNO LUIZ DENK ocupante do Cargo de Secretário Municipal da Infraestrutura, portador da CNH Registro n ° 03072683310 categoria AD, competência para dirigir os veículos de propriedade e responsabilidade do Município de Irineópolis, durante o desempenho de suas atividades funcionais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Fica revogada a Portaria n ° 116/2010 e demais disposições em contrário.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 07 de abril de 2010.
WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal.

Portaria N ° 128/2010

ALTERA CARGA HORÁRIA DE PROFESSORA ACT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n ° 007/2001 de 15/10/2001,

R E S O L V E :

ALTERAR a contar de 05/04/2010, a carga horária do contrato de trabalho temporário da servidora MAYRA APARECIDA MAIDL, contratada para as atividades de Professora de Português (ACT) através da Portaria n ° 087/2010, passando de 20 para 30h/sem, para atuação como Professora da Educação Infantil.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 07 de abril de 2010.
WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal.

MARLEM MARQUES DAL LAGO
Secretária Municipal da Educação.

Portaria N ° 129/2010

DISPENSA SERVIDORA Á PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere o item VII e IX do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n ° 007/2001 de 15/10/2001,

R E S O L V E :

Exonerar a pedido à servidora SUELEN TILGNER, do cargo de Agente Comunitário de Saúde (40h/sem), do Quadro de Emprego Público da Prefeitura Municipal de Irineópolis, para o qual foi nomeada através da Portaria n ° 104/2008, de 03/03/2008.



Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 08 de abril de 2010.
WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal.

NILDA EDITE BANHUKI GALVÃO
Secretária Municipal da Saúde.

Portaria Nº. 130/2010

PRORROGA CONTRATO DE TRABALHO DE SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e no disposto no Título II - Capítulo III seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n° 007/2001 de 15/10/2001,

R E S O L V E:

PRORROGAR até a data de 03/06/2010, o Contrato de Trabalho Temporário da servidora CARLA LETÍCIA LUZ, nascida em 07/08/1973, portadora do CPF n° 039.850.789-98, RG. n° 2.812.136, SESP/SC, para exercer as atividades de Auxiliar de Serviços Gerais, em Substituição à servidora efetiva Noeli Rincão Rosinski, que se encontra em licença para tratamento de saúde.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 08 de abril de 2010.
WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal

MARLEM MARQUES DAL LAGO
Secretaria Municipal da Educação.

Contrato Nº 36/2010 - 2º Termo Aditivo ao Contrato Nº 35/2008 - PM

ERRATA - ONDE SE LÊ NA PUBLICAÇÃO DO DOM/SC NA EDIÇÃO Nº 461 DE 07/04/2010 - VALOR REAJUSTADO MENSAL -6,27%, LEIA-SE VALOR REAJUSTADO MENSAL - 1,95%, CONFORME A SEGUIR:

CONTRATO Nº 36/2010

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 35/2008, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS, E A EMPRESA BETHA SISTEMAS LTDA.

O Município de Irineópolis, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ/MF n.º 83.102.558/0001-05, com sede administrativa estabelecida à rua Paraná, 200, em Irineópolis - SC., neste ato representado pelo Senhor Wanderlei Lezan, brasileiro, casado, no exercício do Cargo de Prefeito, residente e domiciliado a rua Minas Gerais s/n.º, no centro do Município de Irineópolis - SC, inscrito no CPF sob o n.º 153.546.101-25 e portador da cédula de identidade n.º 6.109.615-SC, de ora em diante denominado de Contratante, e de outro lado a empresa Betha Sistemas Ltda, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 00.456.865/0001-67 e Inscrição Estadual n.º 253.086.027, com sede à Rua João Pessoa, n.º 134, Centro, na cidade de Criciúma, no Estado de Santa Catarina, a seguir denominada CONTRATADA, acórdão e ajustam firmar o presente contrato aditivo nos termos da lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislação pertinente, assim como pelas condições do Procedimento Licitatório n.º 08/2008, modalidade Tomada de Preços nº 01/2008, e pelas cláusulas a seguir expressas, definidora dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA

Facultado pelo artigo 57, inciso II da Lei n.º 8.666/93, consolidada e Cláusula Quinta do Contrato n.º 35/2008, fica de comum acordo prorrogado o prazo de sua vigência até 15.04.2011.

CLÁUSULA SEGUNDA

Pela execução do objeto aditado, a Contratante pagará à Contratada o valor global de R\$ 921,24 (novecentos e vinte e um reais e vinte e quatro centavos), a contar de 16/04/2010, conforme detalhamento a seguir:

Lote 01. Serviços Técnicos

Item	Qtde	Un	Descrição	Valor Original Mensal R\$	Valor reajustado Mensal – 1,95% IGP-M	Valor Aditado após aplicação do reajuste
2	12	Mês	Inserir e hospedar site CONTAS PÚBLICA.	85,02	86,68	1,66 (mensal) 19,92 (total por 12 meses)

Lote 02. Licença de uso dos sistemas de gestão para PREFEITURA MUNICIPAL

Item	Qtde	Un	Descrição	Valor Original Mensal R\$	Valor reajustado Mensal – 1,95% IGP-M	Valor Aditado após aplicação do reajuste
01	12	Mês	Contabilidade Pública com até 05 usuários simultâneos	701,38	715,06	13,68 (mensal) 164,16 (total por 12 meses)
02	12	Mês	Tesouraria com até 02 usuários simultâneos	138,15	140,84	2,69 (mensal) 32,28 (total por 12 meses)
03	12	Mês	Planejamento Municipal com até 04 usuários simultâneos	276,30	281,69	5,39 (mensal) 64,68 (total por 12 meses)
04	12	Mês	Compras e Licitações com até 04 usuários simultâneos	276,30	281,69	5,39 (mensal) 64,68 (total por 12 meses)
05	12	Mês	Patrimônio com até 02 usuários simultâneos	170,03	173,35	3,32 (mensal) 39,84 (total por 12 meses)
06	12	Mês	Frotas com até 02 usuários simultâneos	170,03	173,35	3,32 (mensal) 39,84 (total por 12 meses)
07	12	Mês	Folha de Pagamento com até 04 usuários simultâneos	493,09	502,71	9,62 (mensal) 115,44 (total por 12 meses)
08	12	Mês	Sistema de Recursos Humanos com até 04 usuários simultâneos	196,60	200,43	3,83 (mensal) 45,96 (total por 12 meses)



09	12	Mês	Tributação Municipal com até 04 usuários simultâneos	892,67	910,08	17,41 (mensal) 208,92 (total por 12 meses)
----	----	-----	--	--------	--------	---

Lote 03. Licença de uso dos sistemas de gestão para FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Item	Qtde	Un	Descrição	Valor Original Mensal R\$	Valor reajustado Mensal – 1,95% IGP-M	Valor Aditado após aplicação do reajuste
01	12	Mês	Contabilidade Pública com até 04 usuários simultâneos	133,90	136,51	2,61 (mensal) 31,32 (total por 12 meses)
02	12	Mês	Tesouraria com até 02 usuários simultâneos	66,95	68,26	1,31 (mensal) 15,72 (total por 12 meses)
03	12	Mês	Compras e Licitações com até 04 usuários simultâneos	66,95	68,26	1,31 (mensal) 15,72 (total por 12 meses)

Lote 04. Licença de uso dos sistemas de gestão para FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Item	Qtde	Un	Descrição	Valor Original Mensal R\$	Valor reajustado Mensal – 1,95% IGP-M	Valor Aditado após aplicação do reajuste
01	12	Mês	Contabilidade Pública com até 04 usuários simultâneos	133,90	136,51	2,61 (mensal) 31,32 (total por 12 meses)
02	12	Mês	Tesouraria com até 02 usuários simultâneos	66,95	68,26	1,31 (mensal) 15,72 (total por 12 meses)
03	12	Mês	Compras e Licitações com até 04 usuários simultâneos	66,95	68,26	1,31 (mensal) 15,72 (total por 12 meses)

Se o Município precisar dos serviços de suporte técnico dos sistemas, vai cotar em separado até o valor máximo de R\$ 65,00 (sessenta e cinco reais) a hora e só fará a contratação e o pagamento após orçamento prévio e autorização expressa para o serviço.

CLÁUSULA TERCEIRA – Permanecem inalteradas as demais cláusulas do mencionado instrumento.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente instrumento contratual, por seus representantes legais, em 06 (seis) vias de igual teor e forma e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Irineópolis, 06 de abril de 2010.

MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS
WANDERLEI LEZAN
CONTRATANTE

BETHA SISTEMAS LTDA
ILSE CRISTINA DE SOUZA
CONTRATADA

Testemunhas:

Rosani Rodrigues da Silva Mischka
CPF: 664.622.159-68

Mauricio Juraszek
CPF: 044.088.849-28

Contrato N° 38/2010 - PM

CONTRATO N.º 38/2010

Contrato de locação de imóvel que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Irineópolis e Mitra Diocesana de Caçador.

O Município de Irineópolis, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ/MF n.º 83.102.558/0001-05, com sede administrativa estabelecida à rua Paraná, 200, em Irineópolis - SC., neste ato representado pelo Senhor Wanderlei Lezan, brasileiro, casado, no exercício do Cargo de Prefeito, residente e domiciliado à rua Minas Gerais s/n.º, no centro do Município de Irineópolis - SC, inscrito no CPF sob o n.º 153.546.101-25 e portador da cédula de identidade n.º 6.109.615-SC, de ora em diante denominado de LOCATÁRIO, e de outro lado a Mitra Diocesana de Caçador, inscrito no CNPJ sob o nº 83.059.758/0001-22, com sede a Rua Maфра, nº 235, Bairro Bom Jesus, na cidade de Caçador, estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Padre Silvio Marciniak, portador do CPF nº 946.814.069-53, a seguir denominado LOCADOR, ajustam e firmam o presente contrato nos termos da lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e legislação pertinente, assim como pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

A presente contratação tem por objeto a locação de um imóvel, de propriedade do locador, com a área de 360,00 m/2 (trezentos e sessenta metros quadrados), medindo 15 metros de frente por 24 metros de fundo, e edificação com área de 84,75m2 (oitenta e quatro vírgula setenta e cinco metros quadrados); sito à Rua Minas Gerais, em Irineópolis, Estado de Santa Catarina, Transcrita no Registro de Imóveis da Comarca de Porto União sob o nº 5651.

PARÁGRAFO ÚNICO - O objetivo da locação do referido imóvel é para funcionamento da Casa Mortuária.

CLÁUSULA SEGUNDA - BASE DO CONTRATO

O presente contrato é assinado com dispensa de licitação, baseado no artigo 24, inciso II (contratação de pequeno valor - abaixo de R\$ 8.000,00 ao ano) e inciso X (necessidade de localização condicionada à escolha); da Lei 8.666 de 21/06/93.

CLÁUSULA TERCEIRA - VALOR CONTRATUAL

Pela locação do referido imóvel, o LOCATÁRIO, pagará ao LOCADOR, o valor mensal de R\$ 200,00 (duzentos reais), totalizando R\$ 1.726,67 (hum mil setecentos e vinte e seis reais e sessenta e sete centavos reais).

PARÁGRAFO ÚNICO - Correrão por conta do LOCATÁRIO as despesas decorrentes do consumo de energia elétrica e demais que venham a incidir sobre o objeto deste termo contratual.

CLÁUSULA QUARTA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

A Prefeitura Municipal de Irineópolis efetuará o pagamento do aluguel mensalmente, no décimo dia útil do mês subsequente ao vencido, através de cheque nominal e mediante a assinatura de recibo de quitação.

CLÁUSULA QUINTA - RECURSOS FINANCEIROS

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta da Dotação Orçamentária: Projeto Atividade n.º 2016 - Secretaria da Infra Estrutura - Manutenção de Serviços Urbanos - 3.3.90.00.00.00.00.00.0100(79) - Aplicações Diretas do Orçamento vigente para o Exercício de 2010.

CLÁUSULA SEXTA - CRITÉRIO DE REAJUSTE

O preço ora contratado não sofrerá reajustes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES
Constituem direitos do LOCATÁRIO, receber o objeto deste contrato, nas condições avençadas, e do LOCADOR, perceber o valor

ajustado na forma e prazo convencionados.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Constituem obrigações do LOCATÁRIO:

- a) Efetuar o pagamento na forma e prazos ajustados;
- b) Obriga-se o locatário, salvo as obras que importem na segurança do imóvel, por todas as outras, devendo trazer o imóvel locado em boas condições de higiene e limpeza, com os aparelhos sanitários e de iluminação, pintura, telhados, vidraças, mármore, torneiras, pias, banheiros, ralos e demais acessórios em perfeito estado de conservação e funcionamento, para assim, restituí-los quando findo ou rescindido este contrato;
- c) Não sublocar ou emprestar o imóvel, no todo ou em parte, sem o consentimento prévio do locador;
- d) Permitir, desde que não exercido o direito de preferência, que o locador aliene o imóvel locado a terceiros, com a consequente cessão de direitos decorrentes deste instrumento;
- e) Permitir ao LOCADOR que examine e vistorie o imóvel locado, sempre que este entender necessário, em horário comercial e mediante prévio aviso, afim de certificar-se de sua correta utilização;
- f) Respeitar as festividades no salão paroquial, desde que previamente marcadas e divulgadas, mesmo em caso de velório, não tendo o Locador a obrigação de desmarcá-las ou adiá-las.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Constituem obrigações do LOCADOR:

- a) Entregar o imóvel locado em estado de servir ao uso a que se destina;
- b) Garantir durante toda a vigência do contrato o uso pacífico do imóvel locado;
- c) Dar recibo discriminando as importâncias pagas pelo locatário;
- d) Assegurar ao LOCATÁRIO, na forma da lei, o exercício do direito de preferência para a aquisição do imóvel, nas mesmas condições oferecidas a terceiro, no caso de alienação do imóvel;
- e) Obrigar-se, no caso de venda do imóvel locado a terceiros, a denunciar ao comprador a existência deste instrumento, obrigando-o ao seu cumprimento em todas as condições e cláusulas;

PARÁGRAFO TERCEIRO - O presente contrato obrigará as partes por si, seus herdeiros ou sucessores.

CLÁUSULA OITAVA - DAS BENFEITORIAS

O LOCATÁRIO poderá fazer no imóvel locado, as suas expensas, as modificações necessárias ao exercício das atividades que pretende realizar, desde que estas não afetem sua estrutura, as quais farão parte integrante do imóvel, excetuadas apenas as benfeitorias que sejam removíveis, que poderão ser retiradas por ocasião da entrega do imóvel locado.

PARÁGRAFO ÚNICO - O LOCATÁRIO não terá, no que atina às benfeitorias que passem a integrar o imóvel, direito a qualquer indenização ou retenção, salvo em relação às benfeitorias necessárias, que serão indenizáveis.

CLÁUSULA NONA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLENTO CONTRATUAL

Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a Prefeitura Municipal de Irineópolis poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao LOCADOR as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93 e suas posteriores alterações; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no artigo 78 e seguintes da Lei n.º 8.666/93, ou por interesse público.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente Instrumento contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993, na Lei 8.245, de 1º de março de 1991 e suas posteriores alterações, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhe supletivamente os

princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições do direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - TRANSMISSÃO DE DOCUMENTOS
A troca eventual de documentos e cartas entre o LOCADOR e o LOCATÁRIO, será feita através de Protocolo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

A vigência do presente contrato será de 12 de abril de 2010 a 31 de dezembro de 2.010, podendo ser renovado, mediante a elaboração de novo contrato, se for de interesse para ambas as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, da Lei 8.245/91 e suas alterações e dos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PUBLICIDADE

Uma vez firmado, o presente contrato terá seu extrato publicado no Órgão Oficial do Município, pelo LOCATÁRIO, dando-se cumprimento ao disposto no Artigo 61, parágrafo 1º da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Porto União - SC, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente contrato.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, por si e seus sucessores, em 05 (cinco) vias iguais, e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Irineópolis (SC), 12 de abril de 2010.

Município de Irineópolis

WANDERLEI LEZAN

Locatário

MITRA DIOCESANA DE CAÇADOR

PADRE SILVIO MARCINIÁK

Locador

Testemunhas:

Rosani Rodrigues da Silva Mischka

CPF: 664.622.159-68

Mauricio Juraszek

CPF: 044.088.849-28

Contrato N° 39/2010 - PM

CONTRATO N.º 39/2010

Contrato de locação de imóvel que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Irineópolis e Mitra Diocesana de Caçador.

O Município de Irineópolis, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ/MF n.º 83.102.558/0001-05, com sede administrativa estabelecida à rua Paraná, 200, em Irineópolis - SC., neste ato representado pelo Senhor Wanderlei Lezan, brasileiro, casado, no exercício do Cargo de Prefeito, residente e domiciliado à rua Minas Gerais s/n.º, no centro do Município de Irineópolis - SC, inscrito no CPF sob o n.º 153.546.101-25 e portador da cédula de identidade n.º 6.109.615-SC, de ora em diante denominado de LOCATÁRIO, e de outro lado a Mitra Diocesana de Caçador, inscrito no CNPJ sob o n.º 83.059.758/0001-22, com sede a Rua Mafra, nº 235, Bairro Bom Jesus, na cidade de Caçador, estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Padre Silvio Marciniak, portador do CPF nº 946.814.069-53, a seguir denominado LOCADOR, ajustam e firmam o presente contrato nos termos da lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e legislação pertinente, assim como pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

A presente contratação tem por objeto a locação de um imóvel de construção mista, de propriedade do locador, medindo 140,00 m² sito à Rua Minas Gerais, 150, em Irineópolis, Estado de Santa Catarina, Transcrita no Registro de Imóveis da Comarca de Porto União sob o nº 5651.

PARÁGRAFO ÚNICO - O objetivo da locação do referido imóvel é para funcionamento do Conselho Comunitário e Terceira Idade.

CLÁUSULA SEGUNDA - BASE DO CONTRATO

O presente contrato é assinado com dispensa de licitação, baseado no artigo 24, inciso II (contratação de pequeno valor - abaixo de R\$ 8.000,00 ao ano) e inciso X (necessidade de localização condicionada à escolha); da Lei 8.666 de 21/06/93.

CLÁUSULA TERCEIRA - VALOR CONTRATUAL

Pela locação do referido imóvel, o LOCATÁRIO, pagará ao LOCADOR, o valor mensal de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), totalizando R\$ 3.453,33 (três mil, quatrocentos e cinquenta e três reais e trinta e três centavos).

PARÁGRAFO ÚNICO - Correrão por conta do LOCATÁRIO as despesas decorrentes do consumo de energia elétrica e demais que venham a incidir sobre o objeto deste termo contratual.

CLÁUSULA QUARTA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

A Prefeitura Municipal de Irineópolis efetuará o pagamento do aluguel mensalmente, no décimo dia do mês subsequente ao vencido, através de cheque nominal e mediante a assinatura de recibo de quitação.

CLÁUSULA QUINTA - RECURSOS FINANCEIROS

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta da Dotação Orçamentária: Projeto Atividade n.º. 2020 - 3.3.90.36.00.00.00.0100 - Manutenção de Programas de Assistência Social - Aplicações Diretas do Orçamento vigente para o Exercício de 2010.

CLÁUSULA SEXTA - CRITÉRIO DE REAJUSTE

O preço ora contratado não sofrerá reajustes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Constituem direitos do LOCATÁRIO, receber o objeto deste contrato, nas condições avençadas, e do LOCADOR, perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Constituem obrigações do LOCATÁRIO:

- a) Efetuar o pagamento na forma e prazos ajustados;
- b) Obriga-se o locatário, salvo as obras que importem na segurança do imóvel, por todas as outras, devendo trazer o imóvel locado em boas condições de higiene e limpeza, com os aparelhos sanitários e de iluminação, pintura, telhados, vidraças, mármore, torneiras, pias, banheiros, ralos e demais acessórios em perfeito estado de conservação e funcionamento, para assim, restituí-los quando findo ou rescindido este contrato;
- c) Não sublocar ou emprestar o imóvel, no todo ou em parte, sem o consentimento prévio do locador;
- d) Permitir, desde que não exercido o direito de preferência, que o locador aliene o imóvel locado a terceiros, com a conseqüente cessão de direitos decorrentes deste instrumento;
- e) Permitir ao LOCADOR que examine e vistorie o imóvel locado, sempre que este entender necessário, em horário comercial e mediante prévio aviso, afim de certificar-se de sua correta utilização;
- f) Respeitar as festividades no salão paroquial, desde que previamente marcadas e divulgadas, mesmo em caso de velório, não tendo o Locador a obrigação de desmarcá-las ou adiá-las.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Constituem obrigações do LOCADOR:

- a) Entregar o imóvel locado em estado de servir ao uso a que se

destina;

- b) Garantir durante toda a vigência do contrato o uso pacífico do imóvel locado;
- c) Dar recibo discriminando as importâncias pagas pelo locatário;
- d) Assegurar ao LOCATÁRIO, na forma da lei, o exercício do direito de preferência para a aquisição do imóvel, nas mesmas condições oferecidas a terceiro, no caso de alienação do imóvel;
- e) Obrigar-se, no caso de venda do imóvel locado a terceiros, a denunciar ao comprador a existência deste instrumento, obrigando-o ao seu cumprimento em todas as condições e cláusulas;

PARÁGRAFO TERCEIRO - O presente contrato obrigará as partes por si, seus herdeiros ou sucessores.

CLÁUSULA OITAVA - DAS BENFEITORIAS

O LOCATÁRIO poderá fazer no imóvel locado, as suas expensas, as modificações necessárias ao exercício das atividades que pretende realizar, desde que estas não afetem sua estrutura, as quais farão parte integrante do imóvel, excetuadas apenas as benfeitorias que sejam removíveis, que poderão ser retiradas por ocasião da entrega do imóvel locado.

PARÁGRAFO ÚNICO - O LOCATÁRIO não terá, no que atina às benfeitorias que passem a integrar o imóvel, direito a qualquer indenização ou retenção, salvo em relação às benfeitorias necessárias, que serão indenizáveis.

CLÁUSULA NONA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLENTO CONTRATUAL

Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a Prefeitura Municipal de Irineópolis poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao LOCADOR as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93 e suas posteriores alterações; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no artigo 78 e seguintes da Lei n.º 8.666/93, ou por interesse público.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente Instrumento contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993, na Lei 8.245, de 1º de março de 1991 e suas posteriores alterações, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhe supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições do direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - TRANSMISSÃO DE DOCUMENTOS
A troca eventual de documentos e cartas entre o LOCADOR e o LOCATÁRIO, será feita através de Protocolo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

A vigência do presente contrato será de 12 de abril de 2010 a 31 de dezembro de 2.010, podendo ser renovado, mediante a elaboração de novo contrato, se for de interesse para ambas as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, da Lei 8.245/91 e suas alterações e dos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PUBLICIDADE

Uma vez firmado, o presente contrato terá seu extrato publicado no Órgão Oficial do Município, pelo LOCATÁRIO, dando-se cumprimento ao disposto no Artigo 61, parágrafo 1º da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Porto União - SC, para dirimir



dúvidas ou questões oriundas do presente contrato.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, por si e seus sucessores, em 05 (cinco) vias iguais, e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Irineópolis (SC), 12 de abril de 2010.

Município de Irineópolis

WANDERLEI LEZAN

Locatário

MITRA DIOCESANA DE CAÇADOR

PADRE SILVIO MARCINIAK

Locador

Testemunhas:

Rosani Rodrigues da Silva Mischka

Mauricio Juraszek

CPF: 664.622.159-68

CPF: 044.088.849-28

Luzerna

PREFEITURA MUNICIPAL

Gabarito

GABARITO PROVISÓRIO

Edital 001/2010 – Pref. Luzerna

CARGO: MOTORISTA II

Questão	Alternativa
01	A
02	D
03	A
04	A
05	D
06	A
07	C
08	D
09	D
10	B
11	C
12	C
13	C
14	D
15	C
16	D
17	A
18	C
19	B
20	C

Questão	Alternativa
21	C
22	D
23	D
24	A
25	D
26	D
27	D
28	B
29	D
30	B
31	A
32	B
33	B
34	B
35	A
36	C
37	B
38	B
39	D
40	B

CARGO: OPERADOR DE MÁQUINAS

Questão	Alternativa
01	D
02	D
03	C
04	B
05	A
06	A
07	D
08	C
09	D
10	C
11	B
12	B
13	C
14	D
15	A
16	D
17	D
18	D
19	C
20	C

Questão	Alternativa
21	C
22	B
23	B
24	D
25	B
26	C
27	D
28	D
29	A
30	D
31	D
32	D
33	B
34	D
35	B
36	C
37	B
38	C
39	D
40	C

Em 12/04/2010



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Questão	Alternativa	Questão	Alternativa
01	D	21	A
02	C	22	C
03	A	23	A
04	B	24	C
05	D	25	C
06	C	26	B
07	A	27	C
08	D	28	D
09	A	29	C
10	B	30	D
11	A	31	B
12	D	32	C
13	C	33	D
14	D	34	B
15	C	35	B
16	C	36	B
17	C	37	B
18	B	38	B
19	A	39	B
20	C	40	C

CARGO: FISCAL TÉC. SANITARISTA

Questão	Alternativa	Questão	Alternativa
01	C	21	C
02	B	22	B
03	C	23	B
04	D	24	D
05	C	25	B
06	A	26	B
07	D	27	D
08	D	28	B
09	D	29	A
10	C	30	A
11	B	31	A
12	B	32	B
13	D	33	C
14	D	34	B
15	A	35	C
16	D	36	A
17	A	37	B
18	A	38	A
19	B	39	D
20	B	40	C

CARGO: PROF. II - ED. FÍSICA – PROF. JUDÔ

Questão	Alternativa	Questão	Alternativa
01	D	21	C
02	D	22	B
03	B	23	B
04	C	24	D
05	C	25	B
06	D	26	B
07	C	27	D
08	B	28	B
09	B	29	A
10	D	30	A
11	D	31	A
12	A	32	B
13	B	33	C
14	B	34	B
15	D	35	C
16	B	36	A
17	A	37	B
18	B	38	A
19	A	39	D
20	A	40	C

Em 12/04/2010

Edital de Receita

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Des

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto nos termos do art. 2º da Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município de Luzerna, a liberação de recursos financeiros federais:

22/03/2010	Transferência do Salário Educação	11.926,62
22/03/2010	Cota-parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	4.107,37
25/03/2010	Programa de Alimentação Escolar PNAE	10.728,00

Luzerna(SC), 05 de abril de 2010.

NORIVAL FIORIN

Prefeito Municipal

Massaranduba**PREFEITURA MUNICIPAL****Processo Licitatório Nº. 09/2010**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - MASSARANDUBA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 09/2010

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04/2010-FMS

O Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba, torna público que de acordo com a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na Modalidade de Pregão Presencial, com adjudicação por item, objetivando a aquisição de diversos MATERIAIS AMBULATORIAIS E DESCARTÁVEIS, de primeira qualidade, destinados para atendimento de pacientes na Unidade Sanitária Centro e nos Postos de Saúde do Município de Massaranduba (SC). ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 08:15 hs do dia 28/04/2010 CREDENCIAMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS: 08:30 hs do dia 28/04/2010. INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital e outras informações poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal de Massaranduba, situada na Rua 11 de Novembro, 2765 - Centro, das 7:30 as 11:30 hs e das 13:00 as 17:00 hs ou site: www.massaranduba.sc.gov.br.

Massaranduba, 13 de Abril de 2010.

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

SUZANE ELISA F. REINKE

Gestora Fundos Municipais

Meleiro**PREFEITURA MUNICIPAL****Portaria nº 105/2010**

PORTARIA nº 105/2010

DISPÕE SOBRE A PROGRESSÃO POR NOVA TITULAÇÃO PROFISSIONAL

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas

atribuições que lhe confere o artigo 51 da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o § 1º do artigo 13 da Lei Complementar n.º 014/2005, de 27 de outubro de 2005, resolve:

CONCEDER

Art 1º Ao Servidor publico municipal, JORGE DOS SANTOS, a promoção por nova titulação pela conclusão do ensino superior, previsto no § 1º do artigo 13 da Lei Complementar n.º 014/2005, de 27 de outubro de 2005, aplicando-se 5% (cinco por cento) sobre o seu salário.

Art 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 01/04/2010.

Art 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 13 de abril de 2010.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Monte Carlo**PREFEITURA MUNICIPAL****Extrato de Aditivo Nº 01/2010 do Contrato 36/2010**

EXTRATO DE ADITIVO Nº 01/2010 DO CONTRATO 36/2010.

Contratante: Município de Monte Carlo. Contratada: SIBIRO TURISMO E LOCAÇÃO DE VEICULOS PARA TRANSPORTE LTDA EPP Objeto: TRANSPORTE ESCOLAR DE UNIVERSITÁRIOS. OBJETO DO ADITIVO: Aditivo de adequação de Valor por km do item 03 - Monte Carlo a Fraiburgo, passando a vigorar o novo preço de R\$ 2,74 (dois reais e setenta e quatro centavos), na linha de Monte Carlo a Fraiburgo e posterior retorno, em conformidade com os documentos anexos ao processo licitatório nº 37/2009. Data da Assinatura: Monte Carlo 09 de abril de 2010.

ANTONINHO TIBÚRCIO GONÇALVES

Prefeito Municipal

Paulo Lopes**PREFEITURA MUNICIPAL****Decreto Nº 012/2010**

Decreto Nº 012/2010

Homologa as Inscrições do Edital de Processo Seletivo nº 003/2010, para seleção de pessoal em caráter temporário, para atuarem nas Secretarias de Educação, Saúde e Assistência Social, de Obras e Serviços Urbanos e de Agricultura Indústria e Comércio no Município de Paulo Lopes.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito do Município de Paulo Lopes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado as Inscrições do processo Seletivo Simplificado nº 003/2010 do Município de Paulo Lopes, publicado nes-



ta data, conforme abaixo:

NOME DO CARGO - MOTORISTA I

Nº inscrição	Nome do Candidato(a)
001	HAMILTON DA CONCEIÇÃO
002	SILVANO CARLOS LEITE
003	MARCOS VINICIUS STANCOWICH
004	FLAVIO JOSE LOPES
005	ANDRE DAMASIO
006	TIAGO MANOEL SILVANO
007	JONAS CABRAL
008	ISRAEL COSTA
009	CARLOS RANGEL DA SILVA
010	JOSÉ LOURENÇO DE JESUS
011	ADILSON SANTOS ARRUDA

NOME DO CARGO - AUXILIAR DE SERVIÇOS

Nº Inscrição	Nome do Candidato(a)
001	MIRKA STANCOWICH
002	ANDREZA MARTINHO
003	MARILEA LOPES
004	ANA CRISTINA DA SILVA
005	ALEXSANDRA ALEXANDRE

NOME DO CARGO - OPERADOR DE MAQUINA

Não Houve Inscrição

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam Revogadas todas as disposições em contrário.

Município de Paulo Lopes, em 13 de abril de 2010.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios em 14 de abril de 2010.

ZENON BERTO BORGES

Secretário Municipal da Administração

Decreto Nº 013/2010

DECRETO Nº 13/2010.

Substitui Representante do Grupo Executivo, nomeado pelo Decreto N.º 04/2010 de 26 de fevereiro de 2010.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições e da competência que lhe confere a lei orgânica do município,

DECRETA:

Art 1º - No § 1º do artigo 2º do Decreto Nº. 04/2010 de 26 de fevereiro de 2010, fica substituída a representante do Grupo Executivo Sra. Cléia Maria Vieira por Carlos Alberto Sanseverino, servidor público, efetivo e estável, matrícula nº91.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Paulo Lopes, 13 de abril de 2010.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios em 14 de abril de 2010.

ZENON BERTO BORGES

Secretário de Administração

Porto Belo

PREFEITURA MUNICIPAL**Lei Municipal nº 1.800/2010**

LEI MUNICIPAL Nº 1.800/2010

"Autoriza o Prefeito Municipal a Promover a Disponibilização de Servidor Efetivo e dá outras providências".

Oswaldo Claudino Ramos Filho, Prefeito em Exercício do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a promover a disponibilização de um servidor público municipal, para atender junto ao Projeto de Inclusão Digital denominado "Projeto Beija-Flor", à Colônia de Pescadores Z-08, inscrita no CNPJ sob o nº 80.669.666/0001-76, com sede na Alameda Dona Nena Trevisan, nº 71, Bairro Centro, neste Município.

Art. 2º A disponibilidade do servidor será de acordo com a necessidade e objetivo da entidade, enquanto perdurar a necessidade.

Art. 3º O servidor disponibilizado observará os horários e as regras de funcionamento estabelecidas pelo Presidente da Colônia de Pescadores Z-08, no qual prestarão serviços.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução financeira desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias do Município.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo "Prefeito Antônio Stadler Filho",
em Porto Belo - SC, aos 6 dias do mês de abril de 2010.

OSVALDO CLAUDINO RAMOS FILHO

Prefeito em Exercício

Lei Municipal nº 1.801/2010

LEI MUNICIPAL Nº 1.801/2010

"Dispõe sobre a preservação do patrimônio natural e cultural do Município de Porto Belo e dá outras providências".

Oswaldo Claudino Ramos Filho, Prefeito em Exercício do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º A preservação do patrimônio natural e cultural do Município de Porto Belo é dever de todos os seus cidadãos.

Parágrafo Único. O Poder Público Municipal dispensará proteção especial ao patrimônio natural e cultural do Município, segundo os preceitos desta lei e de regulamentos para tal fim.

Art. 2º O patrimônio natural e cultural do Município de Porto Belo é constituído por bens móveis e imóveis, de natureza material ou imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, existentes em seu território e cuja preservação seja de interesse público, dado o seu valor histórico, artístico, ecológico, bibliográfico, documental, religioso, folclórico, etnográfico, arqueológico, paleontológico, paisagístico, turístico ou científico.

Art. 3º O Município procederá ao tombamento dos bens que constituem o seu patrimônio natural e cultural segundo os procedimentos e regulamentos desta lei, através do Conselho Municipal



de Cultural.

Art. 4º Fica instituído o Livro do Tombo Municipal destinado à inscrição dos bens que o Conselho Municipal de Cultural considerar de interesse de preservação para o Município.

Art. 5º Para inscrição no Livro do Tombo será instaurado processo administrativo que se inicia por iniciativa:

- a) do Município de Porto Belo;
- b) do proprietário do bem;
- c) de qualquer do povo.

§ 1º Nos casos das alíneas "b" e "c" deste artigo, o requerimento será dirigido a Fundação de Cultura do Município.

§ 2º Os pedidos de tombamento deverão ser instruídos com documentação e descrição para individualização do bem.

Art. 7º O tombamento poderá ser voluntário ou compulsório.

§ 1º. - Proceder-se-á ao tombamento voluntário sempre que o proprietário o pedir e o bem se revestir dos requisitos necessários para constituir parte integrante do patrimônio natural ou cultural do Município, a juízo do Conselho Municipal de Cultural, ou sempre que o proprietário anuir, por escrito, à notificação de tombamento que o Município lhe fizer, a partir da análise e do parecer do caso pelo Conselho Municipal de Cultural.

§ 2º Proceder-se-á ao tombamento compulsório quando o proprietário se recusar a anuir à inscrição do bem no Livro Tombo e será realizado conforme o seguinte processo:

- 1) iniciado o processo, por iniciativa do Município ou por qualquer do povo, este será encaminhado através de requerimento fundamentado e se necessário com o levantamento e especificações técnicas, bem como laudo de avaliação para apreciação do Conselho Municipal de Cultural;
 - 2) emitido parecer favorável pelo Conselho Municipal de Cultural, o Município notificará o proprietário para anuir ao tombamento, dentro do prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, ou para, querendo, apresentar impugnação fundamentada, naquele mesmo prazo;
 - 3) caso o proprietário não apresente impugnação no prazo assinalado, o Prefeito Municipal, por Decreto, determinará que se proceda à inscrição do bem no Livro Tombo, publicando-se extrato do ato no diário oficial do Município;
 - 4) se a impugnação for apresentada no prazo assinalado, far-se-á vista do processo ao Conselho Municipal de Cultural, que deverá analisar as razões da impugnação apresentada e proferir decisão definitiva a respeito, contra a qual não caberá recurso;
 - 5) proferida decisão do Conselho pela manutenção do tombamento, proceder-se-á à inscrição do bem no Livro Tombo, publicando-se extrato do ato no diário oficial do Município;
 - 6) caso o Conselho acolha a impugnação, decidindo contrariamente ao tombamento, o processo será extinto e arquivado, extinguindo-se as limitações impostas desde tombamento provisório.
- § 3º O tombamento será considerado provisório desde a primeira notificação ao proprietário do bem, noticiando a abertura do processo administrativo, e será considerado definitivo a partir da inscrição do bem no Livro Tombo, mas, para todos os efeitos, o tombamento provisório se equipara ao definitivo, ficando o proprietário do bem sujeito às restrições administrativas pertinentes à preservação do bem desde a primeira notificação.
- § 4º Quando ignorado, incerto ou inacessível o lugar em que se encontre o proprietário do bem, bem como quando este se recusar a receber as notificações, essas serão realizadas por edital, publicado uma vez no diário oficial do Município e pelo menos uma vez em jornal de circulação local.

Art. 8º O Conselho Municipal de Cultural poderá solicitar ao Município novos estudos, pareceres, vistorias ou qualquer outra medida que possa instruir o julgamento.

Art. 9º Da decisão do Conselho que determinar o tombamento, bem como do próprio Livro Tombo, deverão constar:

- I - Descrição do bem;
- II - Fundamentação das características pelas quais o bem está sendo incluído no Livro Tombo.
- III - Definição e delimitação da preservação e os parâmetros de futuras instalações e utilizações.
- IV - As limitações impostas ao entorno e ambiência do bem tombado, quando necessário.
- V - No caso de bens móveis, o procedimento para sua saída do Município.
- VI - No caso de tombamento de coleção de bens, relação das peças componentes da coleção e definição de medidas que garantam sua integridade.

Art. 10. Tratando-se de bem imóvel, o Município providenciará o registro do tombamento na matrícula do bem perante o competente ofício de registro de imóveis e, em se tratando de bem móvel, será processado o respectivo registro no ofício de títulos e documentos.

Art. 11. Cabe ao proprietário do bem tombado a sua proteção e conservação, segundo os preceitos e determinações desta lei e do tombamento.

Art. 12. O bem tombado não poderá ser descaracterizado.

§ 1º A restauração, reparação ou alteração do bem tombado, somente poderá ser feita em cumprimento aos parâmetros estabelecidos na decisão do Conselho Municipal de Cultural, cabendo ao Município a conveniente orientação, o acompanhamento e a fiscalização de sua execução.

§ 2º Havendo dúvidas em relação às prescrições do Conselho, poderá haver novo pronunciamento por provocação do Município ou do proprietário do bem.

Art. 13. As construções, demolições, paisagismo no entorno ou ambiência do bem tombado deverão seguir as restrições impostas por ocasião do tombamento, devendo ser consultado o Conselho em caso de dúvida.

Art. 14. O Município poderá determinar ao proprietário a execução de obras ou serviços imprescindíveis à conservação do bem tombado, fixando prazo para o seu início e término, sempre de acordo com as diretrizes definidas pelo Conselho Municipal de Cultural.

§ 1º Este ato do Município será efetuado de ofício, por solicitação do Conselho ou de qualquer do povo.

§ 2º Se o proprietário do bem tombado não cumprir o determinado no prazo fixado, o Município executará as obras ou os serviços, lançando em dívida ativa o montante expendido.

§ 3º As obras e os serviços de que trata este artigo poderão ser realizadas diretamente pelo Município, às suas expensas, se o proprietário não dispuser de condições para fazê-lo e o interesse público dessa interferência for relevante, mediante prévio parecer favorável do Conselho Municipal de Cultural.

Art. 15. O Município pode limitar o uso do bem tombado, de sua vizinhança e ambiência, quando houver risco de dano ou quando lhe prejudicar a visibilidade, ainda que isso importe em cassação de alvará.

Parágrafo Único. Nos casos em que o tombamento implicar restrições aos bens do entorno e ambiência do bem tomado, será adotado o mesmo procedimento previsto no Capítulo III desta lei em face dos respectivos proprietários.

Art. 16. Os bens tombados de propriedade do Município podem ser entregues ao uso de particulares, desde que estes se comprometam com a preservação dos bens.

Art. 17. No caso de extravio ou furto de bem tombado, o proprie-

tário deverá dar conhecimento do fato ao Município, no prazo de quarenta e oito horas.

Art. 18. O deslocamento ou a transferência de propriedade do bem tombado deverá ser comunicado ao Município, pelo proprietário, possuidor, adquirente ou interessado.

Art. 19. As Secretarias Municipais e demais órgãos da Administração Pública direta ou indireta com competência para a concessão de licenças, alvarás e outras autorizações para construção, reforma e utilização, desmembramento de terrenos, poda ou derubada de espécies vegetais, deverão consultar previamente o Departamento de Cultura, antes de qualquer deliberação, em se tratando de bens tombados ou das áreas do entorno.

Art. 20. A infração a qualquer dispositivo da presente lei implicará em multa de até 200 UFM (Unidades de Referência do Município) e, se a consequência da infração for a demolição, a destruição ou a mutilação do bem tombado, de até 1.000 UFM (mil Unidades de Referência do Município).

Parágrafo Único. A aplicação da multa não desobriga à conservação, restauração ou reconstrução do bem tombado, às expensas do responsável.

Art. 21. As multas terão seus valores fixados pelo Poder Executivo Municipal, ouvido o Conselho Municipal de Cultural, conforme a gravidade da infração, devendo o montante ser recolhido, à Fazenda Municipal, no prazo de 05 (cinco) dias da notificação da multa, ou, no mesmo prazo, ser interposto recurso ao Conselho.

Parágrafo Único. Não sendo efetuado o pagamento no prazo referido no parágrafo único ou não havendo acolhimento do recurso eventualmente interposto perante o Conselho, a multa será encaminhada para inclusão em dívida ativa.

Art. 22. Todas as obras e coisas construídas ou colocadas em desacordo com os parâmetros estabelecidos no tombamento ou sem observância da ambiência ou visualização do bem tombado deverão ser demolidas ou retiradas.

Parágrafo Único. Se o responsável não o fizer no prazo determinado pelo Município, este o fará diretamente e será ressarcido pelo responsável, sem prejuízo da aplicação da multa prevista na presente lei.

Art. 23. Todo aquele que, por ação ou omissão, causar dano a bem tombado responderá pelos custos de restauração ou reconstrução e por perdas e danos, sem prejuízo da responsabilidade criminal e das sanções administrativas, em especial a multa prevista nesta lei.

Art. 24. O Poder Executivo poderá regulamentar, no que couber, a presente Lei.

Art. 25º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo "Prefeito Antônio Stadler Filho",
em Porto Belo - SC, aos 6 dias do mês de abril de 2010.
OSVALDO CLAUDINO RAMOS FILHO
Prefeito em Exercício

Lei Municipal nº 1.802/2010

LEI MUNICIPAL Nº 1.802/2010

"Altera os itens que menciona da Lei Municipal nº 1.498, de 4 de abril de 2007 e dá outras providências".

Oswaldo Claudino Ramos Filho, Prefeito em Exercício do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz

saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º O fundamento legal da Lei Municipal nº 1.498, de 4 de abril de 2007, passará a ter a seguinte redação:

"ALBERT STADLER, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por lei e em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 11.494, de 20 de junho de 2007, em seu artigo 24, § 1º, inciso IV, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:"

Art. 2º O inciso I do artigo 2º da Lei Municipal nº 1.498, de 4 de abril de 2007, passará a ter a seguinte redação:

"Art. 2º O Conselho a que se refere o art. 1º é constituído por 10 (dez) membros titulares, acompanhados de seus respectivos suplentes, conforme representação e indicação a seguir discriminados:

I) dois representantes do Poder Executivo Municipal."

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contrárias.

Centro Administrativo "Prefeito Antônio Stadler Filho",
em Porto Belo - SC, aos 6 dias do mês de abril de 2010.
OSVALDO CLAUDINO RAMOS FILHO
Prefeito em Exercício

Lei Municipal nº 1.803/2010

LEI MUNICIPAL Nº 1.803/2010

"Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar convênio com a Associação Costa Esmeralda Convention & Visitors Bureau, e dá outras providências".

Oswaldo Claudino Ramos Filho, Prefeito em Exercício do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com a Associação Costa Esmeralda Convention & Visitors Bureau, com sede na Rua Nena Trevisan, nº 35 - Sala 05, Bairro Centro, neste Município, inscrita no CNPJ sob o nº 05.528.754/0001-32, para repasse financeiro da importância de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

Art. 2º O repasse que trata o artigo 1º visa o desenvolvimento do projeto "3ª Semana Internacional de Gastronomia da Costa Esmeralda", a realizar-se no período de 24 a 31 de Julho de 2010, tendo por objetivo fortalecer o turismo gastronômico na Costa Esmeralda.

Art. 3º As despesas decorrentes com a execução da presente lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 12 - Fundo Municipal de Turismo
Unidade: 12.01 - Fundo Municipal de Turismo
Funcional: 23.695.0026 - Turismo
Projeto/Atividade: 2.060 - Captação e apoio a eventos geradores de fluxo turístico
Elemento: 3.3.50.00.00.00.00.0.1.0500.0 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos
Código Reduzido: 000011

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.



Centro Administrativo "Prefeito Antônio Stadler Filho",
em Porto Belo - SC, aos 6 dias do mês de abril de 2010.
OSVALDO CLAUDINO RAMOS FILHO
Prefeito em Exercício

Extrato do Contrato nº 030/2010 - SAÚDE

Extrato de Contrato Nº 030/2010 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Estado de Santa Catarina
Município de Porto Belo
Processo Licitatório Modalidade Carta Convite nº 034/2010
Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA USO NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PORTO BELO, conforme especificados na Autorização de Fornecimento nº 140/2010, documento em anexo, parte integrante deste contrato.
Contratado: BIOTERAPICA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA.
Prazo de vigência: O presente contrato terá vigência de 10 dias corridos a partir da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde.
O valor global: O valor global do presente contrato será de R\$ 16.490,75 (Dezesseis mil, quatrocentos e noventa reais e setenta e cinco centavos).
Data e assinatura do contrato: 7 de abril de 2010.

ALBERT STADLER
Prefeito

Extrato do Contrato nº 031/2010 - SAÚDE

Extrato de Contrato Nº 031/2010 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Estado de Santa Catarina
Município de Porto Belo
Processo Licitatório Modalidade Carta Convite nº 034/2010
Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA USO NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PORTO BELO, conforme especificados na Autorização de Fornecimento nº 141/2010, documento em anexo, parte integrante deste contrato.
Contratado: FARMACIA TODA HORA LTDA ME
Prazo de vigência: O presente contrato terá vigência de 10 dias corridos a partir da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde.
O valor global: O valor global do presente contrato será de R\$ 8.551,87 (Oito mil, quinhentos e cinquenta e um reais e oitenta e sete centavos).
Data e assinatura do contrato: 7 de abril de 2010.

ALBERT STADLER
Prefeito

Extrato do Contrato nº 030/2010 - PREFEITURA

Extrato de Contrato Nº 030/2010 - PREFEITURA
Estado de Santa Catarina
Município de Porto Belo
Processo Licitatório Modalidade Carta Convite nº 033/2010
Objeto: REFERENTE A ADEQUAÇÃO DE INFRA ESTRUTURA FÍSICA DO SETOR TRIBUTÁRIO E ADMINISTRATIVO COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA CONFORME PROJETO, MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.
Contratado: CRISTAL CONSTRUTORA LTDA.
Prazo de vigência: O presente contrato terá vigência de 20 (vinte) dias a partir de sua assinatura do contrato até a efetiva.
O valor global: O valor global do presente contrato será de R\$ 32.088,83 (Trinta e dois mil, oitenta e oito reais e oitenta e três centavos).
Data e assinatura do contrato: 29 de março de 2010.

ALBERT STADLER
Prefeito

Porto União

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO**Lei nº 3.727/10**

LEI Nº 3.727, de 06 de abril de 2010.
Dispõe sobre a guarda, o depósito e a venda de veículos removidos, apreendidos e retirados de circulação nas vias públicas do município, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam o Município de Porto União e a Circunscrição Regional de Trânsito - CIRETRAN, localizada neste Município, na forma da legislação vigente, autorizados a proceder a guarda, depósito e venda de veículos removidos, apreendidos e retirados de circulação, nas vias públicas abertas à livre circulação deste Município.

Art. 2º O serviço municipal de retenção, remoção, apreensão, guarda e depósito de veículos automotores consiste na manutenção de guinchos e pátios de recolhimento, mediante a cobrança das despesas decorrentes da retenção, remoção, apreensão, guarda, depósito e custódia diária dos veículos, cujos valores estão fixados no artigo 9º desta Lei.

Art. 3º A exploração deste serviço poderá ser realizada diretamente ou de forma delegada a terceiros, através de procedimento licitatório, pessoas jurídicas de direito privado, mediante permissão, autorização ou concessão, as quais, na hipótese, serão as responsáveis pelos serviços criados por esta Lei.

Parágrafo único. Nos casos de interesses coletivos, difusos ou emergência transitória, devidamente demonstrada através de documento expedido pela CIRETRAN ou pelo Comando da Polícia Militar de Porto União, esta delegação poderá ser autorizada, a título precário, pelo Poder Executivo Municipal, não podendo ultrapassar o prazo de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogada por igual período, desde que o interesse público justifique.

Art. 4º Caberá ao Departamento de Trânsito do Município, órgão gerenciador, controlador e executor das atividades de trânsito em todo o território municipal, a adoção das medidas necessárias à implementação dos serviços de retenção, remoção, apreensão, guarda e depósito de veículos que tenham sido recolhidos por infrações de trânsito e aplicação das medidas administrativas e penalidades cabíveis nos casos decorrentes de infrações de trânsito, oriundas de circulação, estacionamento e parada nas vias públicas.

Art. 5º Caso a exploração deste serviço seja realizada por terceiro, mediante delegação do Poder Público Municipal, o explorador dos serviços deverá cumprir, cumulativamente, no mínimo os seguintes itens:

I-ter um local apropriado, na área urbana do Município, com o devido alvará de licença para localização e funcionamento e "habite-se", cercado, iluminado, com escritórios, banheiros e que ofereça um serviço de segurança e recepção 24 (vinte e quatro) horas por dia, a fim de atender, tanto os agentes fiscalizadores e autoridades de trânsito, assim definidos em Lei, quanto o público em geral, inclusive na hipótese de realização de leilão;
II-zelar pela total segurança dos veículos apreendidos e depositados, dos quais passa a ser fiel depositário;
III-ter uma área coberta, que proporcione o abrigo de, no mínimo, 50 (cinquenta) automóveis e 50 (cinquenta) motocicletas, e ainda



um pátio que possa abrigar no mínimo 150 (cento e cinquenta) veículos;

IV-receber todo e qualquer veículo, conforme classificação do artigo 96 do Código de Trânsito Brasileiro (Lei Federal n.º 9.503, de 23 de setembro de 1997), quando devidamente apreendidos, removidos, ou retirados de circulação pelos agentes fiscalizadores e autoridades de trânsito, exceto àqueles de tração animal;

V-liberar o veículo somente para seu proprietário, sendo imprescindível apresentação de Carta de Liberação expedida pelo Chefe da CIRETRAN com sede no Município ou por pessoa por este designada, uma vez atendidas às exigências da Legislação de Trânsito;

VI-possuir livro de registro diário, do qual devem constar, cumulativamente, no mínimo os seguintes dados:

- identificação do veículo recebido;
- nome, endereço e identidade do proprietário e condutor;
- data e horário de recebimento;
- nome e identidade do agente fiscalizador ou autoridade de Trânsito responsável pela medida administrativa;
- data e saída do veículo;
- outros dados que se façam necessários.

VII- não explorar, no mesmo local destinado à instalação do depósito, qualquer atividade relacionada ao comércio de veículos, peças ou similares, tais como loja, oficina, ferro-velho, entre outros.

§ 1º O explorador desta atividade sujeitar-se-á a inspeções realizadas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, Comandante da Organização Policial Militar local, Chefe da CIRETRAN ou por qualquer pessoa por uma dessas autoridades designada, a fim de verificar o cumprimento dos dispositivos previstos neste Diploma Legal.

§ 2º O não cumprimento de quaisquer dos dispositivos desta Lei sujeitará o referido explorador às sanções e penalidades previstas nas Leis 8.666/93 e 8987/95 e suas respectivas alterações, bem como demais legislações pertinentes.

§ 3º Entende-se por agente fiscalizador e autoridade de trânsito, todo aquele que, de uma forma ou de outra, contribua, dentro dos limites de sua competência, para o disciplinamento e fiscalização no que tange à matéria de trânsito.

Art. 6º O disposto no artigo anterior aplica-se também ao Município e à CIRETRAN, no caso de exploração direta.

Art. 7º Para fins de cumprimento da Legislação de Trânsito, o serviço de remoção de veículos ao depósito de que trata esta Lei, deverá ser feito por pessoas jurídicas de direito privado credenciadas junto ao Departamento de Trânsito do Município.

Parágrafo único. O Poder Executivo Municipal fixará, por Decreto, os requisitos necessários para o credenciamento, operação e outras condições de funcionamento dos serviços de que trata este artigo.

Art. 8º As tarifas cobradas relativas aos serviços de remoção, guarda, depósito e estadia dos veículos são resultado da média aritmética dos preços de mercado praticados na região, como forma de manter o equilíbrio e uma faixa adequada ao mercado, e estão fixadas no art. 9º da presente Lei.

§ 1º O valor das tarifas a que se refere o caput deste artigo será lançado em reais e sua atualização monetária, a cada período de 12 (meses) será realizada pela variação acumulada do INPC, calculado e divulgado pelo IBGE, ou por outro índice oficial que venha a substituí-lo.

§ 2º As tarifas de remoção, estadia, depósito e guarda do veículo junto ao pátio de depósito serão cobradas do seu proprietário a partir do momento em que se proceder a apreensão e consequente remoção até a data da efetiva liberação.

§ 3º A apreensão e remoção consistem no deslocamento do veículo guincho até o local onde se encontra o veículo a ser recolhido e a condução até o local de depósito do mesmo.

§ 4º A guarda, depósito e estadia consistem na manutenção do veículo removido ou apreendido em instalações do poder público ou de empresa contratada, onde garanta-se a segurança ao patrimônio particular.

§ 5º A diária de custódia consiste na tarifa de manutenção diária do veículo sob custódia do poder público ou de empresa contratada, e será contada do dia de remoção do veículo até a data da efetiva retirada do mesmo.

§ 6º A diária de custódia será calculada por dia, sendo considerada desde a data de remoção até a da efetiva retirada do veículo retido.

Art. 9º Fica fixada a tarifa para cobrança das despesas decorrentes da retenção, remoção, apreensão, guarda, depósito e custódia diária de veículos, conforme abaixo:

I- Remoção:

Motocicleta, motoneta, ciclomotores e triciclos	R\$ 75,00
Automóvel, caminhonete, utilitário	R\$ 85,00
Caminhão, reboque, ônibus, microônibus	R\$ 130,00

II- Guarda e Depósito:

Motocicleta, motoneta, ciclomotores e triciclos	R\$ 18,00
Automóvel, caminhonete, utilitário	R\$ 28,00
Caminhão, reboque, ônibus, microônibus	R\$ 45,00

III- Custódia Diária:

Motocicleta, motoneta, ciclomotores e triciclos	R\$ 8,00
Automóvel, caminhonete, utilitário	R\$ 10,00
Caminhão, reboque, ônibus, microônibus	R\$ 20,00

Art. 10. Ao Departamento de Trânsito do Município caberá fiscalizar os serviços criados por esta Lei, de acordo com a legislação em vigor, em especial o Código de Trânsito Brasileiro e as Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN.

Art. 11. A remoção somente poderá ser efetuada pelo Poder Público ou pela empresa contratada para tal finalidade, na presença e com a prévia autorização do agente fiscalizador ou autoridade de trânsito responsável pela autuação.

Art. 12. Em nenhuma hipótese o pagamento das tarifas poderá ser recebido diretamente pela empresa contratada, devendo esta possuir sistema de cobrança bancária automatizado, com código de barras e identificação específica do proprietário e veículo apreendido.

Art. 13. Os veículos apreendidos serão encaminhados ao pátio de depósito, onde o funcionário responsável promoverá a abertura de processo administrativo composto de um relatório sobre o estado do veículo, seus pertences, acessórios e/ou boletim de ocorrência policial.

Art. 14. A liberação do veículo se dará mediante a apresentação, pelo proprietário, de guia ou boleto bancário devidamente autenticado junto à instituição financeira ou estabelecimento similar e de CARTA DE LIBERAÇÃO expedida pela CIRETRAN, com a autorização com vista à liberação e retirada do mesmo.

Art. 15. Ficam isentos de pagamento das tarifas do serviço os proprietários de veículos apreendidos por motivo de furto ou roubo.

Art. 16. Em caso de delegação pelo Poder Público Municipal, a empresa contratada manterá, durante todo tempo da autorização, permissão ou concessão, seguro total de responsabilidade civil destinado a cobrir eventuais prejuízos causados por danos mate-

riais (furto, roubo, incêndio e outros), morais e contra terceiros, nos veículos em remoção, removidos e/ou depositados sob sua responsabilidade.

Art. 17. O Departamento de Trânsito do Município poderá autorizar pontos para localização de equipamentos destinados à execução do serviço, fora do pátio de depósito de veículos, destinados a agilizar o procedimento de retenção, apreensão e remoção.

Parágrafo único. Em caráter excepcional, mediante prévio aviso, o Departamento de Trânsito do Município poderá requisitar a presença de pessoal e equipamentos da empresa contratada para atender a operações especiais.

Art. 18. Os veículos apreendidos ou removidos a qualquer título e não reclamados por seus proprietários, dentro do prazo de 90 (noventa) dias, serão levados à hasta pública, cujo montante arrecadado servirá para quitação, pela seguinte ordem:

I-custas do leiloeiro;

II-custas administrativas do processo de hasta pública com editais, publicações, correspondências e outros;

III-despesas decorrentes dos serviços de retenção, remoção, apreensão, guarda, estadia e depósito;

IV-quitação da dívida relativa a multas, tributos e encargos legais; e,

V-o saldo restante, se houver, será depositado à conta do ex-proprietário, na forma da lei.

Art. 19. Em caso de veículo transportando carga perigosa ou perecível e de transporte coletivo de passageiros, aplicar-se-á o disposto no § 5º do artigo 270 do Código de Trânsito Brasileiro (Lei Federal n.º 9.503, de 23 de setembro de 1997).

Art. 20. O Poder Executivo Municipal poderá expedir Decretos e/ou Resoluções regulamentando as disposições da presente Lei.

Art. 21. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão a conta de dotações orçamentárias específicas consignadas no orçamento vigente.

Art. 22. Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 06 de abril de 2010.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria nº 020/10

PORTARIA Nº 020, de 31 de março de 2010.

Nomeia Comissão Especial para os fins que especifica e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no artigo 84, inciso II, alínea "c", da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art.1º Constituir Comissão Especial com a finalidade específica de efetuar o levantamento e proceder a avaliação de bens patrimoniais considerados inservíveis para o Serviço Público Municipal para que possam ser alienados mediante processo licitatório na modalidade leilão, nos termos do disposto na Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações.

Art. 2º Designar, como membros da Comissão:

I-Márcio Roberto Marczynski - Presidente;

II-Lívia Vieira Martins - Secretária; e

III-Guido Woeltje Júnior - Membro.

Art. 3º Recomenda aos Secretários Municipais e aos dirigentes de órgãos ou entidades para que no prazo máximo de 15 dias a contar da publicação da presente Portaria apresentem os bens patrimoniais considerados inservíveis à Comissão para que essa possa proceder a avaliação.

Art. 4º O prazo para a conclusão dos trabalhos é de 30 (trinta) dias, a contar da publicação da presente Portaria.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 31 de março de 2010.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria nº 021/10

PORTARIA Nº 021, de 31 de março de 2010.

Nomeia Comissão de Inquérito Administrativo.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no Artigo 84, Inciso II, letra "f" da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Com fundamento nos artigos 225 e 239, da Lei Municipal nº 2.055, de 20 de outubro de 1994, determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar e constituir a respectiva Comissão Disciplinar encarregada de apurar fato determinado imputado ao Servidor Silvani Volkman, qual seja, inassiduidade habitual.

Art. 2º Designar, como membros da Comissão:

I-Graciele Carla Bordignon Rodrigues - Presidente;

II-Laureci Freisleben - Secretária; e

III-Márcio Roberto Marczynski - Membro.

Art. 3º O prazo para a conclusão dos trabalhos é de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação desta Portaria, prorrogáveis na forma da Lei, por igual período.

Parágrafo único. Caso seja necessário a prorrogação desta Portaria, a mesma será sem ônus para os membros da Comissão.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 31 de março de 2010.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria nº 348/2010 - RH

PORTARIA Nº 348, de 17 de Março de 2010.



O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o Programa do Agente Comunitário de Saúde, instituído pelo Ministério da Saúde, através da Portaria nº 674 de 03 de junho de 2003;

CONSIDERANDO a Lei Federal n.º 11.350/2006, que regulamenta as atividades de Agente Comunitário de Saúde;

CONSIDERANDO a Lei Municipal n.º 3.494/2008, que regulamenta o emprego público de Agente Comunitário de Saúde no âmbito do Município de Porto União;

CONSIDERANDO o Edital nº 001/2010, que dispõe sobre a abertura de Processo Seletivo Público para preenchimento de vagas para o emprego público de Agente Comunitário de Saúde do PSF no Município de Porto União;

CONSIDERANDO o Edital nº 005/2010, de Classificação Final.

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO INDETERMINADO, sob o Regime da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, Julieta Vogel Kalichak, aprovada em 1º lugar na Localidade de São Miguel da Serra, para o emprego público de Agente Comunitário de Saúde do PSF, de acordo com a Lei Municipal n.º 3.494, de 30 de junho de 2008.

Art. 2º A contratada acima mencionada, exercerá suas atividades junto a Unidade de Saúde do Distrito de São Miguel da Serra, deste Município, tendo como área de atuação a abrangência geográfica e territorial da respectiva comunidade.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 15 de Março de 2010.

Porto União - SC, em 17 de Março de 2010.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria nº 349/2010 - RH

PORTARIA Nº 349, de 17 de Março de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o Programa do Agente Comunitário de Saúde, instituído pelo Ministério da Saúde, através da Portaria nº 674 de 03 de junho de 2003;

CONSIDERANDO a Lei Federal n.º 11.350/2006, que regulamenta as atividades de Agente Comunitário de Saúde;

CONSIDERANDO a Lei Municipal n.º 3.494/2008, que regulamenta o emprego público de Agente Comunitário de Saúde no âmbito do Município de Porto União;

CONSIDERANDO o Edital nº 001/2010, que dispõe sobre a abertura de Processo Seletivo Público para preenchimento de vagas para o emprego público de Agente Comunitário de Saúde do PSF no Município de Porto União;

CONSIDERANDO o Edital nº 005/2010, de Classificação Final.

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO INDETERMINADO, sob o Regime

da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, Kerri Alberto Kunze, aprovado em 1º lugar na Localidade do Legru/Santa Maria, para o emprego público de Agente Comunitário de Saúde do PSF, de acordo com a Lei Municipal n.º 3.494, de 30 de junho de 2008.

Art. 2º O contratado acima mencionado, exercerá suas atividades junto a Unidade de Saúde da Localidade do Legru/Santa Maria, deste Município, tendo como área de atuação a abrangência geográfica e territorial da respectiva comunidade.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 15 de Março de 2010.

Porto União - SC, em 17 de Março de 2010.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria nº 350/2010 - RH

PORTARIA Nº 350, de 17 de Março de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o Programa do Agente Comunitário de Saúde, instituído pelo Ministério da Saúde, através da Portaria nº 674 de 03 de junho de 2003;

CONSIDERANDO a Lei Federal n.º 11.350/2006, que regulamenta as atividades de Agente Comunitário de Saúde;

CONSIDERANDO a Lei Municipal n.º 3.494/2008, que regulamenta o emprego público de Agente Comunitário de Saúde no âmbito do Município de Porto União;

CONSIDERANDO o Edital nº 001/2010, que dispõe sobre a abertura de Processo Seletivo Público para preenchimento de vagas para o emprego público de Agente Comunitário de Saúde do PSF no Município de Porto União;

CONSIDERANDO o Edital nº 005/2010, de Classificação Final.

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO INDETERMINADO, sob o Regime da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, Fábio Ferreira, aprovado em 2º lugar no Bairro Santa Rosa, para o emprego público de Agente Comunitário de Saúde do PSF, de acordo com a Lei Municipal n.º 3.494, de 30 de junho de 2008.

Art. 2º O contratado acima mencionado, exercerá suas atividades junto a Unidade de Saúde do Bairro Santa Rosa, deste Município, tendo como área de atuação a abrangência geográfica e territorial da respectiva comunidade.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 15 de Março de 2010.

Porto União - SC, em 17 de Março de 2010.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria nº 351/2010 - RH

PORTARIA Nº 351, de 17 de Março de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o Programa do Agente Comunitário de Saúde, instituído pelo Ministério da Saúde, através da Portaria nº 674 de 03 de junho de 2003;

CONSIDERANDO a Lei Federal n.º 11.350/2006, que regulamenta as atividades de Agente Comunitário de Saúde;

CONSIDERANDO a Lei Municipal n.º 3.494/2008, que regulamenta o emprego público de Agente Comunitário de Saúde no âmbito do Município de Porto União;

CONSIDERANDO o Edital nº 001/2010, que dispõe sobre a abertura de Processo Seletivo Público para preenchimento de vagas para o emprego público de Agente Comunitário de Saúde do PSF no Município de Porto União;

CONSIDERANDO o Edital nº 005/2010, de Classificação Final.

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO INDETERMINADO, sob o Regime da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, Claudinéia Pirog, aprovada em 3º lugar no Bairro Santa Rosa, para o emprego público de Agente Comunitário de Saúde do PSF, de acordo com a Lei Municipal n.º 3.494, de 30 de junho de 2008.

Art. 2º A contratada acima mencionada, exercerá suas atividades junto a Unidade de Saúde do Bairro Santa Rosa, deste Município, tendo como área de atuação a abrangência geográfica e territorial da respectiva comunidade.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 15 de Março de 2010.

Porto União - SC, em 17 de Março de 2010.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria nº 352/2010 - RH

PORTARIA Nº 352, de 17 de Março de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o Programa do Agente Comunitário de Saúde, instituído pelo Ministério da Saúde, através da Portaria nº 674 de 03 de junho de 2003;

CONSIDERANDO a Lei Federal n.º 11.350/2006, que regulamenta as atividades de Agente Comunitário de Saúde;

CONSIDERANDO a Lei Municipal n.º 3.494/2008, que regulamenta o emprego público de Agente Comunitário de Saúde no âmbito do Município de Porto União;

CONSIDERANDO o Edital nº 001/2010, que dispõe sobre a abertura de Processo Seletivo Público para preenchimento de vagas para o emprego público de Agente Comunitário de Saúde do PSF no Município de Porto União;

CONSIDERANDO o Edital nº 005/2010, de Classificação Final.

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO INDETERMINADO, sob o Regime da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, Ieda Lúcia Zanella, aprovada em 4º lugar no Bairro Santa Rosa, para o emprego público de Agente Comunitário de Saúde do PSF, de acordo com a Lei Municipal n.º 3.494, de 30 de junho de 2008.

Art. 2º A contratada acima mencionada, exercerá suas atividades junto a Unidade de Saúde do Bairro Santa Rosa, deste Município, tendo como área de atuação a abrangência geográfica e territorial da respectiva comunidade.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 15 de Março de 2010.

Porto União - SC, em 17 de Março de 2010.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria nº 353/2010 - RH

PORTARIA Nº 353, de 17 de Março de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o Programa do Agente Comunitário de Saúde, instituído pelo Ministério da Saúde, através da Portaria nº 674 de 03 de junho de 2003;

CONSIDERANDO a Lei Federal n.º 11.350/2006, que regulamenta as atividades de Agente Comunitário de Saúde;

CONSIDERANDO a Lei Municipal n.º 3.494/2008, que regulamenta o emprego público de Agente Comunitário de Saúde no âmbito do Município de Porto União;

CONSIDERANDO o Edital nº 001/2010, que dispõe sobre a abertura de Processo Seletivo Público para preenchimento de vagas para o emprego público de Agente Comunitário de Saúde do PSF no Município de Porto União;

CONSIDERANDO o Edital nº 005/2010, de Classificação Final.

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO INDETERMINADO, sob o Regime da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, Denise Drecksler, aprovada em 5º lugar no Bairro Santa Rosa, para o emprego público de Agente Comunitário de Saúde do PSF, de acordo com a Lei Municipal n.º 3.494, de 30 de junho de 2008.

Art. 2º A contratada acima mencionada, exercerá suas atividades junto a Unidade de Saúde do Bairro Santa Rosa, deste Município, tendo como área de atuação a abrangência geográfica e territorial da respectiva comunidade.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 15 de Março de 2010.

Porto União - SC, em 17 de Março de 2010.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria nº 354/2010 - RH

PORTARIA Nº 354, de 17 de Março de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o Programa do Agente Comunitário de Saúde, instituído pelo Ministério da Saúde, através da Portaria nº 674 de 03 de junho de 2003;

CONSIDERANDO a Lei Federal n.º 11.350/2006, que regulamenta as atividades de Agente Comunitário de Saúde;

CONSIDERANDO a Lei Municipal n.º 3.494/2008, que regulamenta o emprego público de Agente Comunitário de Saúde no âmbito do Município de Porto União;

CONSIDERANDO o Edital nº 001/2010, que dispõe sobre a abertura de Processo Seletivo Público para preenchimento de vagas para o emprego público de Agente Comunitário de Saúde do PSF no Município de Porto União;

CONSIDERANDO o Edital nº 005/2010, de Classificação Final.

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO INDETERMINADO, sob o Regime da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, Lucimara Figueiredo, aprovada em 6º lugar no Bairro Santa Rosa, para o emprego público de Agente Comunitário de Saúde do PSF, de acordo com a Lei Municipal n.º 3.494, de 30 de junho de 2008.

Art. 2º A contratada acima mencionada, exercerá suas atividades junto a Unidade de Saúde do Bairro Santa Rosa, deste Município, tendo como área de atuação a abrangência geográfica e territorial da respectiva comunidade.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 15 de Março de 2010.

Porto União - SC, em 17 de Março de 2010.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria nº 355/2010 - RH

PORTARIA Nº 355, de 17 de Março de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o Programa do Agente Comunitário de Saúde, instituído pelo Ministério da Saúde, através da Portaria nº 674 de 03 de junho de 2003;

CONSIDERANDO a Lei Federal n.º 11.350/2006, que regulamenta as atividades de Agente Comunitário de Saúde;

CONSIDERANDO a Lei Municipal n.º 3.494/2008, que regulamenta o emprego público de Agente Comunitário de Saúde no âmbito do Município de Porto União;

CONSIDERANDO o Edital nº 001/2010, que dispõe sobre a abertura de Processo Seletivo Público para preenchimento de vagas para o emprego público de Agente Comunitário de Saúde do PSF no Município de Porto União;

CONSIDERANDO o Edital nº 005/2010, de Classificação Final.

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO INDETERMINADO, sob o Regime da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, Terezinha Alves de Lima, aprovada em 7º lugar no Bairro Santa Rosa, para o emprego público de Agente Comunitário de Saúde do PSF, de acordo com a Lei Municipal n.º 3.494, de 30 de junho de 2008.

Art. 2º A contratada acima mencionada, exercerá suas atividades junto a Unidade de Saúde do Bairro Santa Rosa, deste Município, tendo como área de atuação a abrangência geográfica e territorial da respectiva comunidade.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 15 de Março de 2010.

Porto União - SC, em 17 de Março de 2010.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria nº 356/2010 - RH

PORTARIA Nº 356, de 17 de Março de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o Programa do Agente Comunitário de Saúde, instituído pelo Ministério da Saúde, através da Portaria nº 674 de 03 de junho de 2003;

CONSIDERANDO a Lei Federal n.º 11.350/2006, que regulamenta as atividades de Agente Comunitário de Saúde;

CONSIDERANDO a Lei Municipal n.º 3.494/2008, que regulamenta o emprego público de Agente Comunitário de Saúde no âmbito do Município de Porto União;

CONSIDERANDO o Edital nº 001/2010, que dispõe sobre a abertura de Processo Seletivo Público para preenchimento de vagas para o emprego público de Agente Comunitário de Saúde do PSF no Município de Porto União;

CONSIDERANDO o Edital nº 005/2010, de Classificação Final.

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO INDETERMINADO, sob o Regime da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, Marilze Lerner, aprovada em 8º lugar no Bairro Santa Rosa, para o emprego público de Agente Comunitário de Saúde do PSF, de acordo com a Lei Municipal n.º 3.494, de 30 de junho de 2008.

Art. 2º A contratada acima mencionada, exercerá suas atividades junto a Unidade de Saúde do Bairro Santa Rosa, deste Município, tendo como área de atuação a abrangência geográfica e territorial da respectiva comunidade.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 15 de Março de 2010.

Porto União - SC, em 17 de Março de 2010.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria nº 357/2010 - RH

PORTARIA Nº 357, de 17 de Março de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o Programa do Agente Comunitário de Saúde, instituído pelo Ministério da Saúde, através da Portaria nº 674 de 03 de junho de 2003;

CONSIDERANDO a Lei Federal n.º 11.350/2006, que regulamenta as atividades de Agente Comunitário de Saúde;

CONSIDERANDO a Lei Municipal n.º 3.494/2008, que regulamenta o emprego público de Agente Comunitário de Saúde no âmbito do Município de Porto União;

CONSIDERANDO o Edital nº 001/2010, que dispõe sobre a abertura de Processo Seletivo Público para preenchimento de vagas para o emprego público de Agente Comunitário de Saúde do PSF no Município de Porto União;

CONSIDERANDO o Edital nº 005/2010, de Classificação Final.

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO INDETERMINADO, sob o Regime da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, Márcia Zoraia Schultz, aprovada em 9º lugar no Bairro Santa Rosa, para o emprego público de Agente Comunitário de Saúde do PSF, de acordo com a Lei Municipal n.º 3.494, de 30 de junho de 2008.

Art. 2º A contratada acima mencionada, exercerá suas atividades junto a Unidade de Saúde do Bairro Santa Rosa, deste Município, tendo como área de atuação a abrangência geográfica e territorial da respectiva comunidade.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 15 de Março de 2010.

Porto União - SC, em 17 de Março de 2010.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria nº 358/2010 - RH

PORTARIA Nº 358, de 17 de Março de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o Programa do Agente Comunitário de Saúde, instituído pelo Ministério da Saúde, através da Portaria nº 674 de 03 de junho de 2003;

CONSIDERANDO a Lei Federal n.º 11.350/2006, que regulamenta as atividades de Agente Comunitário de Saúde;

CONSIDERANDO a Lei Municipal n.º 3.494/2008, que regulamenta o emprego público de Agente Comunitário de Saúde no âmbito do Município de Porto União;

CONSIDERANDO o Edital nº 001/2010, que dispõe sobre a abertura de Processo Seletivo Público para preenchimento de vagas para o emprego público de Agente Comunitário de Saúde do PSF no Município de Porto União;

CONSIDERANDO o Edital nº 005/2010, de Classificação Final.

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO INDETERMINADO, sob o Regime da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, Claudina Maria Gonçalves Ferreira, aprovada em 1º lugar no Bairro Cidade Nova, para o emprego público de Agente Comunitário de Saúde do PSF, de acordo com a Lei Municipal n.º 3.494, de 30 de junho de 2008.

Art. 2º A contratada acima mencionada, exercerá suas atividades junto ao Bairro Cidade Nova, deste Município, tendo como área de atuação a abrangência geográfica e territorial da respectiva comunidade.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 15 de Março de 2010.

Porto União - SC, em 17 de Março de 2010.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria nº 359/2010 - RH

PORTARIA Nº 359, de 17 de Março de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o Programa do Agente Comunitário de Saúde, instituído pelo Ministério da Saúde, através da Portaria nº 674 de 03 de junho de 2003;

CONSIDERANDO a Lei Federal n.º 11.350/2006, que regulamenta as atividades de Agente Comunitário de Saúde;

CONSIDERANDO a Lei Municipal n.º 3.494/2008, que regulamenta o emprego público de Agente Comunitário de Saúde no âmbito do Município de Porto União;

CONSIDERANDO o Edital nº 001/2010, que dispõe sobre a abertura de Processo Seletivo Público para preenchimento de vagas para o emprego público de Agente Comunitário de Saúde do PSF no Município de Porto União;

CONSIDERANDO o Edital nº 005/2010, de Classificação Final.

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO INDETERMINADO, sob o Regime da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, Keli Aparecida Jung, aprovada em 2º lugar no Bairro Cidade Nova, para o emprego público de Agente Comunitário de Saúde do PSF, de acordo com a Lei Municipal n.º 3.494, de 30 de junho de 2008.

Art. 2º A contratada acima mencionada, exercerá suas atividades junto ao Bairro Cidade Nova, deste Município, tendo como área de atuação a abrangência geográfica e territorial da respectiva comunidade.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 15 de Março de 2010.

Porto União - SC, em 17 de Março de 2010.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria nº 360/2010 - RH

PORTARIA Nº 360, de 17 de Março de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o Programa do Agente Comunitário de Saúde, instituído pelo Ministério da Saúde, através da Portaria nº 674 de 03 de junho de 2003;

CONSIDERANDO a Lei Federal n.º 11.350/2006, que regulamenta as atividades de Agente Comunitário de Saúde;

CONSIDERANDO a Lei Municipal n.º 3.494/2008, que regulamenta o emprego público de Agente Comunitário de Saúde no âmbito do Município de Porto União;

CONSIDERANDO o Edital nº 001/2010, que dispõe sobre a abertura de Processo Seletivo Público para preenchimento de vagas para o emprego público de Agente Comunitário de Saúde do PSF no Município de Porto União;

CONSIDERANDO o Edital nº 005/2010, de Classificação Final.

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO INDETERMINADO, sob o Regime da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, Roselani Volkman Kostek, aprovada em 4º lugar no Bairro Cidade Nova, para o emprego público de Agente Comunitário de Saúde do PSF, de acordo com a Lei Municipal n.º 3.494, de 30 de junho de 2008.

Art. 2º A contratada acima mencionada, exercerá suas atividades junto ao Bairro Cidade Nova, deste Município, tendo como área de atuação a abrangência geográfica e territorial da respectiva comunidade.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 15 de Março de 2010.

Porto União - SC, em 17 de Março de 2010.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria nº 361/2010 - RH

PORTARIA Nº 361, de 17 de Março de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o Programa do Agente Comunitário de Saúde, instituído pelo Ministério da Saúde, através da Portaria nº 674 de 03 de junho de 2003;

CONSIDERANDO a Lei Federal n.º 11.350/2006, que regulamenta as atividades de Agente Comunitário de Saúde;

CONSIDERANDO a Lei Municipal n.º 3.494/2008, que regulamenta o emprego público de Agente Comunitário de Saúde no âmbito do Município de Porto União;

CONSIDERANDO o Edital nº 001/2010, que dispõe sobre a abertura de Processo Seletivo Público para preenchimento de vagas para o emprego público de Agente Comunitário de Saúde do PSF no Município de Porto União;

CONSIDERANDO o Edital nº 005/2010, de Classificação Final.

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO INDETERMINADO, sob o Regime da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, Maristela Cassenelli Holub, aprovada em 5º lugar no Bairro Cidade Nova, para o emprego público de Agente Comunitário de Saúde do PSF, de acordo com a Lei Municipal n.º 3.494, de 30 de junho de 2008.

Art. 2º A contratada acima mencionada, exercerá suas atividades junto ao Bairro Cidade Nova, deste Município, tendo como área de atuação a abrangência geográfica e territorial da respectiva comunidade.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 15 de Março de 2010.

Porto União - SC, em 17 de Março de 2010.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria nº 362/2010 - RH

PORTARIA Nº 362, de 17 de Março de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o Programa do Agente Comunitário de Saúde, instituído pelo Ministério da Saúde, através da Portaria nº 674 de 03 de junho de 2003;

CONSIDERANDO a Lei Federal n.º 11.350/2006, que regulamenta as atividades de Agente Comunitário de Saúde;

CONSIDERANDO a Lei Municipal n.º 3.494/2008, que regulamenta o emprego público de Agente Comunitário de Saúde no âmbito do Município de Porto União;

CONSIDERANDO o Edital nº 001/2010, que dispõe sobre a abertura de Processo Seletivo Público para preenchimento de vagas para o emprego público de Agente Comunitário de Saúde do PSF no Município de Porto União;

CONSIDERANDO o Edital nº 005/2010, de Classificação Final.

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO INDETERMINADO, sob o Regime da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, Luiziane Caroline da Silva, aprovada em 1º lugar no Bairro Bela Vista/Conjuntos, para o emprego público de Agente Comunitário de Saúde do PSF, de acordo com a Lei Municipal n.º 3.494, de 30 de junho de 2008.

Art. 2º A contratada acima mencionada, exercerá suas atividades junto ao Bairro Bela Vista/Conjuntos, deste Município, tendo como área de atuação a abrangência geográfica e territorial da respectiva comunidade.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 15 de Março de 2010.

Porto União - SC, em 17 de Março de 2010.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria nº 363/2010 - RH

PORTARIA Nº 364, de 17 de Março de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o Programa do Agente Comunitário de Saúde, instituído pelo Ministério da Saúde, através da Portaria nº 674 de 03 de junho de 2003;

CONSIDERANDO a Lei Federal n.º 11.350/2006, que regulamenta as atividades de Agente Comunitário de Saúde;

CONSIDERANDO a Lei Municipal n.º 3.494/2008, que regulamenta o emprego público de Agente Comunitário de Saúde no âmbito do Município de Porto União;

CONSIDERANDO o Edital nº 001/2010, que dispõe sobre a abertura de Processo Seletivo Público para preenchimento de vagas para o emprego público de Agente Comunitário de Saúde do PSF no Município de Porto União;

CONSIDERANDO o Edital nº 005/2010, de Classificação Final.

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO INDETERMINADO, sob o Regime da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, Fabiane Carla Gomes, aprovada em 3º lugar no Bairro Bela Vista/Conjuntos, para o emprego público de Agente Comunitário de Saúde do PSF, de acordo com a Lei Municipal n.º 3.494, de 30 de junho de 2008.

Art. 2º A contratada acima mencionada, exercerá suas atividades junto ao Bairro Bela Vista/Conjuntos, deste Município, tendo como área de atuação a abrangência geográfica e territorial da respectiva comunidade.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 15 de Março de 2010.

Porto União - SC, em 17 de Março de 2010.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria nº 364/2010 - RH

PORTARIA Nº 364, de 17 de Março de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o Programa do Agente Comunitário de Saúde, instituído pelo Ministério da Saúde, através da Portaria nº 674 de 03 de junho de 2003;

CONSIDERANDO a Lei Federal n.º 11.350/2006, que regulamenta as atividades de Agente Comunitário de Saúde;

CONSIDERANDO a Lei Municipal n.º 3.494/2008, que regulamenta o emprego público de Agente Comunitário de Saúde no âmbito do Município de Porto União;

CONSIDERANDO o Edital nº 001/2010, que dispõe sobre a abertura de Processo Seletivo Público para preenchimento de vagas para o emprego público de Agente Comunitário de Saúde do PSF no Município de Porto União;

CONSIDERANDO o Edital nº 005/2010, de Classificação Final.

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO INDETERMINADO, sob o Regime da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, Fabiane Carla Gomes, aprovada em 3º lugar no Bairro Bela Vista/Conjuntos, para o emprego público de Agente Comunitário de Saúde do PSF, de acordo com a Lei Municipal n.º 3.494, de 30 de junho de 2008.

Art. 2º A contratada acima mencionada, exercerá suas atividades junto ao Bairro Bela Vista/Conjuntos, deste Município, tendo como área de atuação a abrangência geográfica e territorial da respectiva comunidade.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 15 de Março de 2010.

Porto União - SC, em 17 de Março de 2010.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Processo Licitatório 036/2010 Extrato de Edital de Pregão Presencial 023/2010

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 036/2010

Extrato de Edital de Pregão Presencial 023/2010

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições, torna publico que fará realizar processo licitatorio na modalidade de pregão presencial, tipo menor preço global, para contratação de empresa para prestar serviços de organização e promoção de eventos esportivos e para prestar serviços de arbitragem em competições oficiais do município promovidas pelo DME. Recebimento dos envelopes e do credenciamento será no dia 28 de abril de 2010 as 14:00 horas na Prefeitura Municipal, com inicio da sessão publica as 14:15 horas, do mesmo dia e local. Maiores informações e copia do edital podem ser retiradas Rua Padre Anchieta, 126.

Porto União SC, 13 de abril de 2010

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

Processo Licitatório 037/2010 Extrato de Edital de Pregão Presencial 024/2010

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 037/2010

Extrato de Edital de Pregão Presencial 024/2010

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições, torna publico que fará realizar processo licitatorio na modalidade de pregão presencial, tipo menor preço global, para contratação de empresa para prestar serviços de organização e promoção de eventos esportivos e para prestar serviços de manutenção das Escolinhas das diversas modalidades esportivas do DME. Recebimento dos envelopes e do credenciamento será no dia 28 de abril de 2010 as 10:00 horas na Prefeitura Municipal, com inicio da sessão publica as 10:15 horas, do mesmo dia e local. Maiores informações e copia do edital podem ser retiradas Rua Padre Anchieta, 126.

Porto União SC, 13 de abril de 2010

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

Processo Licitatório 032/2010 Homologação

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatorio 032/2010

Pregão Presencial 019/2010

Termo de Homologação

Homologo o aludido processo licitatorio e adjudico a empresa Link SA Eq. Rodoviários e Industriais.

Porto União SC, 08 de abril de 2010.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

Processo Licitatório 014/2010 EDUCAÇÃO Homologação

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatorio 014/2010 EDUCAÇÃO

Pregão Presencial 005/2010

Termo de Homologação

Homologo o aludido processo licitatorio e adjudico a empresa Mercado Kosera Ltda, Integra Comercial Ltda, Ade Comercio de Frutas e Verduras Ltda.

Porto União SC, 07 de abril de 2010.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

Processo Licitatório 002/2010 FAS Dispensa de Licitação 001/2010 FAS

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ref. Processo Licitatorio 002/2010 FAS

Dispensa de Licitação n.º 001/2010 FAS

Caracterização da Situação: O município necessita contratar uma Instrutora o qual ira ministrar curso de customização de roupas, bordado, topearia e fuxico nas dependências da Central da Cidadania. O município necessita contratar uma instrutora de curso de customização de roupas, bordado, topearia e fuxico para ministrar cursos nas depende nas comunidades carentes de nosso município, visando a capacidade de pessoas em situação de vulnerabilidade, caracterizando assim, investimento em geração de renda.

Descrição do Objeto: O objeto da presente é, justamente, a contratação de uma Instrutora para ministrar cursos de customização de roupas, bordado, topearia e fuxico, na forma como dito acima.

Razão da Escolha: A escolha recaiu sobre a Instrutora Raquel Berenice Storck tendo em vista que após ampla divulgação em rádio local acerca da necessidade de contratação pelo Município, a mesma foi a única que apresentou os documentos necessários e dentro do prazo estabelecido junto a Central da Cidadania.

Do Preço: O valor total estimado a ser cobrado R\$ 3.048,00 (três mil e quarenta e oito reais), estando compatível com os preços de mercado.

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta dos Recursos das Dotações Orçamentárias n.o:

Unidade 15.01 - Fundo de Assist. Social;
Atividade 2.051 - Recadastramento Bolsa Família;
Elemento - 3.3.90.36. - Outros Serviços Pessoa Física;
Cód. 9.

Da Justificativa: A presente dispensa encontra respaldo no art. 24 inciso II da Lei 8.666/93, face os motivos já expostos.

Porto União, 05 de abril de 2010.

CLÁUDIO MICHASLIZYN

Presidente da Comissão de Licitação

Decreto 321/2010

Processo Licitatório 004/2010 FAS Dispensa de Licitação 003/2010 FAS

Ref. Processo Licitatorio 004/2010 FAS

Dispensa de Licitação n.º 003/2010 FAS

Caracterização da Situação: O município necessita contratar uma Instrutora o qual ira ministrar curso de manicure, pedicure, e cabelereiro básico e quimico nas dependências da Central da Cidadania e nas comunidades carentes de nosso município, haja visto que o investimento em capacitação de pessoas em situação de vulnerabilidade é considerado um investimento em Geração de Renda.

Descrição do Objeto: O objeto da presente é, justamente, a contratação de uma Instrutora para ministrar cursos de manicure, pedicure, cabelereiro básico e quimico.

Razão da Escolha: A escolha recaiu sobre a Instrutora Maria Dúlcida Lourenço Peres tendo em vista que após divulgação em rádio local da necessidade de contratação pelo Município, a mesma apresentou os documentos necessários e dentro do prazo junto a Central da Cidadania.

Do Preço: O valor total estimado a ser cobrado R\$ 3.811,36 (três mil oitocentos e onze reais e trinta e seis centavos)

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta dos Recursos das Dotações Orçamentárias n.o:

Unidade 15.01 - Fundo de Assist. Social;

Atividade 2.051 - Recadastramento Bolsa Família;

Elemento - 3.3.90.36 - Outros Serviços Pessoa Física;

Cód. 9

Da Justificativa: A presente dispensa encontra respaldo no art. 24 inciso II da Lei 8.666/93, face os motivos já expostos.

Porto União, 05 de abril de 2010.

CLÁUDIO MICHALIZYN

Presidente da Comissão de Licitação

Decreto 321/2010

Processo Licitatório 003/2010 FAS Dispensa de Licitação 002/2010 FAS

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ref. Processo Licitatorio 003/2010 FAS

Dispensa de Licitação n.º 002/2010 FAS

Caracterização da Situação: O município necessita contratar uma Instrutora o qual ira ministrar curso de pintura em tecido, broia, bordado nas dependências da Central da Cidadania. O município necessita contratar uma instrutora de curso de bordado, pintura em tecido e broia para ministrar cursos nas depende nas comunidades carentes de nosso município, visando a capacidade de pessoas em situação de vulnerabilidade, caracterizando assim, investimento em geração de renda.

Descrição do Objeto: O objeto da presente é, justamente, a contratação de uma Instrutora para ministrar cursos de pintura em tecido, broia, e bordado, na forma como dito acima.

Razão da Escolha: A escolha recaiu sobre a Instrutora Marilene Grobe Castro tendo em vista que após ampla divulgação em rádio local acerca da necessidade de contratação pelo Município, a mesma foi a única que apresentou os documentos necessários e dentro do prazo estabelecido junto a Central da Cidadania.

Do Preço: O valor total estimado a ser cobrado R\$ 2.287,68 (dois mil, duzentos e oitenta e sete reais e sessenta e oito cen-

tavos).

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta dos Recursos das Dotações Orçamentárias n.o:
Unidade 15.01 - Fundo de Assist. Social;
Atividade 2.051 - Recadastramento Bolsa Família;
Elemento - 3.3.90.36. - Outros Serviços Pessoa Física;
Cód. 9.

Da Justificativa: A presente dispensa encontra respaldo no art. 24 inciso II da Lei 8.666/93, face os motivos já expostos.

Porto União, 05 de abril de 2010.

CLÁUDIO MICHASLIZYN

Presidente da Comissão de Licitação

Extrato de Contrato 004/2010 FAS

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 004/2010 FAS

Partes: Município de Porto União e Raquel Berenice Storck

Objeto: contratação de instrutora de curso de customização de roupas, bordado fuxico e topearia.

Valor total: R\$ 3.048,00 (três mil e quarenta e oito reais)

Vigência: 12 de dezembro de 2010

Base legal art 24 inciso II da lei 8.666/93.

Porto União SC, 12 de abril de 2010

Renato Stasiak

Prefeito Municipal

Raquel Berenice Storck

Contratada

Extrato de Contrato 003/2010 FAS

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 003/2010 FAS

Partes: Município de Porto União e Maria Dulcidia Lourenço Peres

Objeto: contratação de instrutora de curso de manicure, pedicure, cabelereiro básico e químico.

Valor total: R\$ 3.311,36 (três mil trezentos e onze reais e trinta e seis centavos)

Vigência: 12 de dezembro de 2010

Base legal art 24 inciso II da lei 8.666/93.

Porto União SC, 12 de abril de 2010

Renato Stasiak

Prefeito Municipal

Maria Dulcidia Lourenço Peres

Contratada

Extrato de Contrato 052/2010

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 052/2010

Partes: Município de Porto União e Manjato Tratores Ltda

Objeto: fornecimento de um arado subsolador e uma plantadeira tratorizada hidraulica,.

Valor total: R\$ 14.900,00 (quatorze mil e novecentos reais)

Vigência: 12 meses

Base legal Pregão pres. 015/2010 e lei 10.520/02.

Porto União SC, 19 de março de 2010

Renato Stasiak

Prefeito Municipal

Manjato Tratores Ltda
Contratada

Extrato de Contrato 053/2010

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 053/2010

Partes: Município de Porto União e Agro Maquinas Dois Estados Ltda

Objeto: fornecimento de equipamentos agrícolas diversos.

Valor total: R\$ 44.200,00 (quarenta e quatro mil e duzentos reais)

Vigência: 12 meses

Base legal Pregão pres. 015/2010 e lei 10.520/02.

Porto União SC, 19 de março de 2010

Renato Stasiak

Prefeito Municipal

Agro Maquinas Dois Estados Ltda

Contratada

Extrato de Contrato 005/2010 FAS

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 005/2010 FAS

Partes: Município de Porto União e Marilene Grobe Castro

Objeto: contratação de instrutora de curso de broia, pintura em tecido e bordado.

Valor total: R\$ 2.287,68 (dois mil, duzentos e oitenta e sete reais e sessenta e oito centavos)

Vigência: 12 de dezembro de 2010

Base legal art 24 inciso II da lei 8.666/93

Porto União SC, 12 de abril de 2010

Renato Stasiak

Prefeito Municipal

Marilene Grobe Castro

Contratada

Extrato de Contrato 054/2010

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 054/2010

Partes: Prefeitura Municipal de Porto União e João Lorenzini & Filho Ltda

Primeiro Termo aditivo ao contrato 206/2009

Clausula Primeira: valor Contratual

Adita-se ao valor total contratado do contrato superior o valor de R\$ 12.737,77 (doze mil, setecentos e trinta e sete reais e setenta e sete centavos)

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Porto União SC, 19 de março de 2010.

Renato Stasiak

Prefeito municipal

João Lorenzini & Filho Ltda

Contratada

Extrato de Contrato 055/2010

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 055/2010



Partes: Prefeitura Municipal de Porto União e Logos Assessoria e Projetos Ltda
Primeiro Termo aditivo ao contrato 206/2008
Clausula Primeira: Prazos e condições de entrega do objeto
Prorroga-se o aludido contrato superior até 30 de junho de 2010.
As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Porto União SC, 17 de março de 2010.
Renato Stasiak
Prefeito municipal

Logos Assessoria e Projetos Ltda
Contratada

Extrato de Contrato 056/2010

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 056/2010
Partes: Município de Porto União e Ceres Comercio e Transporte de Derivados de Petróleo Ltda
Objeto: fornecimento de óleo diesel a granel.
Valor unitário: R\$ 1,86 (um real e oitenta e seis centavos) o litro, perfazendo o total de R\$ 455.700,00 (quatrocentos e cinquenta e cinco mil e setecentos reais)
Vigência: 12 de dezembro de 2010
Base legal pregão 017/2010 e lei 10.520/02.

Porto União SC, 06 de abril de 2010
Renato Stasiak
Prefeito Municipal

Ceres Comercio e Transporte de Derivados de Petróleo Ltda
Contratada

Extrato de Contrato 057/2010

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 057/2010
Partes: Município de Porto União e Divisão Comercio de Combustíveis e Conveniencias Ltda
Objeto: fornecimento de gasolina.
Valor unitário: R\$ 2,18 (dois reais e dezoito centavos) o litro, perfazendo o total de R\$ 202.740,00 (duzentos e dois mil, setecentos e quarenta reais)
Vigência: 12 de dezembro de 2010
Base legal pregão 017/2010 e lei 10.520/02.

Porto União SC, 06 de abril de 2010
Renato Stasiak
Prefeito Municipal

Divisão Comercio de Combustíveis e Conveniencias Ltda
Contratada

Extrato de Contrato 058/2010

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 058/2010
Partes: Município de Porto União e Auto Posto Iguaçu Ltda
Objeto: fornecimento de álcool comum.
Valor unitário: R\$ 1,49 (um real e quarenta e nove centavos), o litro, perfazendo o total de R\$ 7.450,00 (sete mil quatrocentos e cinquenta reais)
Vigência: 12 de dezembro de 2010
Base legal pregão 017/2010 e lei 10.520/02.

Porto União SC, 06 de abril de 2010
Renato Stasiak
Prefeito Municipal

Auto Posto Iguaçu Ltda
Contratada

Rio do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL

Editais de concorrência pública 023/2010

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS
EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA 023/2010

OBJETO: Outorga para permissão de uso para exploração de 02 (dois) quiosques.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, sala de reuniões, dia 18 de maio de 2010 às 09:00 horas.

ENTREGA DOS ENVELOPES: Protocolar na Divisão de Suprimentos até às 08:30 do dia 18 de maio de 2010, no endereço acima.

EDITAL COMPLETO: Estará a disposição dos interessados no horário de 07:30 às 13:30 de 2º a 6ª feira, na Divisão de Suprimentos da Prefeitura ou no site www.riodosul.sc.gov.br.

BASE LEGAL: Lei Nº 8.666/93 e alterações.

Rio do Sul, 06 de abril de 2010
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Editais de tomada de preços 044/2010

AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 044/2010

O Município de Rio do Sul/SC, torna público, que fará realizar na Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal, localizada na Praça 25 de Julho, nº 01, Centro, licitação na modalidade de TOMADA DE PREÇOS, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, objetivando a contratação de empresa para aquisição de sinalização viária horizontal e vertical e serviços de implantação e pinturas em diversas ruas do município de Rio do Sul, com fornecimento de material e mão de obra, em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, pelas normas, especificações e condições contidas no edital e seus anexos.

O edital e seus anexos, estarão à disposição dos interessados para verificação, na Divisão de Processos Licitatórios do Município, no endereço constante no preâmbulo deste, no horário de expediente da Prefeitura Municipal.

Os interessados em adquirir o edital e seus anexos, poderão fazê-lo junto a Recopy Fotocopiadora, localizada na Rua Coelho Neto, 170, sala 06, em horário comercial, sendo o custo por conta do interessado.

Os envelopes contendo as documentações de habilitação e propostas serão recebidos até às 08:30 horas do dia 04 de maio de 2010, devendo ser protocolados na Divisão de Processos Licitatórios da Prefeitura Municipal. A abertura dos envelopes de habilitação será efetuada às 09:00 horas do dia 04 de maio de 2010, na Sala de Reuniões do Prédio Central da Prefeitura Municipal.

Rio do Sul, 09 de abril de 2010.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Edital de pregão presencial 038/2010

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2010

OBJETO: Aquisição de Livros Redescobrimdo o Universo Religioso para professores e alunos do Ensino Fundamental, Secretaria de Educação.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 29/04/2010, às 08:30h., na sala de Licitações no endereço abaixo.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 09:00h do dia 29/04/2010, na sala de Licitações no endereço abaixo.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Divisão de Suprimentos.

Rio do Sul (SC), 13 de abril de 2010.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Edital de tomada de preços 045/2010

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 045/2010

O Município de Rio do Sul/SC, torna público, que fará realizar na Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal, localizada na Praça 25 de Julho, nº 01, Centro, licitação na modalidade de TOMADA DE PREÇOS, execução por empreitada por preço unitário do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando a contratação de empresa para execução de estaqueamento para construção do refeitório e ginásio de esporte na Escola Modelo II, localizada na rua Wiland Kurth, bairro Rainha em Rio do Sul, em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, pelas normas, especificações e condições contidas no edital e seus anexos.

O edital e seus anexos, estarão à disposição dos interessados para verificação, na Divisão de Processos Licitatórios do Município, no endereço constante no preâmbulo deste, no horário de expediente da Prefeitura Municipal.

Os interessados em adquirir o edital e seus anexos, poderão fazê-lo junto a Recopy Fotocopiadora, localizado na Rua Coelho Neto, 170, sala 06, no horário comercial, sendo o custo por conta do interessado.

Os envelopes contendo as documentações de habilitação e propostas serão recebidos até às 08:30 horas do dia 30 de abril de 2010, devendo ser protocolados na Divisão de Suprimentos da Prefeitura Municipal. A abertura dos envelopes de habilitação será efetuada às 09:00 horas do dia 30 de abril de 2010, na Sala de Reuniões do Prédio Central da Prefeitura Municipal.

Rio do Sul, 08 de abril de 2010.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Edital de leilão 036/2010

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

EDITAL DE LEILÃO NR. 036/2010

OBJETO: Alienação por leilão Administrativo de materiais não triados oriundos da coleta seletiva do Município.

LOCAL E DATA: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, sita Praça 25

de Julho, 01, Centro, Sala de Reuniões, dia 22 de abril de 2010 às 09:00 horas.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital estará à disposição dos interessados no horário de 07:30 às 13:30 horas de 2ª à 6ª feira, na Divisão de Suprimentos da Prefeitura Municipal ou no site www.riodosul.sc.gov.br

BASE LEGAL: Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores.

Rio do Sul, 05 de abril de 2010.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

CÂMARA DE VEREADORES**Resumo da ata de registro de preço 01/2010**

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº01/2010 REF. AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2010 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2010.

Aos dezesseis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dez, a Câmara Municipal de Rio do Sul, neste ato representada pelo seu Presidente, Sr. Dionísio Maçaneiro, Resolve Registrar os preços da Empresa Supermercado Princesa Isabel, neste ato representada pelo Sr. Arno Haut. A presente ata tem por objeto o Registro de preço para aquisição de Materiais de Copa e Cozinha, de Limpeza, de Higiene e de Gêneros Alimentícios. Conforme os itens abaixo discriminados:

MATERIAL DE COPA E COZINHA

Quant. total	Unidade	Produto	Preço un.
50	Pacotes c/100 un.	Copo descartável em poliestireno, com capacidade para 180 ml (cento e oitenta mililitros).	2,55
55	Pacotes com 100 un.	Copo descartável em poliestireno, com capacidade para 300 ml (trezentos mililitros).	3,60
20	Pacotes com 100 unidades	Copo descartável em poliestireno,, com capacidade para 80 ml (oitenta mililitros),	2,30
15	Pcte com 50un.	Guardanapo em papel.	2,10
15	Pacotes com 10 unidades	Prato descartável, de 21 cm (vinte e um centímetros).	2,99
20	Pacotes com 250 unidades	Mexedor para café, em poliestireno.	5,30
10	Pacotes com 200 un.	Mini colher para mexer café, em poliestireno.	5,38
8	Caixa com 30 unidades	Coador de papel para café, tamanho grande, nº 103 (cento e três).	2,79

MATERIAL DE LIMPEZA

Quant. Total	Unidade	Produto	Preço Un.
15	Embala-gem de 2.000ml	Água sanitária – Solução aquosa a base de hipoclorito de sódio ou cálcio, com teor de cloro ativo entre 2%P/P a 2,5%P/P.	3,60
6	Embala-gem de 1.000ml	Álcool Etílico, hidratado, 92,8° (noventa e dois vírgula oito graus) INPM. Embala-gem com 1.000 ml (um mil mililitros)	3,60



Quant. Total	Unidade	Produto	Preço Un.
15	Embala-gem de 2.000ml	Água sanitária – Solução aquosa a base de hipoclorito de sódio ou cálcio, com teor de cloro ativo entre 2%P/P a 2,5%P/P.	3,60
12	Embala-gem De 400ml	Desodorizador de ambientes, aerossol, dupla ação, com spray e pressão.	7,80
20	Embala-gem com 750 ml	Cera líquida para pisos, auto brilho, incolor, resistente a riscos.	7,50
30	Embala-gem com 2.000 ml	Desinfetante de uso geral, germicida e bactericida, líquido.	4,40
8	Embala-gem com 500ml	Detergente líquido, para cozinha, neutro, biodegradável.	1,10
12	1unidade	Esponja para limpeza, dupla face.	0,70
03	Pacotes c/ 8 unidades	Esponja lã de aço.	1,60
10	1unidade	Pedra sanitária desodorizadora e aromática.	0,70
15	Caixa c/ 1.000g	Sabão em pó biodegradável.	3,90
5	Pacotes com 5 unidade	Pano de limpeza multiuso, tipo Perflex, com agente antibactericida, e, embalagem com 5 (cinco) unidades	5,20
75	Pacotes com 5 unidades	Saco plástico de lixo, cor preta, capacidade para 100 litros.	1,30
30	Pacotes com 10 unidades	Saco plástico de lixo, capacidade para 30 (trinta) litros.	1,35
8	Pacotes com 5 unidades	Saco plástico de lixo, capacidade para 50 (cinquenta) litros.	1,35
65	Pacotes com 2 unidades	Papel toalha, cor branca, cada folha medindo, aproximadamente, 22 cm x 20 cm (centímetros),	2,10

GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO

Quant. Total	Unidade	Produto	Preço Un.
55	Pcte de 500 g	Café torrado e moído.	6,43
12	Embalagem de 200 g	Café solúvel granulado, instantâneo, selo da ABIC e Certificado de Autorização para uso do selo.	8,28
8	Cx com 1.000 un. de 5 g	Açúcar cristal, branco, obtido da cana de açúcar.	34,24
5	Frascos c/ 100 ml	Adoçante dietético líquido, 100% (cem por cento) Natural.	6,61
350	Fardos c/ 12 garra-fas de 500 ml	Água mineral sem gás, de boa qualidade.	9,28
160	Fardos c/12 garra-fas de 500 ml	Água mineral com gás, de boa qualidade.	10,27
12	Garrações de 20 lts.	Água mineral sem gás, de boa qualidade, envasada em garrações do tipo pet ou acrílico, com capacidade de 20 litros.	4,90

Quant. Total	Unidade	Produto	Preço Un.
55	Pcte de 500 g	Café torrado e moído.	6,43
10	Caixas de 20 g com 10 sacos	Chá, de diversos sabores. Sabores, sendo cada sabor correspondente a 2 (duas) caixas: boldo, hortelã, morango, camomila e erva-doce	2,50
800	Caixas com 1.000 ml	Leite UHT semidesnatado, esterilizado, longa vida, em embalagens Tetra Pak de 1.000 ml (um mil mililitros).	1,625
500	Caixas com 1.000 ml	Suco de fruta natural, líquido, pronto para o consumo, de vários sabores, com soja. Sabores: pêssego, uva, morango e manga.	3,79
100	Caixas com 1.000ml	Suco de fruta natural, líquido, pronto para o consumo, sabor banana, com soja.	4,19
500	Caixas com 1.000ml	Suco de frutas industrializado, de vários sabores, pronto para o consumo. Sabores: laranja, pêssego, abacaxi, uva, e manga.	3,772

Fica declarado que o prazo de validade desta ARP será de 12 meses, contado a partir da sua assinatura, já incluindo possíveis prorrogações.

DIONÍSIO MAÇANEIRO
Presidente da Câmara

Schroeder

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria Nº. 3.478/2010, de 08 de abril de 2010.

PORTARIA Nº. 3.478/2010, de 08 de abril de 2010.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a carga horária do cargo efetivo da funcionária Sra. Sara Michele Schumann, de 40 (quarenta) horas semanais para 30 (trinta) horas semanais, conforme necessidade da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 08 de abril de 2010.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

HARILDO KONELL
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Registrada e publicada na mesma data.
ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA



Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 3.479/2010, de 08 de abril de 2010.

PORTARIA Nº. 3.479/2010, de 08 de abril de 2010.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

Considerando a realização do Concurso Público nº. 001/2009 - GAB/PMS;

Considerando o Decreto nº. 2.078/2010, de 24/02/2010, que homologa a lista dos classificados no referido Concurso Público;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, o Sr. Waldir Gabriel Reineher, para exercer o cargo de Engenheiro Civil, percebendo o nível salarial nº. 075 - Administração (Nível 083), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Concurso Público nº. 001/2009 - GAB/PMS, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 08 de abril de 2010.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

LEONOR JACOBI
Secretário de Obras e Serviços Urbanos

Registrada e publicada na mesma data.
ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 3.481/2010, de 09 de abril de 2010.

PORTARIA Nº. 3.481/2010, de 09 de abril de 2010.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a carga horária do cargo efetivo da funcionária Sra. Claudia Aparecida Postai, de 30 (trinta) horas semanais para 40 (quarenta) horas semanais, conforme necessidade da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 09 de abril de 2010.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

HARILDO KONELL
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Registrada e publicada na mesma data.
ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 3.482/2010, de 12 de abril de 2010.

PORTARIA Nº. 3.482/2010, de 12 de abril de 2010.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a carga horária do cargo efetivo da funcionária Sra. Maitê Zanella, de 40 (quarenta) horas semanais para 20 (vinte) horas semanais, a pedido da própria funcionária.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 12 de abril de 2010.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

HARILDO KONELL
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Registrada e publicada na mesma data.
ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 3.483/2010, de 12 de abril de 2010.

PORTARIA Nº. 3.483/2010, de 12 de abril de 2010.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER o afastamento por Licença Maternidade para a funcionária Sra. Rosimeri Sara Boshammer Stein.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008, adquirindo efeitos retroativos a partir de 02 de abril de 2010.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 12 de abril de 2010.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

HARILDO KONELL
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Registrada e publicada na mesma data.
ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 3.484/2010, de 12 de abril de 2010.

PORTARIA Nº. 3.484/2010, de 12 de abril de 2010.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR, o pedido de demissão da funcionária Sra. Ana Mara Klowaski Alves, a partir desta data.



Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 12 de abril de 2010.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

INGRIT ELI ROWEDER EICHENBERGER

Secretária de Saúde e Assistência Social

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA

Chefe de Gabinete

Aviso de Pregão Presencial Nº 13/2010 - FMS

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL No 13/2010 - FMS

O Município de Schroeder torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei Municipal nº1669/2008, Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, vigente e pertinente à matéria, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo menor preço POR ITEM nº. 13/2010 - FMS.

OBJETO: aquisição de material de expediente para suprir as necessidades do Núcleo de Apoio à Saúde da Família - NASF, da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 29 de abril de 2010 às 08h45min.

Abertura do Processo: 29 de abril de 2010 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Schroeder
A íntegra do Edital, bem como maiores informações poderão ser obtidas no Site da Prefeitura Municipal (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.
Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 14 de abril de 2010.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Cancelamento da Licitação

CANCELAMENTO DA LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 34/2010-PMS

PROCESSO Nº. 68/2010-PMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados Cancelamento da Licitação Pregão Presencial Registro de Preço nº. 34/2010-PMS, Processo nº. 68/2010-PMS, visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em serviço de mão de obra mecânica para suprir as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental e Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses, devido à elaboração de novo objeto de licitação, conforme pedido feito pela Secretaria de Obras e Serviços Urbanos da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC.

Schroeder, 13 de abril de 2010.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº. 79/2010-PMS

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 79/2010-PMS

Modalidade Carta Convite nº. 07/2010-PMS

Processo de licitação nº. 58/2010-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com espaço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Município de Schroeder/SC.

Credenciado: TECTRANS TECNOLOGIA E TRANSPORTES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 07.357.910/0001-75, estabelecida na Rua João Mendes da Silveira, nº. 124, Pinheirinho, na cidade de Curitiba, do Estado do Paraná, CEP: 82150260.

Objeto: Consiste na contratação de empresa especializada para elaboração do Plano Municipal de Transporte Público do Município de Schroeder, conforme Anexo VIII - Termo Referência, do instrumento convocatório.

Valor: R\$ 36.500,00 (trinta e seis mil e quinhentos reais).

Data da Assinatura: 13/04/2010 - Vigência: 31/12/2010

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº. 80/2010-PMS

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 80/2010-PMS

Processo Licitatório nº. 66/2010-PMS

Pregão Presencial nº. 32/2010-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com espaço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Município de Schroeder/SC.

Contratada: PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o nº. 07.634.816/0001-16, estabelecida na Rua Cruzeiro, nº. 386, Bairro Cruzeiro, na cidade de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.290-000.

Objeto: Constitui o objeto do presente contrato a aquisição de papel sulfite, formato A4, com 75g/m², para suprir as necessidades da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental e Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura de Schroeder/SC, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

Item	Descrições	Unid.	Qtde. Prefeitura	Qtde. Fundo Saúde	Qtde. Total	Valor R\$ Unitário	Valor R\$ Total
01	Papel sulfite A4 com gramatura de 75g/m², alcalino, para uso profissional, produzido com fibras virgens de eucalipto ou pinus, com elevado grau de brancura. Nas medidas 210mm x 297mm - caixa com 10 resmas.	caixa	80	20	100	87,99	8.799,00
VALOR TOTAL R\$							8.799,00

Valor: R\$ 8.799,00 (Oito mil setecentos e noventa e nove reais).

Data da Assinatura: 13/04/2010 - Vigência: 31/12/2010

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal



Declaração de dispensa de licitação nº. 17/2010-PMS**ESTADO DE SANTA CATARINA**
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDERCNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - SCHROEDER - SC**DISPENSA DE LICITAÇÃO**
Nr.: 17/2010 - DL**Processo Nr.: 73/2010**
Data: 13/04/2010

Folha: 1/2

Fornecedor: VANILDA DALPRA PETRY EPP

Código: 7655

Endereço: RUA JOSE THEODORO RIBEIRO, Nº 955

Cidade: JARAGUA DO SUL - SC

CNPJ: 82.103.219/0001-80

Inscrição Estadual: 252.007.867

Objeto da Compra: aquisição e instalação de cortinas com acessórios para suprir as necessidades do Centro de Educação Infantil Municipal Girassol, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	2,00	Cortinas nas medidas de 1,90 x 1,60 em tecido gorgorinho, estampado com motivos infantis na cor bege claro - prontas e colocadas	UN	57,40	114,80
2	3,00	Cortinas nas medidas de 1,90 x 3,20 em tecido gorgorinho, estampado com motivos infantis na cor bege claro - prontas e colocadas	UN	143,48	430,44
3	2,00	Cortinas nas medidas de 1,90 x 2,40 em tecido gorgorinho, estampado com motivos infantis na cor bege claro - prontas e colocadas	UN	115,07	230,14
4	2,00	Cortinas nas medidas de 1,90 x 2,60 em tecido gorgorinho, estampado com motivos infantis na cor bege claro - prontas e colocadas	UN	115,04	230,08
5	8,00	Cortinas nas medidas de 1,90 x 2,20 em tecido gorgorinho, estampado com motivos infantis na cor bege claro - prontas e colocadas - COM SUPORTE EM PARES - PRODUTO CONFECCIONADO EM MATERIAL PLÁSTICO OU RESINA + VARA EM METAL REVESTIDO NA COR BEGE CLARO + FORRO EM TECIDO EM TECIDO POLIESTER NA COR BRANCO + ARGOLAS PARA FIXAÇÃO - MATERIAL EM RESINA. TODOS ACESSÓRIOS EM QUANTIDADES COMPATIVELIS A NECESSIDADE DE CADA CORTINA.	UN	154,64	1.237,12
6	1,00	Cortinas nas medidas de 1,40 x 1,45 em tecido gorgorinho, estampado com motivos infantis na cor bege claro - prontas e colocadas - COM SUPORTE EM PARES - PRODUTO CONFECCIONADO EM MATERIAL PLÁSTICO OU RESINA + VARA EM METAL REVESTIDO NA COR BEGE CLARO + FORRO EM TECIDO EM TECIDO POLIESTER NA COR BRANCO + ARGOLAS PARA FIXAÇÃO - MATERIAL EM RESINA. TODOS ACESSÓRIOS EM QUANTIDADES COMPATIVELIS A NECESSIDADE DE CADA CORTINA.	UN	117,38	117,38

JUSTIFICATIVA:**Artigo 24 da Lei 8.666/93:**

É dispensável a licitação.

V - quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida : prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas;

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDERCNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - SCHROEDER - SC**DISPENSA DE LICITAÇÃO**

Nr.: 17/2010 - DL

Processo Nr.: 73/2010
Data: 13/04/2010

Folha: 2/2

TEXTO

DEVIDO AO INICIAL PROCESSO DE LICITAÇÃO N°.37/2010-PMS NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N°.17/2010-PMS, TEREM DUAS TENTATIVAS DE ABERTURA, AMBAS DESERTA.

SCHROEDER, 13 de Abril de 2010

FELIPE VOIGT
PREFEITO MUNICIPAL**DESPACHO FINAL:**

Em vista das justificativas e fundamentações retro relatadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, aprovo a realização da despesa, independente de licitação.

SCHROEDER, 5 de Abril de 2010

Valor da Despesa: 2.359,96 (dois mil trezentos e cinquenta e nove reais e noventa e seis centavos)**Pagamento.....:** 15 dias após recebimento do documento fiscal

Videira

PREFEITURA MUNICIPAL

PR 77/2010 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 77/2010 - PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 77/2010. 1. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS PARA O CONserto DA MOTONIVELADORA HWB 130M, FROTA 65 DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA. 2. TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE. 3. CREDENCIAMENTO: a partir das 09:00 horas do dia 29 de Abril de 2010, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC. 4. ABERTURA: às 09:15 horas do mesmo dia. 5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site www.videira.sc.gov.br ou no Departamento de Licitações, no horário das 08:00 às 11:45 e das 13:30 às 17:45. 6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012.

Videira/SC, 12 de Abril de 2010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

IL 08/2010 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 08/2010 - PMV

O Município de Videira, comunica a homologação dos seguintes atos:

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 08/2010 - PMV

HOMOLOGAÇÃO: 12/04/2010

CONTRATADO: MARIA ELOIZA OTTO.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA MINISTRAR AULAS DE PIANO, AULAS DE TEORIA MUSICAL, REGÊNCIA DO MADRIGAL, REGÊNCIA DO CORAL INFANTO JUVENIL, REGÊNCIA DO CORAL MUNICIPAL VOZES DE VIDEIRA, BEM COMO, ACOMPANHAMENTO PIANÍSTICO DA ORQUESTRA DE CORDAS NO CENTRO DE EVENTO VITÓRIA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 32.640,00 (trinta e dois mil, seiscentos e quarenta reais).

FUNDAMENTO: Art. 25, II c/c III da Lei de Licitações.

Videira - SC, 12 de Abril de 2010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2010 - FME

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2010 - FME

O Prefeito Municipal, através da Fundação Municipal de Esportes, torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 11/2010-FME.

1. OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA PARA SER UTILIZADO PELA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES.

2. TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE.

3. CREDENCIAMENTO: a partir das 09:00 horas do dia 30 de Abril de 2010, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC.

4. ABERTURA: às 09:15 horas do mesmo dia.

5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no

site www.videira.sc.gov.br ou no Departamento de Licitações, no horário das 08:00 às 11:45 e das 13:30 às 17:45.

6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9032/3566-9034-3566-9012.

Videira/SC, 12 de Abril de 2010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

PR 78/2010 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 78/2010 - PMV

REGISTRO DE PREÇO

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 78/2010. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO, DESTINADO A CONsertos EM PONTES NO INTERIOR DO MUNICÍPIO, FIXAÇÃO DE PLACAS DE TRÂNSITO E CONserto EM CALÇADAS DE VIAS URBANAS PELA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA. 2. TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE. 3. CREDENCIAMENTO: a partir das 16:00 horas do dia 30 de Abril de 2010, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC. 4. ABERTURA: às 16:15 horas do mesmo dia. 5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site www.videira.sc.gov.br ou no Departamento de Licitações, no horário das 08:00 às 11:45 e das 13:30 às 17:45. 6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012.

Videira/SC, 13 de Abril de 2010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

PR 79/2010 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 79/2010 - PMV

REGISTRO DE PREÇO

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 79/2010. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA PARA EFETUAR SERVIÇO DE PERFURAÇÃO E DETONAÇÃO DE ROCHAS EM DIVERSOS LOCAIS DA CIDADE, CONFORME NECESSIDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA. 2. TIPO: MENOR PREÇO POR UNITÁRIO. 3. CREDENCIAMENTO: a partir das 16:00 horas do dia 03 de Maio de 2010, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC. 4. ABERTURA: às 16:15 horas do mesmo dia. 5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site www.videira.sc.gov.br ou no Departamento de Licitações, no horário das 08:00 às 11:45 e das 13:30 às 17:45. 6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012.

Videira/SC, 13 de Abril de 2010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Suspensão CC Nº 02/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 02/2010

O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados a SUSPENSÃO do processo licitatório Concorrência Pública nº 02/2010, a qual tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONCESSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO DE PASSAGEIROS DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA/SC, conforme decisão contida nos Mandados de Segurança nº



079.10.001963-1 e 079.10.001922-4 impetrados pelas empresas Reunidas S/A Transportes Coletivos e Santa Terezinha Transporte e Turismo S/A respectivamente.

Videira, 13 de abril de 2010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Consórcios Públicos

CISAM

Resumo de Contrato CISAM-MO Nº 008/2010

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO CISAM-MO Nº 008/2010

DATA DA ASSINATURA: 04.03.2010

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO

CNPJ DO CONTRATANTE: 01.616.039/0001-09

CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL – CISAM MEIO OESTE - SC.

CNPJ DO CONTRATADO: 08.484.353/0001-16

OBJETO: TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS PARA PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES NA ÁREA DE SANEAMENTO AMBIENTAL, EM RAZÃO DE CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO.

VALOR: R\$7.031,34 (SETE MIL, TRINTA E UM REAIS E TRINTA E QUATRO CENTAVOS).

VIGÊNCIA: 04.03.2010 A 31.12.2010

IVONETE ZAGER FELISBINO

PREFEITA – CONTRATANTE

LEONIR BOARETTO

PRESIDENTE - CONTRATADO